

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO  
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**ALEXANDRE MAGALHÃES BLOIS**

**A *(des)* organização regulatória do “*celeiro do mundo*” e  
a Regulação de Defensivos Agrícolas no Brasil: um estudo sobre a eficiência da  
interação entre os entes federais envolvidos**

Rio de Janeiro, novembro/2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO  
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ALEXANDRE MAGALHÃES BLOIS

**A (des) organização regulatória do “celeiro do mundo” e  
a Regulação de Defensivos Agrícolas no Brasil: um estudo sobre a eficiência da  
interação entre os entes federais envolvidos**

Trabalho de Conclusão de  
Curso, sob a orientação da  
professora **Patrícia Sampaio**  
apresentado à FGV DIREITO  
RIO como requisito parcial para  
conclusão da disciplina  
obrigatória TCC IV do currículo  
da graduação.

Rio de Janeiro, novembro/2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO  
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Título do trabalho: A (des) organização regulatória do “celeiro do mundo” e  
a Regulação de Defensivos Agrícolas no Brasil: um estudo sobre a eficiência da  
interação entre os entes federais envolvidos

Elaborado por ALEXANDRE MAGALHÃES BLOIS

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à FGV DIREITO  
RIO como requisito parcial para  
obtenção do grau de bacharel em  
Direito.

**Comissão Examinadora:**

Nome do orientador: \_\_\_\_\_

Nome do Examinador 1: \_\_\_\_\_

Nome do Examinador 2: \_\_\_\_\_

**Assinaturas:**

\_\_\_\_\_  
Professor Orientador

\_\_\_\_\_  
Examinador 1:

\_\_\_\_\_  
Examinador 2:

**Nota Final:** \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_-de \_\_\_\_\_de 20\_\_\_\_.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pois sem ele, nada seria possível.

Aos meus pais, Elizabeth e Walter, pelas noites mal dormidas.

À minha *nonna* Liliana, pela eterna inspiração.

Aos professores do Colégio Santo Inácio e da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, por terem me auxiliado na pavimentação do meu futuro.

À professora e orientadora, Patrícia Sampaio, pela paciência, compreensão e dedicação.

Aos amigos Pedro Jardim e Felipe Borges, pelos valiosos comentários.

À Carolina, pelo amor e companheirismo.

*“O CTA, portanto, parece ter se tornado uma instância onde os órgãos exercem monitoramento mútuo de suas ações, expõem posicionamentos, articulam suas posições e buscam consenso.”*

Luiz Cláudio Carlos Campos

## **RESUMO**

O objetivo do presente trabalho é investigar a eficiência da interação existente entre os entes da Administração Pública Federal envolvidos no processo regulatório de agrotóxicos. Para tanto, foi realizada uma apresentação do panorama regulatório brasileiro pertinente ao tema, através do exame da Lei nº 7.802/89 e do Decreto nº 4.074/02. Posteriormente foi elaborada uma análise empírica das atas de reunião do CTA, mecanismo legal com o propósito de integrar os participantes da regulação. O funcionamento do CTA foi abordado a partir de categorias criadas de acordo com suas competências legais. A pesquisa observou que o modelo regulatório tripartite não está funcionando plenamente, principalmente porque o Sistema de Informações sobre Agrotóxicos (SIA) ainda não foi implementado. Além disso, concluiu-se que um modelo regulatório centralizado pode apresentar sérios riscos para o processo regulatório de defensivos agrícolas.

Palavras-Chave: Agrotóxicos. Defensivos agrícolas. CTA. Comitê de Assessoramento de Agrotóxicos. Regulação tripartite. Lei nº 7.802/89. Decreto nº 4.074/02. Eficiência. Ministério do Meio Ambiente. MMA. Ministério da Saúde. MS. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. IBAMA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. ANVISA. Sistema Integrado de Informações sobre Agrotóxicos. SIA. Assimetria de informação. Instituições.

## **ABSTRACT**

This paper aims to investigate the efficiency of the existing interaction between the entities of the Federal Public Administration involved in the pesticide regulatory process. For this purpose, a presentation of the Brazilian regulatory panorama was carried out, through the examination of Federal Law No. 7,802 / 89 and Federal Decree No. 4,074 / 02. Subsequently an empirical analysis of CTA's meeting minutes was prepared. The CTA is a legal mechanism with the purpose of integrating the participants in the regulation process of pesticides. The operation of the CTA was approached from categories created according to its legal competences. The research noted that the tripartite regulatory model is not fully functioning, mainly because the Pesticide Information System (SIA) has not yet been implemented. In addition, it was concluded that a centralized regulatory model can present serious risks to the regulatory process for pesticides.

**Keywords:** Pesticides. Pesticide Advisory Committee (CTA) Tripartite regulation. Law No. 7,802 / 89. Decree No. 4,074 / 02. Efficiency. Ministry of the Environment (MMA). Ministry of Health. (MS). Ministry of Agriculture, Livestock and Supply. (MAPA). Brazilian Institute of Environment and Natural Resources. (IBAMA). National Health Surveillance Agency (ANVISA). Integrated Pesticide Information System (SIA). Information asymmetry. Institutions.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
<b>COVID-19</b>	<i>Coronavirus Disease</i> 2019
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>CTA</b>	Comitê de Assessoramento de Agrotóxicos
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Crédito Rural
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>INCA</b>	Instituto Nacional do Câncer
<b>CFRB/88</b>	Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>ADI</b>	Ação Direta de Inconstitucionalidade
<b>ANDEF</b>	Associação Nacional de Defesa Vegetal
<b>AENDA</b>	Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas



<b>SINDAG</b>	Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola
<b>CNA</b>	Confederação Nacional da Agricultura
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
<b>ANVISA</b>	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
<b>SIA</b>	Sistema Integrado de Informações sobre Agrotóxicos
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União

## **Sumário**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>I. DEFENSIVOS AGRÍCOLAS - HISTÓRIA E ASPECTOS REGULATÓRIOS 13</b>	
<b>I.1. O que é um Agrotóxico/Defensivo Agrícola? .....</b>	<b>13</b>
<b>I.2. Breve Perspectiva Histórica e Relevância Temática.....</b>	<b>15</b>
<b>I.3. Princípios e Direitos Constitucionais Envolvidos. ....</b>	<b>20</b>
<b>I.4. Sistema Constitucional de Competências para legislar sobre agrotóxicos ...</b>	<b>24</b>
<b>I.5. A Elaboração do Marco Regulatório: a Lei nº 7.802/89 .....</b>	<b>26</b>
<b>I.6. Os Institutos e Mecanismos do novo Marco Regulatório .....</b>	<b>29</b>
<b>I.7. A Regulamentação da Lei nº 7.802/89: o Decreto nº 4.074/02 e os entes Envolvidos .....</b>	<b>31</b>
<b>I.8. SIA: A previsão de um sistema único e integrado de informações .....</b>	<b>34</b>
<b>I.9. A Criação do Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxico.....</b>	<b>36</b>
<b>I.10. O princípio da eficiência e suas múltiplas acepções na análise da interação dos entes federais na regulação dos defensivos agrícolas.....</b>	<b>38</b>
<b>I.11. O Projeto de Lei nº 6.189/05 e a supressão do sistema tripartite .....</b>	<b>40</b>
<b>II. ANÁLISE EMPÍRICA DA INTERAÇÃO ADMINISTRATIVA ENTRE OS ENTES FEDERAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO REGULATÓRIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS .....</b>	<b>43</b>
<b>II.1. Limitações metodológicas .....</b>	<b>43</b>
<b>II.2. Metodologia .....</b>	<b>43</b>
<b>II.4. Resultados da Pesquisa .....</b>	<b>47</b>
<b>II.5. A Manifestação do TCU sobre a ineficiência integrativa do CTA .....</b>	<b>54</b>
<b>II.6. Manifestação acerca da implementação do SIA: entes envolvidos.....</b>	<b>56</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>68</b>

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1- Distribuição das Atividades.....	48
Gráfico 2- Existência de Manifestação .....	49

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Atividades da Categoria "Diretrizes SIA" .....	54
Tabela 2 – Atividades da Categoria “Diretrizes SIA” após a manifestação do TCU .....	55

## INTRODUÇÃO

O setor agropecuário brasileiro é responsável por parte considerável da atividade econômica nacional. O Brasil apresenta um forte potencial agrícola, devido à sua magnitude, tropicalismo e dinamismo<sup>1</sup>. A OCDE e a FAO apontaram no relatório “Perspectivas Agrícolas” que o país ultrapassará os Estados Unidos como o maior produtor de soja na próxima década. Espera-se que o Brasil cresça 2,6% por ano, a maior taxa de crescimento entre os principais produtores. Inclusive, durante a paralisação econômica ocasionada pela crise da COVID – 19, enquanto diversos setores econômicos brasileiros enfrentavam quedas históricas de produção, a agricultura nacional apresentava recordes<sup>2</sup>.

Entretanto, o crescimento agrícola brasileiro não pode ser estudado sem que haja um maior aprofundamento em seu principal catalisador: agrotóxicos<sup>3</sup>. Tais substâncias químicas são parte crucial do sistema de produção pátrio. Entre os anos de 1975 a 2009, o Brasil sempre ocupou um posto entre os seis maiores mercados consumidores de defensivos agrícolas do planeta. No ano de 2008, o país foi alçado ao posto de maior mercado consumidor de defensivos agrícolas do mundo<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> FONSECA, Juliana Munefiça da. **A Regulação de Registro de Novas Moléculas do Setor de Defensivos Agrícolas**. Orientador: Pedro Jacob Christoffoleti. 2018. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/20270>> Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>2</sup> A pandemia da COVID-19 atingiu fortemente a economia brasileira. O agronegócio foi o único setor econômico a conseguir bater recordes de exportação durante a pandemia. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/agronegocios,desempenho-do-agronegocio-na-pandemia-sustenta-exportacoes-brasileiras,70003311270>>

<sup>3</sup> Segundo o artigo 2º, I, “a” da Lei nº 7.802/89 considera-se agrotóxico: “Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se: I - agrotóxicos e afins: a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.” A utilização dos termos “agrotóxico” ou “defensivos agrícolas” é discutida no Capítulo I.

<sup>4</sup> FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. **A Regulação do Uso dos Agrotóxicos no Brasil: Uma proposta para um Direito de Sustentabilidade**. Orientador: José Rubens Morato Leite. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 70. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122689>>. Acesso em: 22 out. 2019.

Assim, a temática regulatória de tais produtos é questão complexa e essencial ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro, envolvendo também aspectos relativos à saúde pública, pois a aplicação de agrotóxicos pode gerar sérios impactos na saúde humana. O avanço tecnológico dos diversos ramos da ciência tem proporcionado uma evolução na detecção de efeitos adversos do uso de agrotóxicos<sup>5</sup>.

A complexidade do tema não se esgota somente em seus aspectos químicos. Afinal, os problemas ambientais não obedecem a leis ou fronteiras. A problemática relativa ao uso irresponsável de defensivos agrícolas já foi inclusive motivo para desentendimentos entre países vizinhos,<sup>6</sup> uma vez que as consequências ambientais na utilização irregular de tais insumos químicos podem gerar efeitos imprevisíveis no meio ambiente.

Dessa forma, analisar a interação entre os entes competentes responsáveis pelo processo regulatório de tais substâncias é aspecto fundamental para compreender a regulação de matéria tão multifacetada e essencial para a sociedade brasileira. Posto que, a cooperação entre entes administrativos é imprescindível em um modelo de Estado regulador que preze pelos princípios constitucionais da eficiência e segurança jurídica<sup>7</sup>.

No Brasil, a regulação federal de defensivos agrícolas é repartida entre alguns entes da administração pública federal: MAPA, MS, MMA, IBAMA e ANVISA<sup>8</sup>. Vale

---

<sup>5</sup> PELAEZ, Victor Manoel; SILVA, Letícia da; ARAÚJO, Eduardo. **Regulação de agrotóxicos: uma análise comparativa**. 13º Seminário Nacional de História da Ciência da Tecnologia: anais / [realização da] Sociedade Brasileira de História da Ciência. São Paulo : EACH/USP, 2012. p. 1 Disponível em:<[http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1356022660\\_ARQUIVO\\_RegulacaoAgrotoxicos\\_SBHC.pdf](http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1356022660_ARQUIVO_RegulacaoAgrotoxicos_SBHC.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>6</sup> O Equador já se manifestou na Corte Internacional de Justiça sobre pulverizações de herbicidas realizadas pela Colômbia em área de fronteira entre ambos os países. A pulverização afetou o meio ambiente e a saúde populacional de cidadãos equatorianos que viviam na região. Ver CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Letter from the ambassador of Ecuador (appointed) to the kingdom of the netherlands to the registrar of the International Court of Justice. The Hague, 31 Mar. 2008. p. 6. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/138/14474.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>7</sup> GONÇALVES, Leonardo Gomes Ribeiro. **Mecanismos de governança da interação entre as agências reguladoras e outros entes e órgãos da Administração Pública o processo administrativo regulatório**. P. 61-109. In: GUERRA, Sérgio e SAMPAIO, Patrícia (organizadores). Processo Administrativo nas Agências Reguladoras: Uma proposta de Disciplina Legislativa. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2016. Disponível em:< Acesso em: 21 out. 2020. Disponível em:<[<sup>8</sup> PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio Henrique Bittes; SILVA, Letícia Rodrigues da. \*\*A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente\*\*. Revista de](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16535/Processo%20administrativo%20nas%20ag%C3%A2ncias%20reguladoras.pdf?sequence=3&isAllowed=y>></a></p>
</div>
<div data-bbox=)

pontuar que a competência para legislar sobre agrotóxicos é concorrente, cabendo à União, estados e municípios formularem normas sobre o tema. Entretanto, **o presente trabalho buscará analisar exclusivamente a atuação federal. A interação administrativa dos estados e municípios foge ao escopo da análise aqui pretendida.**

O modo de interação dos três órgãos é elemento crucial do presente estudo. Somente após a coleta de dados, a organização temática dos mesmos e sua análise poderemos entender a maneira pela qual a burocracia federal interage entre si, em suas diversas esferas, e, principalmente, descobrir se esta interação é ou não eficiente. Por isso, a seguinte pergunta norteará o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada: **A interação entre os órgãos federais obedece ao princípio da eficiência?**

A resposta para tal indagação buscará estudar as reuniões entre os entes federais competentes, que ocorrem através do Comitê de Assessoramento de Agrotóxicos, entidade criada pelo art. 95 e incisos do Decreto nº 4.074/2002, com o propósito de centralizar as discussões administrativas sobre o tema. Para tanto, serão analisadas atas de reuniões do referido órgão, meio oficial de publicidade das questões tratadas pelo CTA.

A análise das atas de reunião do CTA terá um filtro definido sobre o conceito de eficiência. Considerando que tal termo possui difícil conceituação jurídica e prática, buscar-se-á um parâmetro mais objetivo para se definir a ideia de eficiência na Administração Pública. **Assim, o presente trabalho adotará um conceito de eficiência relativo à estruturação organizacional da administração pública.**

A realização dessa pesquisa será dividida em duas partes centrais: a primeira abordará a relevância do tema, sua evolução histórica, princípios constitucionais protegidos, estruturação legal do sistema de interação entre os órgãos federais e a conceituação de eficiência (Capítulo I).

A segunda parte versará sobre a pesquisa empírica realizada nas atas de reunião do CTA. Cada uma das atividades será catalogada, de acordo com metodologia a ser

explicitada posteriormente. A análise será realizada com base nas competências previstas nos incisos do art. 95 do Decreto nº 4.074/2002. Isto é, verificar-se-á se o CTA, e consequentemente os seus órgãos integrantes cumprem com as determinações legais sobre suas competências (Capítulo II).

Ao final, serão apresentadas as conclusões da pesquisa.



## I. DEFENSIVOS AGRÍCOLAS - HISTÓRIA E ASPECTOS REGULATÓRIOS

### I.1. O que é um Agrotóxico/Defensivo Agrícola?

A conceituação do termo “agrotóxico” e seus sinônimos traz consigo certa bagagem ideológica. Os setores mais conectados à indústria química e ao agronegócio sustentam que a terminologia correta é a expressão “defensivos agrícolas”<sup>9</sup>. Por outro lado, os grupos sociais mais identificados com as pautas ambientais e sociais relacionadas ao tema, defendem que a melhor alternativa seria a utilização do termo “agrotóxicos”.

A criação do termo “agrotóxico” é creditada ao professor de Agricultura da Universidade de São Paulo, Adilson Paschoal, que buscou estudar as substâncias químicas aplicadas na agricultura em sua obra “Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções”. De acordo com a interpretação do acadêmico, a nomenclatura “agrotóxico” seria a mais correta, pois estaria de acordo com os efeitos produzidos por essas substâncias, além de estar alinhado com o campo científico de estudo de tais insumos. Nas palavras de Paschoal<sup>10</sup>:

“Uma sugestão é o termo agrotóxicos, que tem sentido geral para todos os produtos químicos usados nos agroecossistemas para combater pragas e doenças. O termo é uma contribuição útil, já que a ciência que estuda esses produtos chama-se toxicologia.”

Em contrapartida, o setor agroexportador brasileiro prefere a utilização de um eufemismo. A nomenclatura defensivo agrícola apresenta uma conotação mais amigável aos setores industriais conectados ao agronegócio. Tal estratégia é ainda impulsionada pela mídia, que busca propagar a utilização do termo, colocando em prática um verdadeiro plano de *marketing* digital<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> “A palavra “Agrotóxico” é imprecisa e algo carregado ao julgamento de um valor - resquício do tempo, há muito tempo deixado para trás, em que estas substâncias eram colocadas no mercado sem pesquisa suficiente sobre suas propriedades e seus efeitos, e usadas de forma indiscriminada. O nome certo é “defensivo agrícola”, uma vez que esses produtos servem não para intoxicar a lavoura ou o produtor, mas sim para defender a plantação de pragas, insetos e parasitas e evitar que ela se perca.” In A verdade sobre agrotóxicos, Revista Veja, janeiro de 2012. Disponível em: <[https://www.agrolink.com.br/noticias/a-verdade-sobre-os-agrotoxicos\\_142165.html](https://www.agrolink.com.br/noticias/a-verdade-sobre-os-agrotoxicos_142165.html)>, Acesso em: 22 ago. 2020.

<sup>10</sup> PASCHOAL, A.D. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1979. p. 35.

<sup>11</sup> LOPES, Maria Elizabete Barretto de Menezes. **Agrotóxicos na imprensa: análise de algumas revistas e jornais brasileiros**. 2010. Tese (Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010. p. 31. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-20092010-110934/pt-br.php>> Acesso em: 28 out. 2020.

A controvérsia em torno do termo é tão relevante que, em 2015, o deputado Covatti Filho propôs o Projeto de Lei nº 3200/2015, que, dentre outras medidas, determinava a revogação da Lei nº 7.802/89 e estabelecia uma nova nomenclatura para o termo “agrotóxicos”<sup>12</sup>. A categoria passaria a se chamar “produto defensivo fitossanitário”:

“Art. 5º Para os efeitos desta Lei, consideram-se  
(...)

XXXIV – produto defensivo fitossanitário – produto e agente de processos físicos, químicos ou biológicos, destinado ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas plantadas cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;”

Porém, na perspectiva de Paschoal a utilização de tal conceito não seria ainda correta. Em sua visão, tais produtos químicos são causadores de uma quantidade maior de pragas, pois acabam ocasionando um verdadeiro desequilíbrio biológico ao meio ambiente<sup>13</sup>:

“ A palavra defensivo, usada com sentido mais amplo para incluir não apenas pragas mas também agentes patológicos, é outra incoerência, uma vez que, como mostramos com vários exemplos, muitos desses agentes químicos, entre os quais o grupo todo dos clorados persistentes, são na realidade causadores de maiores e mais graves ataques de pragas, pelos desequilíbrios biológicos que produzem; como então chamar de defensivo algo que também pode agir no sentido de agravar a situação da agricultura e diminuir o lucro dos agricultores? (...) Quando pensamos em termos da natureza, tais produtos não podem ser encarados como instrumentos de defesa, mas sim de destruição e perturbação do equilíbrio da biosfera.”

O foco do presente trabalho não é a discussão entre os prejuízos e os benefícios do uso de cada um desses termos ou o embate de narrativas presente nessa controvérsia. Por essa razão, “agrotóxicos” e “defensivos agrícolas” serão utilizados de modo alternado, como sinônimos para garantir uma maior fluidez literária, sem que haja qualquer espécie de valoração na utilização dos termos. Mesmo porque a própria legislação pátria, em nível federal, somente

<sup>12</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Ordinária nº 3200/2015**. Dispõe sobre a Política Nacional de Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental, seus Componentes e Afins, bem como sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de defensivos fitossanitários e de produtos de controle ambiental, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1996620>> Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>13</sup> PASCHOAL, A.D. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1979. p. 34-35.

utiliza a nomenclatura “agrotóxico” para as substâncias químicas, físicas e biológicas utilizadas em toda a cadeia de produção agrícola.

Por isso, considerar-se-á como agrotóxico os insumos químicos previsto no rol taxativo do art. 2º, I, “a” da Lei nº 7.802/89. O referido dispositivo possui a seguinte redação:

“Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se: I - agrotóxicos e afins: a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;”

Assim, na presente monografia considerar-se-ão como agrotóxicos as substâncias que se enquadram no dispositivo supracitado. Dessa forma, tem-se uma limitação conceitual sobre o que está sendo aqui abordado. Após este esclarecimento, abordaremos em seguida uma breve evolução histórica do tema e sua relevância temática atual.

## **I.2. Breve Perspectiva Histórica e Relevância Temática**

A produção de alimentos sempre foi uma preocupação das sociedades humanas. Há alguns milhares de anos, a humanidade transformou a maneira pela qual se alimentava. A criação das plantações agrícolas reformulou a vida humana, transformando as plantas e estas por sua vez, acabaram por transformar a humanidade<sup>14</sup>. A partir desta perspectiva, a história das sociedades humanas pode ser considerada como a luta entre o homem e a natureza com o propósito de saciar as necessidades vitais humanas<sup>15</sup>.

Mais recentemente, a Revolução Industrial catalisou a produção por alimentos. Era necessário produzir cada vez mais, para alimentar a crescente e numerosa sociedade industrial.

---

<sup>14</sup> STANDAGE, Tom. **Uma história comestível da humanidade**. [S. l.]: Zahar, 2010. p. 1.

<sup>15</sup> PARDO, José Esteve. **Privilege domain of risk treatment: Risk and Health**. In: European Review of Public Law. Vol. 15. N. 1. Spring/pritemps.2003. Published with the University of Paris (Panthéon-Sorbonne), the National and Capodistrian of Athens and Erasmuns programme of the European Communities. London: Esperia Publications Ltd, 2003. p. 109. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=941633> > Acesso em: 15 out 2020

A mecanização da agricultura e o uso de insumos químicos proporcionaram um aumento de produção necessário<sup>16</sup> nos séculos XVIII e XIX.

Entretanto, o século XX foi o verdadeiro berço temporal dos defensivos agrícolas. A Segunda Guerra Mundial<sup>17</sup> atuou como o verdadeiro catalisador no desenvolvimento e na produção de agrotóxicos. Produtos químicos que haviam sido elaborados e utilizados contra outros seres humanos no decorrer do conflito foram utilizados, em seguida, como pesticidas.<sup>18</sup>

Nessa toada, o aumento de defensivos agrícolas no Brasil desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XX. No início da década de 60, o mundo vivenciou a produção e utilização em série de tais substâncias<sup>19</sup>, principalmente nas nações menos desenvolvidas. A mecanização do campo e a massificação da aplicação de insumos químicos na agricultura formavam um fenômeno que ficou conhecido como “Revolução Verde<sup>20</sup>”.

No Brasil, as primeiras fábricas de defensivos agrícolas foram instaladas na década de 1940. Assim, em termos de confecção de marco regulatório, o país inaugurou<sup>21</sup> a regulação de agrotóxicos através da promulgação do Decreto nº 24.114/1934. A legislação apresentava as primeiras exigências administrativas para a comercialização de agrotóxicos. Em aspectos práticos, a União possuía quase todas as atribuições relativas ao processo regulatório, com um

<sup>16</sup> VAZ, Paulo Afonso Brum. **O direito ambiental e os agrotóxicos: responsabilidade civil, penal e administrativa**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p.27

<sup>17</sup> PASCHOAL, A.D. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1979. p. 34.

<sup>18</sup> SANBORN, M; COLE, D; KERR, K; VAKIL, C; SANIN, LH; BASSIL, K. **Pesticides literature review: Systematic review of pesticide human health effects**. Toronto: The Ontario College of Family Physicians, 2004. Disponível em: <https://www.beyondpesticides.org/assets/media/documents/documents/systematic-review-canada-pesticides.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2020

<sup>19</sup> Sobre a expansão e o desenvolvimento dos defensivos agrícolas, comenta Ferreira: “A partir da década de 60, em especial, com a Revolução Verde, houve a massificação da utilização de pesticidas. Essa revolução consistiu na adoção de práticas agrícolas baseadas no uso intensivo de insumos químicos e instrumentos mecânicos pelos países do Terceiro Mundo.” (FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. **A Regulação do Uso dos Agrotóxicos no Brasil: Uma proposta para um Direito de Sustentabilidade**. Orientador: José Rubens Morato Leite. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 44. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122689>>. Acesso em: 22 out. 2019.)

<sup>20</sup> A Revolução Verde ou Terceira Revolução Agrícola é o nome dado ao fenômeno de em que a produção agrícola mundial aumentou drasticamente, devido aos avanços tecnológicos, principalmente através da utilização de insumos químicos e mecânicos. O termo “Revolução Verde” foi cunhado por William S. Gaud, administrador da Agência estadunidense para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em um discurso proferido em 08/03/1968. Disponível em: <<http://www.agbioworld.org/biotech-info/topics/borlaug/borlaug-green.html>> Acesso em: 10 ago. 2020.

<sup>21</sup> MILKIEWICZ, Larissa; LIMA, José Edmilson de Souza. **Análise do registro de agrotóxico no Direito Ambiental brasileiro**. Revista Brasileira de Direito. Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 7-26, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6786464>> Acesso em: 14 out. 2020.

verdadeiro protagonismo do MAPA. A preocupação com as questões ambientais e relativas ao direito à saúde não eram definitivamente o foco. As exigências legais estabeleciam poucos critérios para a comercialização de agrotóxicos<sup>22</sup>.

O ente federal responsável pela análise do produto era o Serviço de Defesa Sanitária Animal (subdivisão administrativa do MAPA). A colaboração e a integração com outros entes administrativos se resumiam à previsão legal do art. 55 do diploma legal. Isto é, somente poderiam acontecer através de solicitação ao Instituto de Biologia Vegetal e de outras repartições, sempre que fosse “conveniente” ao Serviço de Defesa Sanitária Animal. Diferentemente do que prevê a Lei nº 7.802/89 e o Decreto nº 4.074/2002, a referida legislação buscava centralizar o processo regulatório no Ministério da Agricultura, estabelecendo exigências legais pouco rígidas em um tema cada vez mais multifacetado e não determinando uma manifestação obrigatória de outros órgãos. O referido dispositivo possuía a seguinte redação:

“Art. 55. O serviço de Defesa Sanitária Vegetal procederá aos ensaios que se fizerem necessários quanto a praticabilidade e eficácia dos produtos e preparados solicitando, sempre que for **conveniente** a colaboração científica do Instituto de Biologia Vegetal e de outras repartições.” (grifou-se)

Entretanto, foi durante o regime militar<sup>23</sup>, nos anos 70, que ocorreu a verdadeira criação de complexo agroindustrial brasileiro. Assim como em outras nações em desenvolvimento, tal fenômeno histórico foi incentivado pelo governo militar<sup>24</sup>, através de diversas medidas econômicas que visavam fomentar e desenvolver o aumento da produtividade agrícola brasileira. Nesse sentido, a intervenção estatal brasileira contou com mecanismos de atuação direta e indireta.

<sup>22</sup> TOLEDO, Dolina Sol Pedroso de. **Limites ao Poder Econômico e Agricultura: A Regulação e a regulamentação do mercado de agrotóxicos no Brasil**. Orientador: Solange Teles da Silva. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. p. 19. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1084/1/Dolina%20Sol%20Pedroso%20de%20Toledo.pdf>> Acesso em: 13 out. 2020.

<sup>23</sup> PELAEZ, V. M.; DA SILVA, L. R.; GUIMARÃES, T. A.; DAL RI, F.; TEODOROVICZ, T. A. (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, SP, v. 14, p. 153-178, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649104>>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>24</sup> TERRA, Fábio Henrique Bittes; PELAEZ, Victor Manoel. **A evolução da indústria de agrotóxicos no Brasil de 2001 a 2007, a expansão da indústria e as modificações na lei de agrotóxicos**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/fabio\\_terra/publication/237585189\\_a\\_evolucao\\_da\\_industria\\_de\\_agrotoxicos\\_no\\_brasil\\_de\\_2001\\_a\\_2007\\_a\\_expansao\\_da\\_agricultura\\_e\\_as\\_modificacoes\\_na\\_lei\\_de\\_agrotoxicos/links/54096fc40cf2822fb738d364/aevolucao-da-industria-de-agrotoxicos-no-brasil-de-2001-a-2007-a-expansao-da-agricultura-e-as-modificacoes-na-leideagrotoxicos.pdf?origin=publication\\_detail](https://www.researchgate.net/profile/fabio_terra/publication/237585189_a_evolucao_da_industria_de_agrotoxicos_no_brasil_de_2001_a_2007_a_expansao_da_agricultura_e_as_modificacoes_na_lei_de_agrotoxicos/links/54096fc40cf2822fb738d364/aevolucao-da-industria-de-agrotoxicos-no-brasil-de-2001-a-2007-a-expansao-da-agricultura-e-as-modificacoes-na-leideagrotoxicos.pdf?origin=publication_detail)> Acesso em: 10 ago. 2020.

Na seara indireta, a atuação estatal ocorreu através da concessão facilitada de créditos bancários. O incentivo estatal teve seu ápice com a elaboração do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o mecanismo foi criado em 1965 e se apresentou como uma das principais formas de intervenção estatal indireta no fomento ao setor agrícola brasileiro<sup>25</sup>.

Já a intervenção direta ocorreu mediante à criação de uma empresa pública para o setor agropecuário. Em 1972, o governo Geisel através do Decreto nº 5.851/72, criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA<sup>26</sup>). Tal empresa pública foi constituída com o propósito de incentivar o agronegócio brasileiro, a partir de uma perspectiva nacional-desenvolvimentista<sup>27</sup>, como um dos pilares do denominado “Milagre Econômico”.

Mesmo após a redemocratização, os governos brasileiros continuaram a atribuir benefícios ao setor agrícola brasileiro. A partir dos incentivos e políticas públicas criadas na 2ª metade do século XX, a indústria e o consumo de defensivos agrícolas apresentaram crescimento contínuo em território nacional. No ano de 2008, vinte anos após o fim do regime militar, o país apresentou a marca de maior consumidor de defensivos agrícolas do mundo<sup>28</sup>. Em termos econômicos, o faturamento líquido<sup>29</sup> da indústria de defensivos agrícolas

---

<sup>25</sup> Sobre o papel do Estado brasileiro na criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Flávia Londres sustenta: “Neste processo, teve papel central a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos químicos pelos agricultores.” (LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa, 2011. P.18. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2011/10/31/agrotoxicos-no-brasil-um-guia-para-acao-em-defesa-da-vida-0>> Acesso em: 10 ago. 2020.)

<sup>26</sup> A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ocorreu através da promulgação da Lei nº 5.851/72, que ocorreu em 7/12/1972 e de seu registro na Junta Comercial, em 26/04/1973.

<sup>27</sup> Margarida de Cássia Campos informa que a criação da EMBRAPA está intrinsecamente conectada com a lógica do nacional-desenvolvimentismo militar: “O “boom de commodities” ocorrido no início da década de 1970 foi mais um incentivo às exportações agrícolas dos países periféricos. Esses fatores contribuíram para o entendimento da criação da EMBRAPA, justamente em meio ao Milagre Econômico, como mais uma estatal criada para servir de base de sustentação do “Projeto Nacional Desenvolvimentista”, Este, por sua vez, deveria ser realizado via industrialização, contando com suporte de um setor agrícola dinâmico e capitalista.”. (CAMPOS, Margarida de Cássia. **O Projeto Nacional Desenvolvimentista, A Dinâmica da Agricultura e As Configurações Espaciais - 1964 a 1979**. Espaço Aberto, PPGG - UFR, [s. l.], v. 1, ed. 1, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5301648>>. Acesso em: 10 ago. 2020.)

<sup>28</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Produtos agrotóxicos e afins comercializados em 2009 no Brasil: uma abordagem ambiental**. Brasília: IBAMA, 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7853213-Ibama-m-m-a-produtos-agrotoxicos-e-afins-comercializados-em-2009no-brasil-uma-abordagem-ambiental.html>> Acesso em: 11 ago. 2020.

<sup>29</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. **O desempenho brasileiro da indústria química em 2019**. Disponível em: <[https://abiquim-files.s3-us-west-2.amazonaws.com/uploads/guias\\_estudos/Livreto-Enaiq2019\\_Abiquim\\_.pdf](https://abiquim-files.s3-us-west-2.amazonaws.com/uploads/guias_estudos/Livreto-Enaiq2019_Abiquim_.pdf)> Acesso em: 11 ago. 2020.

no Brasil foi de R\$ 11,8 bilhões, uma alta de 12, 4% em relação ao ano anterior. Tais estatísticas demonstram a relevância econômica e social da produção de agrotóxicos no Brasil.

Porém, o tema não deve ser abordado somente a partir de uma ótica econômica, pois os resíduos desses insumos químicos podem continuar presentes no ambiente por muitos anos e provocar sérios danos à saúde humana e ao meio ambiente<sup>30</sup>. Este é o caso, por exemplo, de um herbicida denominado Atrazina, um dos mais utilizados no Brasil<sup>31</sup>, que mesmo 18 (dezoito) anos após seu uso regular em plantações na Alemanha<sup>32</sup> continuou ativo nos ambientes em que foi utilizado. Seu uso influenciou negativamente o solo, os lençóis freáticos e as espécies da fauna e flora da região.

A presença de tais dejetos químicos não ocasiona consequências somente ao ambiente. A saúde humana também é afetada pela sua utilização. Os alimentos produzidos absorvem quantidades<sup>33</sup> relevantes das substâncias presentes nos defensivos agrícolas.

Os efeitos prejudiciais dos agrotóxicos foram denunciados pela primeira vez através da publicação do livro “Primavera Silenciosa”, *magnum opus* da cientista e bióloga estadunidense Rachel Carson. Em sua obra, a autora sustenta que todos os seres humanos estão contaminados, em maior ou menor grau, com tais substâncias, até mesmo os tecidos celulares dos fetos em desenvolvimento<sup>34</sup>.

Percebe-se que há certa antítese entre os diversos aspectos que permeiam a utilização e a comercialização de tais substâncias. Sob o prisma da seara econômica, o uso e a venda de tais produtos apresentam vultosos resultados em termos de produtividade e eficiência. Entretanto,

---

<sup>30</sup> PASCHOAL, A.D. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1979. p. 3.

<sup>31</sup> DIAS, Agata Cristina Lima *et al.* **Ocorrência de Atrazina em águas no Brasil e remoção no tratamento da água: revisão sistemática**. Revista Internacional de Ciências, Rio de Janeiro, v. 8, ed. 02, p. 234-253, 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/ric>>. Acesso em: 29 set. 2020.

<sup>32</sup> JABLONOWSKI, Nicolai Davi; SCHAFFER, Andreas; BUREAU, PETER. **Still present after all these year: persistence plus potential toxicity raise questions about the use of atrazine**. In: Environmental Science and Pollution Research International. 2011. February; 18 (2): 328-331. p. 328. Disponível em:<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21191660/>>. Acesso em: 13 set. 2020.

<sup>33</sup> JARDIM, Isabel Cristina Sales Fontes; ANDRADE, Juliano de Almeida; QUEIROZ, Sonia Claudia do Nascimento de. **Resíduos de agrotóxicos em alimentos: uma preocupação ambiental global - Um enfoque às maçãs**. Quím.Nova,SãoPaulo, v.32, n.4, p.9961012, 2009.Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40422009000400031&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422009000400031&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 ago. 2020.

<sup>34</sup> CARSON, R. 1907-1964. **Primavera silenciosa**. [s. l.]: Crítica, 2001. p. 25.



por outro lado, existe a preocupação de que o emprego desses insumos possa afetar o meio ambiente, a saúde de populações inteiras e principalmente dos trabalhadores rurais<sup>35</sup> que lidam diariamente com a aplicação dos defensivos agrícolas.

A complexidade e relevância do tema exigem que os entes reguladores possuam mecanismos eficientes de coordenação, para viabilizar o melhor resultado possível ao processo de regulação de tais produtos. Nesse sentido, o presente trabalho busca auxiliar em alguma medida na constatação de falhas de integração entre os diversos entes responsáveis pelo processo regulatório de tais substâncias. Afinal, cada um dos aspectos supracitados possui valor constitucional relevante, conforme será demonstrado a seguir.

### **I.3. Princípios e Direitos Constitucionais Envolvidos.**

De modo expreso, a CFRB/88 apenas aborda o tema dos defensivos agrícolas em um único artigo<sup>36</sup>. O art. 220, §4º da Carta Maior suscita a preocupação com as propagandas que tenham os agrotóxicos como tema. Nota-se que o texto constitucional cria uma obrigação informacional sobre riscos na veiculação de material publicitário sobre tais substâncias químicas. Tal restrição não pode ser considerada de maneira isolada. Isto é, o constituinte originário buscou aqui proteger a saúde do consumidor.

Nesse sentido, a Constituição Federal estabelece em seu art. 5º, XXXII, como uma das obrigações do Estado a tutela da defesa do consumidor. O direito do consumidor é norma principiológica e direito fundamental do cidadão<sup>37</sup>. Além disso, é ainda um dos pilares da ordem econômica nacional, conforme determina o art. 170, V do texto constitucional.

---

<sup>35</sup> SILVA, Jandira Maciel da et al. **Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, Dec. 2005. p. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000400013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>36</sup> “Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.  
(...)”

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, **agrotóxicos**, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso. (grifou-se)”

<sup>37</sup> TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor: Direito Material e Processual. Volume único**. São Paulo: Editora Método, 2014. p.3-6.



Os consumidores são afetados por tais produtos, pois parte considerável dos alimentos consumidos existentes no mercado possuem quantidades substanciais de defensivos agrícolas<sup>38</sup>. A compra de alimentos que têm como origem os campos fertilizados e resguardados por agrotóxicos apresenta, em grande medida, riscos à saúde do consumidor<sup>39</sup>.

O direito à saúde é outro importante garantia fundamental relevante para o estudo em questão. O texto constitucional prevê expressamente a proteção a tal direito em dois artigos constitucionais. O primeiro deles é o art. 6º, que enquadra a saúde como um direito social. Há ainda o art. 196, que apresenta a seguinte redação:

“Art. 196. **A saúde é direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que **visem à redução do risco de doença** e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (grifou-se)

A partir da leitura deste dispositivo, percebe-se que o Estado possui um forte papel na garantia do direito à saúde, devendo promover ainda a redução do risco de doenças. Assim, a administração pública detém um dever positivo ao ser obrigada a resguardar a saúde dos cidadãos. O poder público possui a obrigação legal de minimizar o risco das possíveis doenças, quando existem indícios científicos para seu respectivo combate.<sup>40</sup> Ou seja, o Estado deve adotar atitudes positivas para frear e evitar a disseminação de enfermidades. Nesse sentido, realizar uma gestão eficiente na regulação de defensivos agrícolas é parte relevante dessa obrigação constitucional.

A saúde do cidadão não é afetada somente a partir da compra de produtos que contenham em alguma medida tais substâncias. O trabalhador rural é um dos indivíduos mais afetados em todo o processo de aplicação e utilização de defensivos<sup>41</sup>. Afinal, eles são os

<sup>38</sup> FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. **A Regulação do Uso dos Agrotóxicos no Brasil: Uma proposta para um Direito de Sustentabilidade**. Orientador: José Rubens Morato Leite. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 93. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122689>>. Acesso em: 22 out. 2019.

<sup>39</sup> Ibidem. p. 165

<sup>40</sup> FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. **A Regulação do Uso dos Agrotóxicos no Brasil: Uma proposta para um Direito de Sustentabilidade**. Orientador: José Rubens Morato Leite. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 166. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122689>>. Acesso em: 22 out. 2020.

<sup>41</sup> FARIA, Neice Müller Xavier et al. **Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.20, n.5, p.1298-1308, Oct. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2004000500024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000500024&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 out. 2020

responsáveis pela aplicação e manejo desses insumos. A situação dos trabalhadores rurais é ainda mais precária que a do consumidor, posto que estes trabalham em ambientes com condições sanitárias insalubres e não possuem a instrução mínima necessária para o manejo de agrotóxicos<sup>42</sup>. Os constituintes originários, cientes da verdadeira hipossuficiência do trabalhador rural decorrente de suas condições de trabalho, inseriram no texto constitucional a proteção existente no art. 7, XXII da CF/88.

Há ainda outro bem jurídico constitucional que é seriamente danificado a partir da existência de uma regulação ineficiente de agrotóxicos: o meio ambiente. A CF/88 foi a primeira constituição brasileira a trazer forte relevância a proteção de um meio ambiente equilibrado, tendo, inclusive, sido criado um capítulo exclusivo ao tema no texto constitucional<sup>43</sup>. A Constituição buscou estabelecer, a partir de uma perspectiva sistemática, uma obrigação genérica de não degradação do meio ambiente, somada a uma forte diretriz ecológica da propriedade privada, ampliando a proteção dos entes públicos no controle, gestão e coordenação das questões ambientais brasileiras.

Tal lógica pode ser apreendida de todo o sistema constitucional pátrio, principalmente em relação ao caput do art. 225 da Carta Magna<sup>44</sup>. O dispositivo pode ser considerado como um dos pilares do Direito Ambiental brasileiro, e da própria proteção ao meio ambiente, atribuindo a todos os indivíduos o direito a possuir um meio ambiente ecologicamente protegido e equilibrado. Não é à toa que o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)<sup>45</sup> n.º 3540-1 determinou o seguinte:

**“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trata-se de um típico direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que assiste a todo o gênero humano (RTJ 158/205-206). Incumbe, ao Estado e à própria coletividade, a especial obrigação de defender e preservar, em benefício das presente e futuras gerações, esse direito de titularidade coletiva e de caráter**

<sup>42</sup> VEIGA, Marcelo Motta; SILVA, Dalton Marcondes; VEIGA, Lilian Bechara Elabras; FARIA, Mauro Velho de Castro. **Análise da contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do sudeste do Brasil**. In: Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, p. 2392, Nov, 2006. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2006001100013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001100013)> Acesso em: 29 out. 2020

<sup>43</sup> FRANCO, Caroline da Rocha. **A formulação da política de agrotóxicos no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2014. p. 54. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35661#:~:text=Resumo%3A%20A%20Lei%20brasileira%20de,a%20%C3%B3gica%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>44</sup> “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

<sup>45</sup> STF, ADI n.º 3540-1- MC/DF/2005, rel. Min. Celso de Mello, j. em 01.09.2005.

transindividual (RTJ 164/158-161). O adimplemento desse encargo, que é irrenunciável, representa a garantia de que não se instaurarão, no seio da coletividade, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade, que a todos se impõe, na proteção desse bem essencial de uso comum das pessoas em geral.” (grifou-se)

A decisão apresenta ainda outro fundamental ponto na discussão sobre o direito ao meio ambiente equilibrado: a inclusão deste direito como um direito de terceira geração. A evolução social e suas consequentes transformações fizeram com que novas gerações de direitos fossem surgindo ao longo dos séculos. Aqueles de terceira geração possuem como alicerce o princípio da solidariedade, e tem como um de seus expoentes o direito ao meio ambiente equilibrado<sup>46</sup>. Tal direito possui como peculiaridade a sua transindividualidade. Ou seja, abarca toda a sociedade e não se limita a determinados grupos específicos.

Essa característica faz com que a garantia a um meio ambiente ecologicamente equilibrado demande do Estado, não somente uma prestação negativa, isto é, fiscalizar e punir aqueles que não cumpram as normas atinentes ao tema. É necessário ir além. O Estado deve promover, através de suas ações e políticas públicas, medidas concretas que visem a proteção do mesmo. Há aqui a exigência de que ele possua um verdadeiro papel ativo na proteção ambiental.<sup>47</sup> A administração pública deve promover políticas públicas e gerir suas ações com o propósito de garantir um meio ambiente equilibrado, e a regulação eficiente de defensivos agrícolas é um elemento relevante desse processo, posto que o Brasil, como foi anteriormente demonstrado, é um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo.

Por outro lado, a utilização e comercialização de tais produtos possui amparo em outros dispositivos constitucionais igualmente relevantes. O primeiro deles é a própria garantia fundamental à propriedade privada, insculpida<sup>48</sup> no art. 5º, *caput*, da CF/88. Entretanto, é mais do que necessário lembrar que a propriedade deve cumprir sua função social. A regulação

<sup>46</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.p. 56-57.

<sup>47</sup> Nesse sentido, sustentam Rangel, Farias e Teixeira: “Por derradeiro, o quarto pilar é a corresponsabilidade, que impõe ao Poder Público o dever geral de se responsabilizar por todos os elementos que integram o meio ambiente, assim como a condição positiva de atuar em prol de resguardar. Igualmente, tem a obrigação de atuar no sentido de zelar, defender e preservar, asseverando que o meio-ambiente permaneça intacto.” (VERDAN RANGEL, T. L.; DOS REIS ARIAS, K.; ARAÚJO TEIXEIRA, E. **Análise dos Direitos Humanos Ambientais na Constituição de 1988: O Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado como reflexo dos Direitos de Terceira Geração**. (Portuguese). LexHumana, [s.l.],v.5,n.2,p.154,2013.Disponível em:<http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/336/267#>. Acesso em: 15 ago. 2020.)

<sup>48</sup> O caput do artigo 5º, inserido no “Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, assim dispõe: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

de defensivos agrícolas e a função social da propriedade estão intimamente conectadas, dado que um dos critérios que deve ser utilizado como limite à propriedade é a própria preservação do meio ambiente<sup>49</sup>, conforme determina o art. 186, III, da CFRB/88.

#### **I.4. Sistema Constitucional de Competências para legislar sobre agrotóxicos**

A CFRB/88 criou uma federação tripartite, estabelecendo competências entre a União, os estados federados e os municípios. A criação de um modelo federativo com 3 (três) entes federados buscava inicialmente organizar um modelo descentralizador. Entretanto, a instauração deste modelo trouxe certa complexidade para a atribuição de competências em relação ao processo regulatório de agrotóxicos<sup>50</sup>.

A temática ambiental foi atribuída aos três entes federativos, nos termos do art. 24 c/c art. 30, I e II, da CFRB/88. Isto é, o texto constitucional determinou que a competência para legislar sobre meio ambiente deveria ser concorrente, cabendo à União Federal estabelecer normas gerais sobre o tema. A competência legislativa sobre agrotóxicos, está inserida no âmbito legislativo da proteção da saúde e do meio ambiente<sup>51</sup>.

Porém, o termo “normais gerais” revela-se um conceito jurídico indeterminado. Por essa razão, a questão foi judicializada algumas vezes no STF. Nos julgamentos, o tribunal entendeu que em relação à competência para legislar sobre defensivos agrícolas, os entes da federação possuem competência concorrente sobre o tema. Por isso, a Corte já estabeleceu que os estados da federação podem legislar sobre a temática dos agrotóxicos, desde que obedeçam às diretrizes gerais estabelecidas em lei federal. Esse foi o entendimento do RE 286789/RS, de relatoria da Min. Ellen Gracie<sup>52</sup>, que questionava a constitucionalidade da Lei nº 7.747/2-RS,

---

<sup>49</sup> FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. **A Regulação do Uso dos Agrotóxicos no Brasil: Uma proposta para um Direito de Sustentabilidade**. Orientador: José Rubens Morato Leite. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 165. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122689>>. Acesso em: 22 out. 2019.

<sup>50</sup> SOUZA, Larissa Camapum de. **Análise da Legislação sobre Agrotóxicos no Brasil: Regulação ou Desregulação do Controle do Uso?**. Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <[http://www.esmp.sp.gov.br/revista\\_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/](http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/)> Acesso em: 10. Set. 2020.

<sup>51</sup> FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. **A Regulação do Uso dos Agrotóxicos no Brasil: Uma proposta para um Direito de Sustentabilidade**. Orientador: José Rubens Morato Leite. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 170. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122689>>. Acesso em: 22 out. 2019.

<sup>52</sup> STF, RE n.º 286789/RS/2005, rel. Min. Ellen Gracie, j. em 08.03.2005.

diploma legal estruturador de um banco de dados sobre a venda de agrotóxicos no estado do Rio Grande do Sul:

“A pesquisa, a produção, a comercialização, o uso e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins encontram-se disciplinados pela Lei Federal nº 7.802/89. Neste diploma estão inscritas normas que delegam para Estados, Distrito Federal e Municípios o poder de legislar sobre a matéria e fiscalizar o uso deste tipo de produtos, conforme leitura dos artigos 4º, 10 e 11.

Não vejo, portanto, como censurar normas estaduais viabilizadoras de fiscalização que, segundo previsto na Constituição e em lei federal, deve ser exercida pela União e seus entes Federados, **desde que respeitados os contornos fixados nas regras gerais.**” (grifou-se)

Em relação à competência municipal, o tribunal firmou entendimento de que os municípios também possuem competência para legislar, sob o argumento de que estes poderiam atuar em defesa do interesse local. A Corte decidiu no julgamento do RE 1045719 AgR/MG, de relatoria da Min. Rosa Weber<sup>53</sup>, que o município poderia legislar sobre o lançamento de agrotóxicos pela via aérea, desde que obedecesse às normas federais e estaduais pertinentes, não havendo qualquer usurpação por parte deste:

“O entendimento adotado no acórdão recorrido não diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal, no sentido de que “O município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e **desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados** (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da Constituição Federal)” (RE 586.224-RG), razão pela qual não se divisa a alegada ofensa aos dispositivos constitucionais suscitados.” (grifou-se)

Assim, nota-se que o entendimento do STF é o de todos os entes da federação possuem competência para legislar sobre a regulação de agrotóxicos, cabendo à União o estabelecimento de normas gerais. Assim nos ensina Souza<sup>54</sup>:

“Já a competência legislativa é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24), **cabendo a primeira a legislação de regras gerais (preponderância no que tange a interesses nacionais), e aos segundos legislar sobre normas mais específicas e com base em problemas regionais**, o que não impede que esses últimos exerçam competência geral em caso de ausência de lei federal sobre o tema.” (grifou-se)

<sup>53</sup> STF, RE nº 1045719 AgR/ MG, rel. Min. Rosa Weber, j. em 05.02.2018.

<sup>54</sup> SOUZA, Larissa Camapum de. **Análise da Legislação sobre Agrotóxicos no Brasil: Regulação ou Desregulação do Controle do Uso?**. Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: < [http://www.esmp.sp.gov.br/revista\\_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/](http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/) > Acesso em: 10. Set. 2020.

Nesse sentido, a Lei nº 7.802/89, marco regulatório que será estudado mais profundamente nos próximos tópicos, determinou que a União possuiria as seguintes competências: (i) legislar sobre a produção, registro, comércio interestadual, exportação, importação, transporte, classificação e controle tecnológico e toxicológico; (ii) controlar e fiscalizar os estabelecimentos de produção, importação e exportação; (iii) analisar os produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, nacionais e importados; (iv) controlar e fiscalizar a produção, a exportação e a importação.

Os Estados e o Distrito Federal, por sua vez, seriam responsáveis por legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como fiscalizar o uso, consumo, comércio, armazenamento e transporte interno dos mesmos. A referida legislação determinou ainda, que os Municípios possuem competência suplementar para legislar sobre o uso e o armazenamento dos defensivos agrícolas<sup>55</sup>.

A CFRB/88 e a Lei nº 7.802/89 estabeleceram um sistema de cooperação entre os 3 (três) entes federados. Buscou-se criar um verdadeiro Estado Federal Cooperativo entre os três níveis de Poder Público<sup>56</sup>. A regulação de defensivos agrícolas é assunto complexo não somente pelos seus aspectos multidisciplinares, mas também pela própria repartição de competências estabelecida na CFRB/88 e nas legislações infraconstitucionais. **Porém, no presente trabalho, analisar-se-á a atuação federal no processo regulatório de defensivos agrícolas. O controle exercido pelos estados e municípios foge ao escopo da análise aqui pretendida.**

### **I.5. A Elaboração do Marco Regulatório: a Lei nº 7.802/89**

A legislação existente para o processo de regulação de defensivos agrícolas existente até a elaboração da Lei nº 7.802/89 era inexpressiva<sup>57</sup>. Antes da edição do referido texto a

---

<sup>55</sup> “Art. 11. Cabe ao Município legislar supletivamente sobre o uso e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins.”

<sup>56</sup> Nesse sentido sustenta Ferreira “Entende-se que se faz necessário que os demais Estados legislem sobre o tema, tendo em vista a competência concorrente prevista no artigo 24 da Constituição Federal e a ausência de uma norma federal específica sobre o assunto. Esse dever se reforça considerando se o princípio da solidariedade, sustentáculo do Estado Federal Cooperativo Brasileiro. A solidariedade em que se baseia o Estado Federal brasileiro decorre de preceito constitucional.” (FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. **A Regulação do Uso dos Agrotóxicos no Brasil: Uma proposta para um Direito de Sustentabilidade**. Orientador: José Rubens Morato Leite. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 305. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122689>>. Acesso em: 10 ago. 2020.)

<sup>57</sup> TOLEDO, Dolina Sol Pedroso de. **Limites ao Poder Econômico e Agricultura: A Regulação e a regulamentação do mercado de agrotóxicos no Brasil**. Orientador: Solange Teles da Silva. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. p. 19. Disponível em:



matéria era tratada pelo Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, que datava de 1934 e apresentava um marco regulatório centralizador e insuficiente para a complexidade do tema. Por isso, a aprovação um novo diploma legal mais atualizado e consistente era ato mais do que necessário.

Nessa toada, o contexto histórico do surgimento da Lei nº 7.802/89 está intimamente conectado com o fortalecimento global das descobertas científicas e pautas relacionadas à preservação da saúde humana e proteção ao meio ambiente<sup>58</sup>. No Brasil, o fim do regime militar brasileiro proporcionou o acolhimento de tais ideias. A própria elaboração da Constituição Federal contou com extensa participação popular<sup>59</sup>. Não é à toa que a CFRB/88 é a primeira constituição brasileira a promover um capítulo exclusivo à proteção ambiental no texto constitucional<sup>60</sup>.

Além disso, assim como nos dias de hoje, o Brasil sofria internacionalmente certa pressão política em relação aos temas relacionados à proteção ambiental. Apesar das conquistas garantidas através do texto constitucional de 1988, inúmeras questões ainda se mostravam pendentes. O assassinato do ativista Chico Mendes repercutiu fortemente no exterior, e isto exigia das autoridades brasileiras uma resposta legal à altura<sup>61</sup>.

Assim, no ano de 1985, Pedro Simon, ministro da Agricultura do governo Sarney, foi o encarregado de reunir uma comissão especial que possuía como propósito elaborar um anteprojeto legislativo sobre a regulação dos defensivos agrícolas. A edição de tal legislação substituiria a defasada legislação em vigor, o Decreto nº 24.114/1934. **A composição da**

---

<<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1084/1/Dolina%20Sol%20Pedroso%20de%20Toledo.pdf>> Acesso em: 13 out. 2020.

<sup>58</sup> Nas palavras de Jacobi: “ Os grandes acidentes envolvendo usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes proporções, como os casos de Three-Mile Island, nos EUA, em 1979, Love Canal no Alasca, Bhopal, na Índia, em 1984 e Chernobyl, na época, União Soviética, em 1986, estimularam o debate público e científico sobre a questão dos riscos nas sociedades contemporâneas. Inicia-se uma mudança de escala na análise dos problemas ambientais, tornados mais frequentes, os quais pela sua própria natureza tornam-se mais difíceis de serem previstos e assimilados como parte da realidade global” (JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 118, p. 189-206, Mar. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010015742003000100008&lng=en&nr\\_m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742003000100008&lng=en&nr_m=iso)>. Acesso: 16 ago.2020)

<sup>59</sup>SILVA, José Afonso. Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 35. ed. São Paulo, Malheiros, 2012, p.88-89.

<sup>60</sup> FRANCO, Caroline da Rocha. **A formulação da política de agrotóxicos no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2014. p. 54. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35661#:~:text=Resumo%3A%20A%20Lei%20brasileira%20de,a%20I%C3%B3gica%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da>. Acesso em: 8 set. 2020.

<sup>61</sup> Ibidem. p. 58.

**comissão especial, estabelecida pelo Decreto<sup>62</sup> nº 91.633/1985, era composta por diversos ministérios e entidades, o que já refletia a complexidade da questão e a pluralidade de interesses na elaboração deste novo marco regulatório<sup>63</sup>.**

Os debates travados na Comissão Especial foram finalizados e o anteprojeto foi encaminhado à Presidência da República. Em seguida, o texto foi novamente examinado com o propósito de eliminar aparentes inconstitucionalidades. O anteprojeto seguiu então para a apreciação do Parlamento, sendo numerado como Projeto de Lei nº 1924/1989. Os esforços de alguns parlamentares não foram suficientes para barrar a rápida tramitação do texto. Isso porque a Presidência da República havia solicitado urgência na tramitação do mesmo, através da Mensagem nº 165/89<sup>64</sup>.

Após a realização de intensos debates legislativos nas comissões de Economia, Indústria e Comércio, Comissão de Agricultura e Política Rural e a Comissão de Constituição e Justiça<sup>65</sup>, o texto do anteprojeto foi aprovado pelo Senado Federal, sendo posteriormente sancionado pelo Presidente da República, tornando-se a Lei nº 7.802/89. A nova legislação havia sido elaborada

---

<sup>62</sup> “Art. 2º. A Comissão será coordenada pelo Ministério da Agricultura e integrada por representantes dos órgãos e entidades abaixo relacionadas: Três do Ministério da Agricultura; Um do Ministério da Saúde; Um do Ministério do Trabalho; Um do Ministério da Indústria e do Comércio; Um do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Um do Ministério da Educação; Um do Ministério do Interior; Um do Ministério da Ciência e Tecnologia; Um da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN; Um da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Um da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER; Um do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF; Um da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA; Um da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas – ANDEF; Um da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB; Um da Sociedade Nacional de Medicina Veterinária – SNMV; Um da Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Um da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Um do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Um do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; Um do Conselho Nacional dos Consumidores Quatro das Entidades Ambientalistas.”

<sup>63</sup> FRANCO, Caroline da Rocha. **A formulação da política de agrotóxicos no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2014. p. 55. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35661#:~:text=Resumo%3A%20A%20Lei%20brasileira%20de,a%20I%C3%B3gica%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da>. Acesso em: 8 set. 2020.

<sup>64</sup> Ibidem p. 59.

<sup>65</sup> A Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente só foi incluída em uma etapa posterior da análise do PL nº 1924/89. Nesse sentido, sustenta Franco: “A Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente, embora não tenha sido incluída pela Mesa Diretiva para análise e parecer acerca do Projeto de Lei, contou com seu pleito de audiência deferido, o que a tonou parte do processo legislativo. Assim, acabou por elaborar parecer acerca do tema, no qual desempenhou importante papel ao conciliar as emendas e os pareceres de todas as demais comissões.” (FRANCO, Caroline da Rocha. **A formulação da política de agrotóxicos no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2014. p. 64. Disponível em:

<https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35661#:~:text=Resumo%3A%20A%20Lei%20brasileira%20de,a%20I%C3%B3gica%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da>. Acesso em: 8 set. 2020.)



como um novo marco regulatório de defensivos agrícolas, para um país que havia praticamente negligenciado o tema nas décadas anteriores.

## I.6. Os Institutos e Mecanismos do novo Marco Regulatório

A nova Lei nº 7.802/89, que havia sido elaborada, em grande parte, como uma resposta às pressões internacionais sofridas pelo Brasil, trazia em seu texto uma série de normas e políticas que buscavam ser mais rígidas no controle dos defensivos agrícolas no Brasil. Nas palavras de Franco<sup>66</sup>:

**“A Lei nº 7.802/89, conhecida como Lei de agrotóxicos, estabeleceu regras mais rigorosas para o controle dos agrotóxicos, ampliando a gama de insumos fiscalizados.** Antes dela, somente os produtos tóxicos destinados a fins agrícolas e domissanitários possuíam controle, respectivamente pelo Decreto 24.114/34 e pela Lei 6.360/76. Por meio o seu art. 2º ela incluiu níveis produtos para o controle toxicológico e agrônômico, como os para uso em pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes hídricos, industriais e urbanos.” (grifou-se)

A nova legislação buscou aumentar o leque de atividades que deveriam ser controladas e fiscalizadas pelo poder público. A proteção a um meio ambiente ecologicamente equilibrado exigia do Estado ações positivas. Finalmente, a administração pública começava a criar limites e condições para a utilização de agrotóxicos no Brasil.

Assim, a Lei nº 7.802/89 trouxe mecanismos de fiscalização e controle dos agroquímicos: (i) capacidade de impugnação ou cancelamento de registro, por requerimento de entidades e associações pertencentes à sociedade civil; (ii) proibição de registro do defensivo agrícola, caso não haja no Brasil mecanismo de desativação dos componentes tóxicos do mesmo; (iii) proibição de registro de novos agrotóxicos, na hipótese da ação tóxica ser igual ou pior a de produtos que já sejam utilizados com o mesmo propósito; (iv) a elaboração de um cadastro obrigatório de produtores, comerciantes e usuários dos produtos nas entidades competentes dos Estados e Municípios; (v) criação de padrões de embalagens rótulos; (vi) atribuição de responsabilidade administrativa aos danos causados; dentre outros<sup>67</sup>.

<sup>66</sup> Ibidem. p. 69.

<sup>67</sup> FRANCO, Caroline da Rocha. **A formulação da política de agrotóxicos no Brasil. 2014.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2014. p. 70. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35661#:~:text=Resumo%3A%20A%20Lei%20brasileira%20de,a%20I%C3%B3gica%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da>. Acesso em: 8 set. 2020.

Porém, para os fins do presente trabalho, a inovação mais relevante trazida pela Lei nº 7.802/89 foi a regulação tripartite dos defensivos agrícolas<sup>68</sup>. **Isto é, assim como ocorreu na elaboração do referido diploma legal, haveria aqui a necessidade da participação e coordenação de vários entes federais envolvidos no processo de regulação dos agrotóxicos.** A complexidade do tema e sua relevância exigiam a presença de entes federais que analisariam as questões a partir de óticas e campos científicos diversos entre si.

Além disso, a descentralização das atividades administrativas de regulação auxiliou na diminuição dos riscos de captura, pois a regulação de tal tema interessava a diversos segmentos sociais, inclusive aqueles que possuem maior poder econômico<sup>69</sup>, principalmente os setores conectados ao MAPA, como por exemplo, as seguintes entidades: ANDEF, AENDA, SINDAG e CNA. A partir da ótica de alguns grupos sociais, os agrotóxicos devem ser enxergados somente a partir de uma visão de que estes são insumos indispensáveis ao modelo de produção agrícola.<sup>70</sup>

A participação de todos os entes é necessária, para que o processo regulatório seja realizado de maneira completa, e abarque múltiplas visões e considerações, a partir de diferentes espectros científicos. A classificação de defensivos agrícolas demanda uma forte interdisciplinaridade, pela variedade química de produtos e de suas utilizações<sup>71</sup>.

---

<sup>68</sup>“ Art. 3º Os agrotóxicos, seus componentes e afins, de acordo com definição do art. 2º desta Lei, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais **responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.**” (grifou-se)

<sup>69</sup> PELAEZ, Victor, SILVA, Letícia; BORGES, Eduardo. **Regulation of pesticides: a comparative analysis. Science & Public Policy**, 2013. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/oup/scippl/v40y2013i5p644-656.html>>. Acesso: 17 ago. 2020.

<sup>70</sup> CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Burocracias em Ação: múltiplos atores, estratégias e conflitos na regulação federal de agrotóxicos**. Orientador: Regina Silvia Pacheco. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, [S. l.], 2012. p. 72. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9724>. Acesso em 13 out. 2020.

<sup>71</sup> Nas palavras de Franco: “Para melhor entender a competência de cada ente no processo regulatório, cabe visualizar as classificações dos agrotóxicos. Uma das mais utilizadas é feita conforme a finalidade de uso dos insumos, que leva em conta o alvo a ser controlado. Nela os agrotóxicos dividem-se em herbicidas, reguladores de crescimento, inseticidas, raticidas, acaricidas, fungicidas, entre outros. Essa divisão é feita consoante determinadas características fundamentais às classes de agrotóxicos mencionadas. Espera-se, por exemplo, que os inseticidas tenham ação tóxica aguda elevada e com relativa persistência para que possam atuar em todas as fases de desenvolvimento dos insetos. Contudo, tais características agronômicas requerem cuidados, pois a elevada toxicidade aguda exige análise quanto aos efeitos da exposição ocupacional, bem como a persistência elevada demanda estudos quanto aos reflexos causados ao meio ambiente, pois podem se magnificar na cadeia alimentar e vir a causar danos ao meio ambiente e à saúde humana.”( FRANCO, Caroline da Rocha. **A formulação da política de agrotóxicos no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)** - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2014. p. 72. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35661#:~:text=Resumo%3A%20A%20Lei%20brasileira%20de,a%20I%C3%B3gica%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da>. Acesso em: 8 set. 2020.)

Entretanto, a Lei nº 7.802/89 apenas estabeleceu diretriz genéricas em relação à atuação dos entes competentes. Uma regulamentação por parte do Poder Executivo era mais do que necessária. Não é à toa que a própria legislação previu, em seu art. 21, a obrigatoriedade de sua própria regulamentação, que deveria ocorrer em um prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação<sup>72</sup>.

### **I.7. A Regulamentação da Lei nº 7.802/89: o Decreto nº 4.074/02 e os entes Envolvidos**

Após a sanção presidencial da Lei nº 7.802/89 era necessário realizar a regulamentação de diversos dispositivos e institutos previstos no referido diploma legal. A primeira regulamentação foi exercida através do Decreto nº 98.811/90. Este diploma legal já estabelecia a regulação tripartite dos defensivos agrícolas. O processo deveria ser simultâneo, devendo ser exercido pelo Ministério da Agricultura; Ministério da Saúde e por fim, no lugar das competências do atual Ministério do Meio Ambiente, a atuação era reservada ao Ministério do Interior<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> “Art. 21. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua publicação.”

<sup>73</sup> “Art. 5º Ao Ministério do Interior compete:

I - estabelecer, no âmbito de sua competência, as exigências relativas aos dados e informações a serem apresentados pelo requerente, para efeito de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins; II - avaliar os agrotóxicos, seus componentes e afins destinados ao uso na proteção de florestas, de ambientes hídricos e outros ecossistemas, quanto à eficiência requerida do produto; III - avaliar os agrotóxicos, seus componentes e afins e estabelecer a sua classificação, quanto ao potencial de periculosidade ambiental; IV - conceder o registro a agrotóxicos, seus componentes e afins, destinados ao uso na proteção de florestas, de ambientes hídricos e outros ecossistemas, atendidas as diretrizes e exigências do Ministério da Saúde; V - conceder o registro especial temporário a agrotóxicos, seus componentes e afins empregados na proteção de florestas, de ambientes hídricos e outros ecossistemas, para o uso específico a que se propõe em pesquisa e experimentação, atendidas as diretrizes e exigências do Ministério da Saúde; VI - estabelecer os parâmetros para rotulagem de agrotóxicos e afins, quanto as precauções de uso e proteção da qualidade ambiental; VII - controlar, fiscalizar e inspecionar a produção, a importação e a exportação dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como os respectivos estabelecimentos, com vistas à proteção ambiental; VIII - controlar a qualidade dos agrotóxicos, seus componentes e afins, de uso na proteção de florestas, em ambientes hídricos e outros ecossistemas, frente às características do produto registrado; IX - prestar apoio às Unidades da Federação nas ações de controle e fiscalização dos agrotóxicos, seus componentes e afins, na área de sua competência; X - desenvolver ações de instrução, divulgação e esclarecimento que assegurem o uso correto dos agrotóxicos e afins, na área de sua competência; XI - divulgar periodicamente a relação dos agrotóxicos seus componentes e afins registrados e destinados ao uso na proteção de florestas, de ambientes hídricos e outros ecossistemas; XII - promover, juntamente com o Ministério da Saúde, a reavaliação do registro de produtos de uso na proteção de florestas em ambientes hídricos e outros ecossistemas, quando organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente, dos quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos e convênios, alertarem para riscos ou desaconselharem o uso desses produtos; XIII - avaliar, em conjunto com o Ministério da Saúde, pedidos de cancelamento ou impugnação de registro de produtos usados na proteção de florestas, de ambientes hídricos e outros ecossistemas.”

Porém, a vigência de tal legislação não logrou muito sucesso. Após a regulamentação da Lei nº 7.802/90, diversos grupos de interesse, provenientes principalmente do setor agrícola brasileiro e da indústria química de defensivos agrícolas promoveram forte pressão política para que a mesma fosse alterada em alguns aspectos<sup>74</sup>.

A justificativa apresentada por eles era que a regulamentação prevista no Decreto nº 98.811/90 criava diversos empecilhos para a expansão de ofertas e a redução de preços dos agrotóxicos, impedindo, desta forma, a desconcentração do mercado nacional. As modificações foram requeridas principalmente pelas entidades representativas dos interesses de cada um dos grupos acima citados<sup>75</sup>.

Nesse sentido, a possibilidade de abertura de um espaço discricionário por parte do Poder Executivo Federal fez com que determinadas associações de interesse, tais como a ANDEF, AENDA, SINDAG e parte do setor agrícola, através da CNA, realizassem pressão política. O *lobby* político realizado por estas entidades buscava alterar a legislação pertinente, participando ativamente do processo de construção de um novo diploma legal para a questão<sup>76</sup>

Após o acatamento das pressões políticas, foi publicado o Decreto nº 4.074/02, que estabeleceu as competências administrativas de cada órgão. Estas podem ser sintetizadas e estudadas a partir de cada uma das áreas de atuação dos ministérios. O Decreto nº 4074/02 determina respectivamente em seus Arts. 5º, 6º e 7º quais são as competências do MAPA, MS e MMA.

Em termos gerais, o MAPA é responsável essencialmente pela análise da eficiência agronômica dos agrotóxicos. Além disso, é responsável ainda pela concessão do registro, que deve estar sempre em consonância com as normas elaboradas pelos outros dois ministérios. O

---

<sup>74</sup> FRANCO, Caroline da Rocha. **A formulação da política de agrotóxicos no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2014. p. 82. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35661#:~:text=Resumo%3A%20A%20Lei%20brasileira%20de,a%201%C3%B3gica%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da>. Acesso em: 8 set. 2020

<sup>75</sup> Ibidem. p. 82.

<sup>76</sup> Nesse sentido sustentam PELAEZ E TERRA: “Nesse ambiente, as esferas econômica e política interagem, por meio de um jogo de forças buscando a legitimação e legalização de interesses privados. A interpenetração dessas esferas constitui, um nexó “econômico-jurídico no qual, as empresas buscam, sobretudo estabelecer *ex ante* regras do jogo favoráveis à sua atuação no mercado.” (PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio Henrique Bittes; SILVA, Letícia Rodrigues da. **A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente**. Revista de Economia, [s. l.], ano 2010, v. 36, ed. 1, p. 27-48, 2010. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/20523>> Último acesso: 14. out. 2020.)

Ministério da Saúde, por sua vez, é o ente competente para realizar a avaliação e a classificação toxicológica dos defensivos agrícolas. Além de ser responsável pela concessão do registro junto com os outros dois ministérios, o órgão ainda deve monitorar os resíduos no meio ambiente<sup>77</sup>.

Em aspectos ministeriais, a legislação estabelece ainda a competência do Ministério do Meio Ambiente. Este ministério é responsável pela análise de eficiência dos defensivos, a partir de uma lógica e perspectiva dos impactos ocasionados pelos agrotóxicos nos ambientes hídricos, florestas nativas e outros ecossistemas. Nesse sentido, é realizada a avaliação ambiental, que tem como um dos seus elementos a denominada análise de periculosidade ambiental. Assim como os outros ministérios, ainda é responsável pela concessão do registro<sup>78</sup>.

A participação da ANVISA está estabelecida expressamente em apenas uma única situação: o desenvolvimento do SIA, em um prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias após a promulgação do Decreto nº 4.074/02<sup>79</sup>. **Entretanto, a partir de uma perspectiva prática a participação de autarquias (ANVISA e IBAMA) não se restringe a esta única obrigação.**

A ANVISA, autarquia em regime especial possui como missão institucional promover a proteção da saúde populacional, atuando por meio de um controle sanitário da produção e comercialização de produtos que se enquadrem no espectro da vigilância sanitária. A agência é entidade administrativa vinculada ao MS, conforme está previsto na legislação que a instituiu. Em termos administrativos, a entidade se subdivide em núcleos e gerências gerais. A subdivisão responsável pelo processo regulatório de agrotóxicos é a Gerência de Toxicologia – GGTOX<sup>80</sup>.

O IBAMA é a autarquia responsável pela execução do poder de polícia ambiental e das ações das políticas nacionais em meio ambiente, no que se refere ao licenciamento ambiental,

---

<sup>77</sup> CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Burocracias em Ação: múltiplos atores, estratégias e conflitos na regulação federal de agrotóxicos**. Orientador: Regina Silvia Pacheco. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, [S. l.], 2012. p. 78. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9724>. Acesso em 13 out. 2020.

<sup>78</sup> Ibidem. p. 78.

<sup>79</sup> “Art. 94. Fica instituído o Sistema de Informações sobre Agrotóxicos - SIA, com o objetivo de: (..)

§ 1º O SIA será desenvolvido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no prazo de trezentos e sessenta dias, e implementado e mantido pelos órgãos federais das áreas de agricultura, saúde e meio ambiente.”

<sup>80</sup> CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Burocracias em Ação: múltiplos atores, estratégias e conflitos na regulação federal de agrotóxicos**. Orientador: Regina Silvia Pacheco. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, [S. l.], 2012. p. 86. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9724>. Acesso em 13 out. 2020.

controle de qualidade ambiental, fiscalização e monitoramento. Os aspectos regulatórios estão centralizados na Diretoria de Qualidade Integral, entidade que abarca a Coordenação de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas, órgão responsável pela análise, registro, controle, avaliação, gerenciamento de riscos ambientais dos agrotóxicos<sup>81</sup>.

Ambas as autarquias possuem subdivisões especializadas na regulação de defensivos agrícolas, participam da composição do SIA e na prática atuam no processo regulatório de agrotóxicos. Porém, conforme será aprofundado mais adiante, em termos legais os entes responsáveis pelo processo regulatório são os ministérios. Nessa toada, o art. 95 do nº 4.074/02 estabelece que a nomeação dos membros do CTA acontece por designação dos ministros de Estado responsáveis pelos setores da agricultura, saúde e meio ambiente.

“Art. 95. Fica instituído o Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos, com as seguintes competências:

(...)

§ 1º O Comitê será constituído por dois representantes, titular e suplente, de cada um dos **órgãos federais responsáveis pelos setores de agricultura, saúde e meio ambiente, designados pelo respectivo Ministro.**” (grifou-se)

Assim, mesmo que não haja previsão legal expressa, tanto a ANVISA quanto o IBAMA podem ter seus representantes nomeados para participar do processo regulatório. Os indicados não precisam necessariamente integrar os quadros técnicos dos ministérios que os indicaram. Inclusive, vale ressaltar que em alguns dos casos aqui analisados as agências apontam mais representantes do que o próprio decreto prevê. A legislação buscou estabelecer a necessidade de avaliação a partir das perspectivas de fiscalização de três áreas distintas do governo federal – a agropecuária, a saúde e o meio ambiente<sup>82</sup>.

## **I.8. SIA: A previsão de um sistema único e integrado de informações**

O estabelecimento de uma ferramenta de integração administrativa determinado pelo Decreto nº 4.074/02 das mudanças tecnológicas ocorridas a partir do advento das inovações

<sup>81</sup> CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Burocracias em Ação: múltiplos atores, estratégias e conflitos na regulação federal de agrotóxicos**. Orientador: Regina Silvia Pacheco. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, [S. l.], 2012. p. 88. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9724>. Acesso em 13 out. 2020.

<sup>82</sup> Ibidem. p. 15.

informáticas<sup>83</sup>. O Estado buscou através desses mecanismos reduzir custos<sup>84</sup> e promover uma comunicação mais eficiente e cooperativa entre seus órgãos. O progresso econômico e a celeridade comercial exigiram das autoridades uma maior eficiência administrativa.

A previsão de criação do SIA surge nesse contexto. O legislador ciente da necessidade de comunicação e integração administrativa determinou que um mecanismo único e integrado de comunicação entre os órgãos federais envolvidos na regulação dos defensivos agrícolas fosse criado. Por essa razão, um sistema único de informações está previsto no art. 94 do Decreto nº 4.074/02.

O Sistema de Informações sobre Agrotóxicos (SIA) possui previsão legal no Art. 94, tendo os seguintes objetivos: (i) permitir a interação eletrônica entre os órgãos federais envolvidos no registro de agrotóxicos, seus componentes e afins; (ii) disponibilizar informações sobre andamento de processos relacionados com agrotóxicos, seus componentes e afins, nos órgãos federais competentes; (iii) permitir a interação eletrônica com os produtores, manipuladores, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, seus componentes e afins ; (iv) facilitar o acolhimento de dados e informações relativas à comercialização de agrotóxicos e afins de que trata o art. 41; (v) implementar, manter e disponibilizar dados e informações sobre as quantidades totais de produtos por categoria, importados, produzidos, exportados e comercializados no País, bem como os produtos não comercializados nos termos do art. 41; (vi) manter cadastro e disponibilizar informações sobre áreas autorizadas para pesquisa e experimentação de agrotóxicos, seus componentes e afins; (vii) implementar, manter e disponibilizar informações do SIC de que trata o art. 29; (viii) implementar, manter e disponibilizar informações sobre tecnologia de aplicação e segurança no uso de agrotóxicos.

---

<sup>83</sup> Nesse sentido sustentam Guimarães e Medeiros: “Os governos de diferentes países operam num mundo complexo e precisam adaptar-se à nova realidade da era do conhecimento e da globalização. Nesse contexto é moldada a sociedade da informação, onde as tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm papel crucial no modo como o Estado cumpre suas principais funções.” (GUIMARAES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. **A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 3, n. 4, p. 01-18, Dec. 2005 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso)>.) Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>84</sup> Nas palavras de Diniz, Barbosa, Junqueira e Prado: “As iniciativas de reforma e modernização do setor público e do Estado se intensificaram não apenas como consequência da crise fiscal dos anos 1980, mas também como resultado do esgotamento do modelo de gestão burocrática e do modo de intervenção estatal.” (DINIZ, Eduardo Henrique et al . **O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 43, n. 1, p. 23-48, Feb. 2009 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122009000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100003&lng=en&nrm=iso)>.) Acesso em: 15 out. 2020).



O mecanismo é ponto central no processo de integração entre os órgãos envolvidos. A ideia principal reside em centralizar o processo regulatório e a interação administrativa federal em um único sistema de informações, onde as autoridades competentes poderão dialogar e compartilhar os conhecimentos pertinentes para a realização de uma regulação mais eficiente.

O Decreto nº 4.074/02 em seu art. 94, §1º, determina que o SIA deverá ser desenvolvido pela ANVISA em um prazo de até 360 (trezentos e sessenta) dias e implementado e mantido pelos órgãos federais das áreas de agricultura, saúde e meio ambiente. Já a responsabilização pela supervisão, acompanhamento e estabelecido das diretrizes do SIA é de responsabilidade do CTA. **Entretanto, até o presente momento, cada uma das entidades possui seu próprio sistema de informações independente<sup>85</sup>, não havendo um sistema único e integrado.**

### **1.9. A Criação do Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxico**

Conforme exposto nos tópicos anteriores, percebe-se que o Decreto nº 4.074/02 estabelece<sup>86</sup> como uma de suas prioridades a interação entre os órgãos responsáveis pela regulação tripartite de defensivos agrícolas. Por essa razão, a legislação também estabelece a criação do Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxicos (CTA). O objetivo é constituir um sistema de gestão conjunta em nível federal<sup>87</sup>. Tal entidade aliada à plataforma SIA é elemento crucial para o desenvolvimento do presente trabalho. Isso porque, é através delas que uma interação eficiente entre os órgãos reguladores é realizada, ou pelo menos deveria ser. Não é à toa que o Decreto nº 4.074/02 estabelece como uma das competências do CTA a própria manutenção do SIA.

A referida legislação dispõe em seu art. 2º, XIII, que é de competência comum<sup>88</sup> dos ministérios supracitados, responsáveis pelo processo regulatório, escolher e manter

---

<sup>85</sup> Essa informação está presente no Anexo III, resposta ao Pedido de Acesso à Informação originalmente encaminhado ao Ministério da Saúde, mas respondido pela ANVISA. Nele, a entidade afirma que cada um dos órgãos possui seu próprio sistema de informações.

<sup>86</sup> A instituição do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos (CTA) já era prevista no Decreto nº 98.811/90, entretanto foi o Decreto nº 4.074/02 que fortaleceu o órgão.

<sup>87</sup> CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Burocracias em Ação: múltiplos atores, estratégias e conflitos na regulação federal de agrotóxicos**. Orientador: Regina Silvia Pacheco. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, [S. l.], 2012. p. 82. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9724>. Acesso em 13 out. 2020.

<sup>88</sup> “Art. 2º Cabe aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Saúde e do Meio Ambiente, no âmbito de suas respectivas áreas de competências: I - estabelecer as diretrizes e exigências relativas a dados e informações a serem apresentados pelo requerente para registro e reavaliação de registro dos agrotóxicos, seus componentes e afins; II - estabelecer diretrizes e exigências objetivando minimizar os riscos apresentados por agrotóxicos, seus componentes e afins; III - estabelecer o limite máximo de resíduos e o intervalo de segurança dos agrotóxicos e afins; IV - estabelecer os parâmetros para rótulos e bulas de agrotóxicos e afins; V - estabelecer metodologias



representantes no Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos. O art. 95 do mesmo diploma legal elenca de modo taxativo as competências estabelecidas para tal entidade. O dispositivo possui o seguinte teor:

“Art. 95. Fica instituído o Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos, com as seguintes competências: I - racionalizar e harmonizar procedimentos técnico-científicos e administrativos nos processos de registro e adaptação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins; II - propor a sistemática incorporação de tecnologia de ponta nos processos de análise, controle e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins e em outras atividades cometidas aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde e do Meio Ambiente pela Lei no 7.802, de 1989; III - elaborar, até 31 de dezembro de 2002, rotinas e procedimentos visando à implementação da avaliação de risco de agrotóxicos e afins; IV - analisar propostas de edição e alteração de atos normativos sobre as matérias tratadas neste Decreto e sugerir ajustes e adequações consideradas cabíveis; V - propor critérios de diferenciação de agrotóxicos, seus componentes e afins em classes, em função de sua utilização, de seu modo de ação e de suas características toxicológicas, ecotoxicológicas ou ambientais; VI - assessorar os Ministérios responsáveis na concessão do registro para uso emergencial de agrotóxicos e afins e no estabelecimento de diretrizes e medidas que possam reduzir os efeitos danosos desses produtos sobre a saúde humana e o meio ambiente; VII - estabelecer as diretrizes a serem observadas no SIA, acompanhar e supervisionar as suas atividades; e VIII - manifestar-se sobre os pedidos de cancelamento ou de impugnação de agrotóxicos seus componentes e afins, conforme previsto no art. 35.”

O órgão é constituído administrativamente por **2 (dois) representantes**<sup>89</sup>, titular e suplente, que devem ser indicados por cada um dos ministérios envolvidos no processo regulatório dos defensivos agrícolas, totalizando assim 6 (seis) participantes. A coordenação do Comitê, por sua vez, é realizada por um de seus membros, com mandatos de um ano, e deverá acontecer através de um rodízio.

---

oficiais de amostragem e de análise para determinação de resíduos de agrotóxicos e afins em produtos de origem vegetal, animal, na água e no solo; VI - promover a reavaliação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins quando surgirem indícios da ocorrência de riscos que desaconselhem o uso de produtos registrados ou quando o País for alertado nesse sentido, por organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos; VII - avaliar pedidos de cancelamento ou de impugnação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins; VIII - autorizar o fracionamento e a reembalagem dos agrotóxicos e afins; IX - controlar, fiscalizar e inspecionar a produção, a importação e a exportação dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como os respectivos estabelecimentos; X - controlar a qualidade dos agrotóxicos, seus componentes e afins frente às características do produto registrado; XI - desenvolver ações de instrução, divulgação e esclarecimento sobre o uso correto e eficaz dos agrotóxicos e afins; XII - prestar apoio às Unidades da Federação nas ações de controle e fiscalização dos agrotóxicos, seus componentes e afins; **XIII - indicar e manter representantes no Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos de que trata o art. 95**; XIV - manter o Sistema de Informações sobre Agrotóxicos – SIA, referido no art. 94; e XV - publicar no Diário Oficial da União o resumo dos pedidos e das concessões de registro.”(grifou-se)

<sup>89</sup>“Art.95. § 1º O Comitê será constituído por dois representantes, titular e suplente, de cada um dos órgãos federais responsáveis pelos setores de agricultura, saúde e meio ambiente, designados pelo respectivo Ministro.”

### **I.10. O princípio da eficiência e suas múltiplas acepções na análise da interação dos entes federais na regulação dos defensivos agrícolas**

O presente trabalho possui como ponto central analisar a eficiência da interação entre os entes federais envolvidos na regulação dos defensivos agrícolas. Entretanto, para responder a esta pergunta de modo satisfatório é necessário estabelecer um conceito preciso e delimitado de “eficiência”. Afinal, existem múltiplas acepções e conceitos de eficiência, cada um obedecendo a determinados critérios e propósitos.

O princípio da eficiência foi introduzido no texto constitucional a partir do acréscimo realizado pela EC nº 19/98, no rol de princípios norteadores da administração pública, insculpidos no art. 37 da CFRB/88. A inserção do referido mandamento demonstra a insatisfação da sociedade civil com os serviços prestados pelo Estado.

Porém, a inclusão do referido princípio no ordenamento jurídico pátrio sofreu uma série de críticas por parte da doutrina, pois o conceito de eficiência apresenta caráter fluido, necessitando de parâmetros delimitados. A definição de eficiência vem acompanhada de um forte grau de indeterminação. Nas palavras de Carvalho Filho<sup>90</sup>:

“A inclusão do princípio que passou a ser expresso na Constituição, suscitou numerosas e acerbas críticas por parte de alguns estudiosos. Uma delas consiste na imprecisão do termo. **Ou seja: quando se pode dizer que a atividade administrativa foi eficiente ou não?**” (grifou-se)

A doutrina buscou sanar a fluidez e a imprecisão do princípio da eficiência, procurando responder quais deveriam ser de fato os parâmetros delimitadores para sua aplicação. Nessa toada, diversas interpretações foram atribuídas a este princípio. De acordo com Gilmar Ferreira Mendes, o princípio da eficiência está relacionado à própria ideia de exercer uma “boa administração”<sup>91</sup>:

“Introduzido no texto da Constituição de 1988 pela Emenda n. 19/98, esse princípio consubstancia a exigência de que os gestores da coisa pública não economizem esforços no desempenho dos seus encargos, de modo a otimizar o emprego dos recursos que a sociedade destina para a satisfação das suas múltiplas necessidades;

<sup>90</sup> CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. 31a Edição, São Paulo: Atlas, 2017. p. 31.

<sup>91</sup> MENDES, G. F.; COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 884.

numa palavra, **que pratiquem a "boa administração", de que falam os publicistas italianos.**" (grifou-se)

Por sua vez, Maria Sylvia Zanella di Pietro sustenta que o princípio da eficiência é multidimensional, englobando um aspecto relativo à estruturação organizacional da administração pública e outro referente às atividades exercidas pelo agente público<sup>92</sup>:

“O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; **e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.**” (grifou-se)

Na presente monografia, utilizar-se-á uma abordagem prática relacionada à segunda dimensão apresentada por Di Pietro. Isto é, o escopo da pesquisa e sua consequente análise abordará o aspecto estrutural do CTA e a interação entre seus entes administrativos.

Nesse sentido, para que haja uma análise mais precisa, é necessário que seja estabelecido um conceito definido, com parâmetros determinados para aferir a eficiência da estrutura de regulação federal de defensivos agrícolas, realizada pelo Comitê de Assessoramento Técnico de Agrotóxicos. Pois quando se está diante de um conceito com contornos indeterminados é mais do que essencial que **delimitações operacionais** sejam estabelecidas.

Por essa razão, considerar-se-ão eficientes as interações administrativas tomadas pelos entes administrativos que compõem o CTA, a partir das competências definidas nos arts. 94 e 95 do Decreto nº 4074/02. **Ou seja, a interação considerada eficiente será aquela em que as competências legais sejam de fato cumpridas, garantindo a diminuição da assimetria de informação entre seus participantes.** A análise não abordará a conduta e a eficiência dos agentes públicos individualmente considerados, mas sim a interação entre as entidades administrativas que compõem o órgão. A interação administrativa não poderá ser somente formal, isto é, não poderá ser realizada somente mediante a elaboração de uma simples ata de reunião. A demonstração de eficiência será abordada a partir de uma perspectiva material do conteúdo de cada um dos documentos analisados.

---

<sup>92</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32ª ed., São Paulo: Atlas, 2019. p. 167.

### I.11. O Projeto de Lei nº 6.189/05 e a supressão do sistema tripartite

A busca por eficiência administrativa organizacional do CTA é matéria que preocupa alguns parlamentares. Assim, o sistema tripartite de competências regulatórias previsto pela Lei nº 7.802/89 e Decreto nº 4074/02 é alvo de críticas por parte do setor agropecuário brasileiro. As manifestações elencadas pelo setor são as de que o sistema apresenta muitos entes envolvidos, e isso acaba por acarretar uma lentidão em todo o processo regulatório. Por esse motivo, parlamentares ligados ao setor buscam realizar algumas modificações legais no sistema. Uma das mais recentes alterações sugeridas foi proposta pela Senadora Kátia Abreu, através da apresentação do Projeto de Lei nº 6.189/05.

O referido PL busca alterar o Art. 3º da Lei nº 7.802/89, suprimindo a participação dos órgãos federais relacionados à agricultura, saúde e meio ambiente<sup>93</sup>. A redação sugerida pela parlamentar possui o seguinte teor<sup>94</sup>:

“Art. 3º-A. O registro de agrotóxicos equivalentes ou genéricos, para todos os fins a que se refere o art. 3º desta Lei, será efetuado de forma simplificada, observadas as seguintes condições: I – o registro de agrotóxicos equivalentes ou genéricos, inclusive a identificação de equivalência, **será de competência exclusiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dispensado o exame de exigências relativas às áreas de saúde e meio ambiente.**” (grifou-se)

A justificativa apresentada pela congressista critica o modelo de competências regulatórias repartidas, alegando que o atual desenho institucional acaba por tornar a tramitação dos processos ineficientes e custosas para o setor industrial responsável pela comercialização dos agrotóxicos:

“Na Audiência, o principal argumento utilizado pelos representantes das indústrias para justificarem a prática de preços elevados, principalmente quando se compara o preço de um mesmo produto no mercado brasileiro com o que é praticado no mercado argentino, foi o de que no Brasil **a morosidade na tramitação do processo e o custo excessivamente elevado dos registros que são previstos e exigidos pela Lei nº 7.802/89 e regulamentados pelo Decreto nº 4.074/02, elevam o custo de produção**

<sup>93</sup> O Art. 2º possui a seguinte redação: “Os agrotóxicos, seus componentes e afins, de acordo com definição do art. 2º desta Lei, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes **e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.**” (grifou-se)

<sup>94</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Ordinária nº 6.189/05**. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=306460> Acesso em: 29 out. 2020.

**Administrado pelos Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente**, o registro é necessário, nos termos da A (Lei de Agrotóxicos), para a realização das atividades de produção, importação, exportação, comercialização e utilização de qualquer agrotóxico. Mas, a tramitação do **processo é complexa, onerosa e lenta e muitas vezes as exigências processuais são irrelevantes quando não descabidas.**" (grifou-se)

A justificativa do projeto de Lei nº 6.189/05 sustentado pela parlamentar informa que alguns congressistas atribuem, de certa forma, a ineficiência administrativa na regulação de defensivos agrícolas ao modelo tripartite de regulação adotado no final da década de 80, com a edição da Lei nº Lei nº 7.802/89. Entretanto, tal mudança legislativa demonstra-se insuficiente e precária, pois prevê inclusive a dispensa dos exames das exigências relativas às áreas de saúde e meio ambiente.

Nessa toada, a concentração do processo regulatório pode parecer à primeira vista uma alternativa viável a um modelo regulatório que prevê a atuação de múltiplos atores. Porém, a ineficiência administrativa não tem como causa a interação prevista pelo modelo tríplice de regulação e sim a falta de uma melhor integração administrativa entre os entes pertencentes ao processo regulatório.

Nesse sentido, a cooperação administrativa é marca da regulação do século XXI. O Estado teve de reinventar e reformular sua forma de atuação, através da passagem de um estado empresário para um Estado regulador, através da adoção de um programa de redução do papel estatal na economia<sup>95</sup>. Essa mudança exige uma coordenação administrativa eficiente entre os próprios entes da administração pública. Nas palavras de Figueiredo Neto<sup>96</sup>:

“Com efeito, a redescoberta das possibilidades da coordenação de ações para o gerenciamento da Administração Pública, **valendo-se das múltiplas formas de interação e de atuação agregada dos próprios órgãos já existentes no aparelho do Estado entre si**, e desses com as miríades de entidades da sociedade civil organizada, têm rasgado um vasto e riquíssimo campo de experiências gerenciais, em que institutos 41 antigos vão se remodelando e novos vão sendo criados com vistas à maior eficiência e à maior visibilidade da gestão dos interesses públicos” (grifou-se)

Uma interação administrativa mais eficiente é a solução para os problemas elencados pela Senadora Kátia Abreu em sua justificativa. Posto que, na realidade, as questões que tornam

<sup>95</sup> GUERRA, Sérgio "**Regulação e aspectos institucionais brasileiros**". In SERGIO GUERRA. Regulação no Brasil - uma visão multidisciplinar. Editora FGV, 2014. p. 373.

<sup>96</sup> MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Coordenação gerencial na Administração Pública**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 214, p. 35-53, out. 1998. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47265/45374>>. Acesso em: 29 Out. 2020.

o processo regulatório “complexo, oneroso e lento” não são em sua essência ocasionados pelo modelo de atuação tripartite previsto na Lei nº 7.802/89. Mesmo porque, conforme foi elucidado no neste capítulo, a legislação anterior à Lei nº 7.802/89 (Decreto nº 24.114/1934), demonstrava-se ineficiente ao concentrar todas as atividades regulatórias no Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, não levando em consideração os aspectos relacionados à saúde humana e ao meio ambiente. Na realidade, conforme veremos nos próximos tópicos, a atuação tripartite auxilia na diminuição da assimetria de informação existente entre os entes participante do CTA e diminui os riscos de captura.

## **II. ANÁLISE EMPÍRICA DA INTERAÇÃO ADMINISTRATIVA ENTRE OS ENTES FEDERAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO REGULATÓRIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS**

### **II.1. Limitações metodológicas**

O estudo terá como escopo os órgãos e entidades competentes para promover a regulação de defensivos agrícolas em nível federal. Para isso serão coletados os dados previstos nas Atas de Reunião do CTA, entidade composta pelos seguintes órgãos: (i) MAPA; (ii) MMA/IBAMA; (iii) MS/ANVISA.

A realização da pesquisa deve ser entendida a partir de algumas limitações metodológicas. Nesse sentido, foram estabelecidos dois recortes para a elaboração do trabalho. O primeiro deles é a fixação de um recorte documental para a realização da análise quantitativa do trabalho. **Isto é, para estudar a integração e a coordenação entre as entidades supracitadas, escolheram-se os documentos oficiais de comunicação entre esses órgãos: As Atas de Reunião do CTA. No total foram analisadas 32 (trinta e duas) atas.**

O segundo recorte escolhido é relativo ao período que será estudado. O Comitê Técnico de Assessoramento foi criado pelo Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, em seu Art. 95. Buscou-se analisar a atuação mais recente entre as entidades, de modo que a análise empírica ocorreu através da coleta de dados dos anos de 2017, 2018 e 2019.

### **II.2. Metodologia**

No presente tópico abordar-se-á o procedimento escolhido para a coleta dos dados empíricos analisados. Estabeleceu-se um recorte temporal entre os anos de 2017 a 2019. As atas de reunião elaboradas nestes anos foram estudadas a partir das atividades discutidas em cada reunião.

**A unidade de pesquisa abordada foi a “Atividade”. Por “Atividade” deve -se entender cada uma das decisões tomadas pelo CTA durante suas reuniões, elencadas em tópicos numerados nas próprias atas de reunião do CTA.** Nesse sentido, a classificação das atividades contou com as seguintes variáveis: (i) Ata; (ii) Data; (iii) Categoria; (iv) Descrição; (v) Decisão Unânime; (vi) Manifestação; (vii) Representante do MAPA I; (viii) Representante do MAPA II; (ix) Representante do MMA/IBAMA I; (x) Representante do MMA/IBAMA II;

(xi) Representante do MS/ANVISA I; (xii) Representante do MS/ANVISA II e (xiii) Observações Adicionais.

- “Ata”: Número e espécie de reunião realizada (ordinária ou extraordinária);
- “Data”: Data de realização da reunião, contendo dia, mês e ano;
- “Categoria”: Enquadramento do assunto abordado em uma das hipóteses previstas na legislação;
- “Assunto Tratado”: Descrição da matéria discutida entre os entes federais;
- “Decisão Unânime”: Campo que buscava determinar se a tomada de decisão entre os órgãos foi unânime;
- “Manifestação”: Verificação da existência (ou não) de manifestação na tomada de decisões do CTA;
- “Representante do MAPA I”: Nome completo de um dos representantes legais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Representante do MAPA II”: Nome completo de um dos representantes legais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- “Representante do MMA/IBAMA I”: Nome completo de um dos representantes legais do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do MMA/IBAMA II: Nome completo de um dos representantes legais do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do MS/ANVISA I: Nome completo de um dos representantes legais do Ministério do Ministério da Saúde;
- Representante do MS/ANVISA II: Nome completo de um dos representantes legais do Ministério do Ministério da Saúde;
- Observações Adicionais: Campo destinado aos comentários sobre peculiaridades e elementos especiais dos tópicos.

As variáveis “Manifestação” e “Decisão Unânime” foram pensadas como *dummies* (binárias), isto é, tendo como possíveis respostas as seguintes opções: (i) Sim; (ii) Não.

Três variáveis merecem esclarecimentos adicionais. A primeira delas é a variável “Categoria”. O enquadramento das ações tomadas pelo CTA em categorias buscou averiguar quais foram as decisões tomadas tendo em consideração as competências estabelecidas no art.



95 do Decreto nº 4.074/2002. A classificação obedeceu a critérios de padronização. Os temas abordados foram divididos nas seguintes categorias:

- **Harmonização de Procedimentos:** Categoria criada para abarcar as atividades que se enquadram no art. 95, I do Decreto nº 4.074/2002: “racionalizar e harmonizar procedimentos técnico-científicos e administrativos nos processos de registro e adaptação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins”.
- **Inserção da Tecnologia:** Categoria criada para abarcar as atividades que se enquadram no art.95, II do Decreto nº 4.074/2002: “propor a sistemática incorporação de tecnologia de ponta nos processos de análise, controle e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins e em outras atividades cometidas aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde e do Meio Ambiente pela Lei no 7.802, de 1989”.
- **Rotinas e Procedimentos:** Categoria criada para abarcar as atividades que se enquadram no art.95, III do Decreto nº 4.074/2002: “elaborar, até 31 de dezembro de 2002, rotinas e procedimentos visando à implementação da avaliação de risco de agrotóxicos e afins”.
- **Edição e alteração de atos normativos:** Categoria criada para abarcar as atividades que se enquadram no art.95, IV do Decreto nº 4.074/2002: “analisar propostas de edição e alteração de atos normativos sobre as matérias tratadas neste Decreto e sugerir ajustes e adequações consideradas cabíveis”.
- **Crítérios de diferenciação:** Categoria criada para abarcar as atividades que se enquadram no art.95, V do Decreto nº 4.074/2002: “propor critérios de diferenciação de agrotóxicos, seus componentes e afins em classes, em função de sua utilização, de seu modo de ação e de suas características toxicológicas, ecotoxicológicas ou ambientais”.
- **Diretrizes SIA:** Categoria criada para abarcar as atividades que se enquadram no art.95, VII do Decreto nº 4.074/2002: “estabelecer as diretrizes a serem observadas no SIA, acompanhar e supervisionar as suas atividades”.

- **Assessoramento dos Ministérios:** Categoria criada para abarcar as atividades que se enquadram no art. 95, VI do Decreto nº 4.074/2002: “ assessorar os Ministérios responsáveis na concessão do registro para uso emergencial de agrotóxicos e afins e no estabelecimento de diretrizes e medidas que possam reduzir os efeitos danosos desses produtos sobre a saúde humana e o meio ambiente”.
- **Cancelamento ou impugnação:** Categoria criada para abarcar as atividades que se enquadram no art.95, VIII do Decreto nº 4.074/2002: “manifestar-se sobre os pedidos de cancelamento ou de impugnação de agrotóxicos seus componentes e afins, conforme previsto no art. 35”.
- **Outros:** Categoria criada para abarcar as atividades que não se enquadraram em nenhuma das competências legalmente previstas no rol taxativo do art. 95 do Decreto nº 4.074/2002.

Em um segundo lugar, a variável “decisão unânime” buscou averiguar a existência de coesão e de interação no processo decisório do CTA, procurando verificar a interação decisória entre os órgãos integrantes do mesmo. Isto é, esta variável busca delimitar se houve discordância de algum dos entes administrativos na tomada de decisão do CTA.

Outro fator analisado na classificação dos dados foi a existência (ou não) de manifestação nos assuntos abordados, através da variável “manifestação”. Isto é, por manifestação se entendeu qualquer troca de posicionamentos ou informações entre os órgãos administrativos **antes** da tomada de decisão pelo CTA. A apuração de tal variável foi realizada a partir da análise das descrições de cada uma das Atividades elencadas nas atas de reunião.

Na 1ª Reunião de 2019, por exemplo, o IBAMA apenas informou aos outros órgãos que aprovou projeto dentro do escopo do “Fundo de Defesa de Direitos Difusos<sup>97</sup>”. Entretanto, a matéria versava sobre aspecto que deveria ser discutido por todos. Afinal, de acordo com a própria descrição prevista na Ata de Reunião o projeto buscava: “Estabelecer modelo da avaliação dos riscos para uso de agrotóxicos no Brasil, com vistas a minimizar seus efeitos

---

<sup>97</sup> O Fundo de Defesa de Direitos Difusos foi criado pela Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), sendo regulamentado posteriormente pela Lei nº 9.008/95.

negativos na aplicação junto ao meio ambiente e à saúde humana, bem como garantir a divulgação segura de informações ao cidadão.”

Percebe-se, pela natureza do texto, que a aprovação do Fundo de Defesa de Direitos Difusos era matéria que não competia somente ao IBAMA, pois o objetivo do fundo tangenciava também outras esferas de conhecimento alheias à sua própria área de atuação. O projeto não buscava somente estabelecer um modelo de avaliação que visasse minimizar os efeitos negativos no meio ambiente, mas também os prejuízos ocasionados à saúde humana. E por uma questão de competência legal, e de *expertise*, o MS e a própria ANVISA deveriam ter sido consultados antes da tomada de decisão. Assim, essa situação foi considerada como sem manifestação.

Agora, apresentar-se-á um exemplo de Atividade que foi enquadrada como com manifestação. Na 2ª Reunião de 2019, o CTA analisou se o produto “Hidrotreat” deveria ou não ser considerado agrotóxico. No entendimento da ANVISA e do MAPA, a referida substância não deveria ser considerada como agrotóxico, pois não se enquadrava na definição prevista na Lei nº 7.802/89. O IBAMA, por sua vez, apresentou posicionamento diametralmente oposto, defendendo que o produto se inseria no rol de substâncias que poderiam ser consideradas como agrotóxicos. O CTA decidiu por encaminhar o tema às instâncias superiores.

Nas duas situações os órgãos deveriam ter manifestado suas posições antes da tomada de decisão. Na primeira, o IBAMA apenas comunicou os outros componentes do CTA sobre a aprovação de matéria que deveria ter sido discutida por todos. No segundo exemplo, há uma discussão acerca da classificação que determinada substância deveria possuir no ordenamento jurídico brasileiro. Para a ANVISA e MAPA, o “Hidrotreat” não se enquadra como agrotóxico, não se aplicando, portanto, o regime jurídico pertinente a esse tipo de substância. Em contrapartida, o IBAMA possui entendimento diverso, sustentando que a mercadoria, por suas características deve ser considerada como agrotóxico.

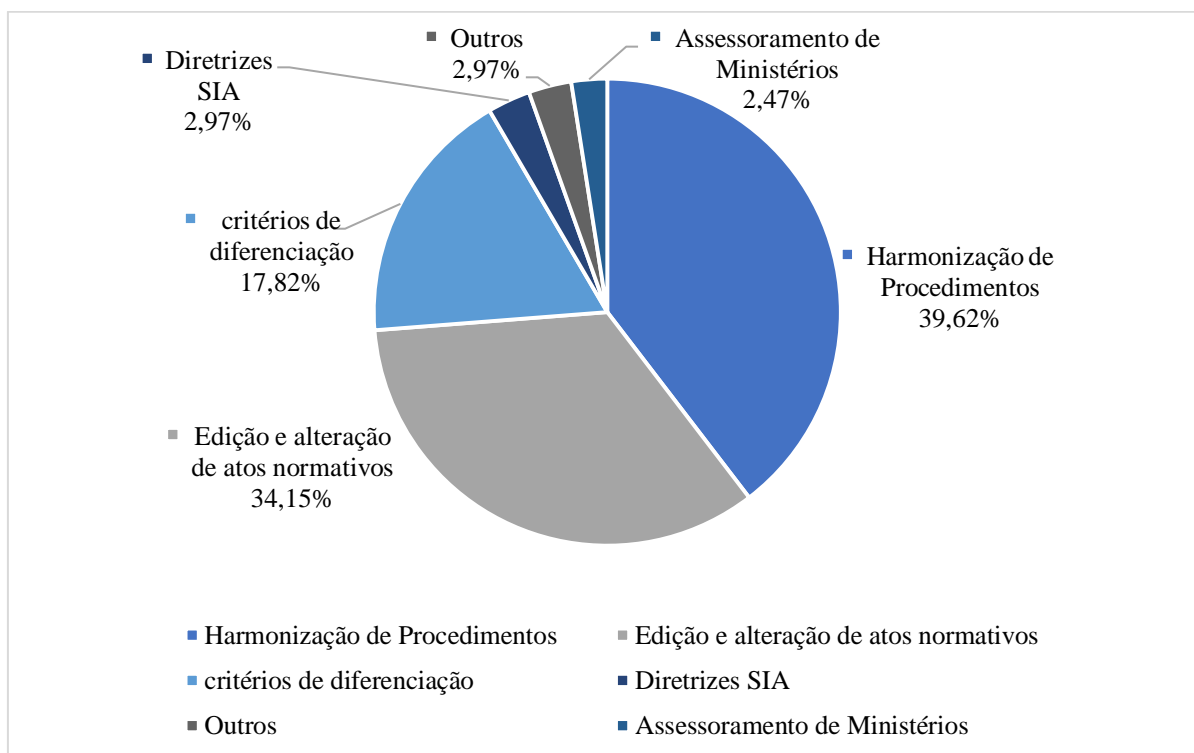
## **II.4. Resultados da Pesquisa**

A partir da pesquisa realizada, foram identificadas 202 (duzentas e duas) atividades, as quais se encontram listadas no Anexo A. Todas as atividades foram classificadas em uma das

categorias já elucidadas no tópico anterior. Desse total de eventos, 80 (oitenta) enquadram-se na categoria “Harmonização de Procedimentos”; 69 (sessenta e nove) foram inseridos na categoria “Edição e alteração de atos normativos”; 36 (trinta e seis) pertencem à categoria “critérios de diferenciação”; 6 (seis) correspondem a categoria “Diretrizes SIA”; 6 (seis) constituem a categoria “Outros” e 5 (cinco) versam sobre o “Assessoramento dos Ministérios”.

É relevante pontuar que não foram identificadas atividades que se enquadrem nas seguintes categorias: “Inserção da Tecnologia”, “Cancelamento ou impugnação” e “Rotinas e Procedimentos”. Feita essa breve consideração, o levantamento empírico realizado pode ser exprimido através do gráfico a seguir.

Gráfico 1- Distribuição das Atividades



Fonte: Elaboração própria

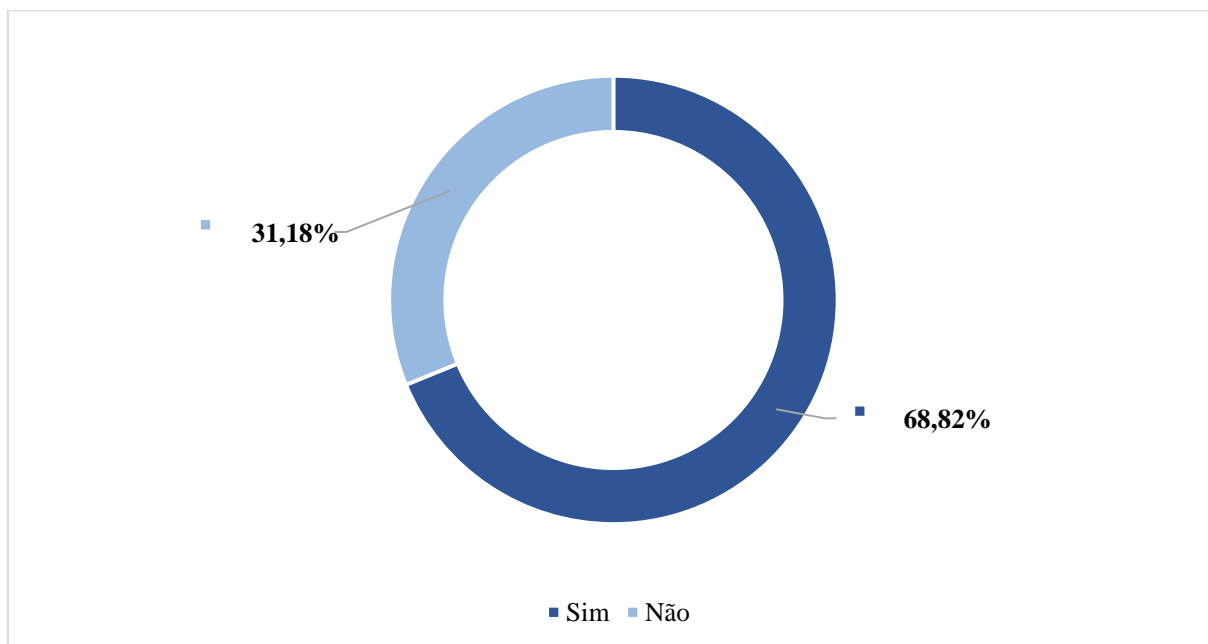
Percebe-se que 39,60% (trinta e nove inteiros e sessenta e dois centésimos por cento) das atividades realizadas pelo CTA enquadram-se na categoria “Harmonização de Procedimentos”, enquanto que 34,15% (trinta e quatro inteiros e quinze centésimos por cento) pertencem à categoria “Edição e alteração de atos normativos”; 17,82% (dezesete inteiros e oitenta e dois centésimos) correspondem a categoria “Critérios de diferenciação”; 2,97% (dois

inteiros e noventa e sete centésimos por cento) são referentes à “Diretrizes SIA”; 2,97% (dois inteiros e noventa e sete centésimos por cento) são atinentes a categoria “Outros” e 2,47% (dois inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) estão relacionadas ao “Assessoramento de Ministérios”.

Do universo de 202 (duzentas e duas) atividades, 139 (cento e trinta e nove) apresentaram manifestação por parte dos entes administrativos envolvidos, enquanto 63 (sessenta e três) não exibiram qualquer menção de manifestação por parte dos órgãos administrativos pertencentes ao processo regulatório de defensivos agrícolas.

A administração pública possui o dever constitucional de realizar suas atividades de modo eficiente. No presente trabalho, o conceito de eficiência adotado está essencialmente conectado ao estrito cumprimento das competências estabelecidas no art. 95 do Decreto nº 4.074/2002. Assim, a partir dos dados coletados, nota-se que do universo de 202 (duzentas e duas) atividades, 63 (sessenta e três) delas não ostentaram qualquer manifestação por parte das autoridades administrativas. **Em termos percentuais, este número representa 31,18% do total de casos.**

Gráfico 2- Existência de Manifestação



Fonte: Elaboração própria

Ou seja, existe um universo considerável de casos em que não há manifestação por parte dos entes integrantes do CTA. **A partir dos dados coletados, de cada 10 (dez) casos, 3 (três) não apresentaram qualquer discussão administrativa.** Nessas situações, as entidades envolvidas não buscaram diminuir a assimetria de informação existente entre eles.

O conceito de “*information asymmetry*” foi desenvolvido pelo economista Akerlof<sup>98</sup>, no estudo de tratativas comerciais em que uma parte possuía mais informações acerca do bem que estava sendo vendido em determinada transação.

Em termos gerais, a assimetria de informação pode ser definida como o fenômeno em que uma das partes possui mais ou melhores informações sobre uma determinada transação. No caso aqui analisado, essa situação acaba por gerar um desequilíbrio que afeta a atuação regulatória e a eficiência das instituições. A assimetria de informação gera consequências diretas no funcionamento das instituições e consequentemente nas atividades que estas exercem. Nas palavras de Douglas North<sup>99</sup>:

“Na realidade, entretanto, existem assimetrias de informações existentes entre os atores, e a combinação disso com a subjacente função comportamental dos indivíduos gera implicações radicais para a teoria econômica e para o estudo das instituições”

A abordagem de North mostrou-se inovadora, pois pela primeira vez se buscava trazer à ciência econômica a variável da assimetria de informação e sua relação com as instituições. Afinal, o modelo neoclássico elaborado pelos economistas mais tradicionais tinha como aspecto central da teoria econômica o comércio, potencializado por uma forte especialização atrelada à divisão internacional do trabalho. Enquanto a economia global crescia, a divisão do trabalho ficava cada vez mais específica. A conjugação entre esses fenômenos, de acordo com as teorias neoclássicas, levava a um aumento das atividades econômicas<sup>100</sup>. Não havia uma verdadeira preocupação com os impactos que as instituições poderiam ter na diminuição da assimetria de informações e consequentemente na riqueza gerada pelas nações.

---

<sup>98</sup> MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro.** Perspectivas em Ciência da Informação, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 65-91, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n1/a05v16n1>. Acesso em: 26 out. 2020.

<sup>99</sup> NORTH, Douglass. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico.** São Paulo: Três Estrelas, 2018. p. 58.

<sup>100</sup> Ibidem p. 54.

Apesar das relevantes diferenças entre o setor público e o privado, o conceito de assimetria de informação também se aplica na análise das instituições pertencentes ao setor público. Tal perspectiva pode ser utilizada em diversas áreas da ciência, inclusive na Sociologia e no Direito, influenciando a elaboração da organização de agências reguladoras e das políticas antitruste e de governança regulatória<sup>101</sup>.

Nessa toada, a legislação pátria buscou estabelecer um sistema de cooperação administrativa entre as diversas instituições federais envolvidas no processo regulatório de agrotóxicos. O diálogo administrativo entre as instituições atua na diminuição da assimetria de informação existente entre os órgãos reguladores, **pois, para que haja uma regulação eficiente é necessário diminuir a assimetria de informação existente entre os próprios órgãos da administração pública.**

A estrutura prevista na legislação busca inserir na regulação de defensivos agrícolas um processo de decisão em que múltiplas análises são consideradas. Tal mecanismo visa diminuir as assimetrias de informações existentes entre cada um dos órgãos. Porém, nas decisões em que não existe manifestação pode haver violação do princípio da eficiência, uma vez que os entes federais envolvidos no processo regulatório não possuem a *expertise* e a especialização necessárias para analisar todos os aspectos regulatórios do tema.

No presente trabalho, a redução das assimetrias ocorre a partir do momento em que os membros do CTA trocam informações sobre campos científicos que se complementam. Existe uma necessária especialização<sup>102</sup> setorial, visto que cada uma das áreas pertencentes ao processo regulatório apresenta suas próprias peculiaridades técnicas e científicas. Em um depoimento coletado por Luiz Cláudio Campos, em sua tese “Burocracias em Ação”, um dos servidores do MAPA explicita a falta de *expertise* que o Ministério da Agricultura possui ao lidar com temas relacionadas aos outros setores envolvidos no processo regulatório<sup>103</sup>:

<sup>101</sup> WILLIAMSON, Oliver. **The mechanisms of governance**. Oxford University Press, 1996. p. 51.

<sup>102</sup> GONÇALVES, Leonardo Gomes Ribeiro. **Mecanismos de governança da interação entre as agências reguladoras e outros entes e órgãos da Administração Pública o processo administrativo regulatório**. In: GUERRA, Sérgio e SAMPAIO, Patrícia (organizadores). *Processo Administrativo nas Agências Reguladoras: Uma proposta de Disciplina Legislativa*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2016, p. 93.

<sup>103</sup> CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Burocracias em Ação: múltiplos atores, estratégias e conflitos na regulação federal de agrotóxicos**. Orientador: Regina Silvia Pacheco. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, [S. l.], 2012. p. 125. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9724>. Acesso em 13 out. 2020.

“(...) o que a gente tem percebido é que muitas vezes a decisão é tomada não totalmente calcada em razões técnicas. Só que a decisão é deles. (...) O Ministério [da Agricultura] não vai mover uma ação contra o governo. Então a gente entra para um debate. **Por isso a gente precisa de mais qualificação técnica na nossa área, para poder entrar em um debate mais rico. Não dá para a gente ter só uma qualificação em agronomia. Eu preciso entender de toxicologia em um nível, para poder dizer, “o que você está falando não faz muito sentido. Será que você não viu por outro lado?** Esse produto é muito importante na agricultura, será que não dá para conseguir um manejo no risco, e permitir para que ele fique mais dois anos?” (grifou-se)

Em um primeiro momento, pode-se pensar que a presença de múltiplas entidades administrativas em uma discussão regulatória pode prejudicar mais do que beneficiar o processo regulatório. Porém, na realidade, a existência do CTA e a previsão de um sistema integrado de informações (SIA) visam diminuir a assimetria de informação entre os órgãos, pois representam os únicos mecanismos legais de discussão, monitoramento recíproco e integração dessas entidades. Nesse sentido, de acordo com Luiz Cláudio Campos, a manifestação entre os entes pertencentes ao CTA apresenta benefícios ao aspecto regulatório de agrotóxicos<sup>104</sup>:

**“O CTA, portanto, parece ter se tornado uma instância onde os órgãos exercem monitoramento mútuo de suas ações, expõem posicionamentos, articulam suas posições e buscam consenso. O CTA também se constituiu em um instrumento de promoção de maior transparência na política regulatória de agrotóxicos, por dar publicidade às atas das reuniões e permitir participação de atores externos.”** (grifou-se)

Além disso, caso um único órgão fosse responsável por toda a regulação de defensivos agrícolas haveria o risco de que alguma área não tivesse seus aspectos considerados para os fins do processo regulatório<sup>105</sup>. O ministério escolhido para centralizar o procedimento não teria como analisar o setor a partir de todas as perspectivas que necessariamente perpassam a regulação de defensivos agrícolas<sup>106</sup>. O Ministério da Agricultura, por exemplo, poderia

<sup>104</sup> Ibidem. p. 125.

<sup>105</sup> Nas palavras de Campos: “A pesquisa ainda captou a existência e a percepção de assimetria de informação entre os próprios agentes. **Um dos entrevistados do MAPA ressaltou a necessidade de ampliação de conhecimento de seus técnicos para outras áreas como forma de melhor discutir com os demais órgãos, principalmente quando suas posições sobre o registro ou reavaliação divergirem ou quando houver a percepção de que a decisão não é tomada apenas por “fatores técnicos”.** (grifou-se). (CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Burocracias em Ação: múltiplos atores, estratégias e conflitos na regulação federal de agrotóxicos.** Orientador: Regina Silvia Pacheco. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, [S. l.], 2012. p. 108-109. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9724>. Acesso em 13 out. 2020.)

<sup>106</sup> PELAEZ, Victor Manoel; SILVA, Letícia da; ARAÚJO, Eduardo. **Regulação de agrotóxicos: uma análise comparativa.** 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia: anais / [realização da] Sociedade Brasileira de História da Ciência. São Paulo : EACH/USP, 2012. p. 12 Disponível em: [http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1356022660\\_ARQUIVO\\_RegulacaoAgrotoxicosSBHCT.pdf](http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1356022660_ARQUIVO_RegulacaoAgrotoxicosSBHCT.pdf) >. Acesso em: 30 out. 2020.



representar somente as posições de determinados grupos políticos conectados ao setor agrícola brasileiro. Assim nos ensina Victor Pelaez<sup>107</sup>:

**“A gestão tripartite do processo regulatório tem apresentado conflitos de interesses, sobretudo entre o Ministério da Agricultura e o da Saúde, no que tange aos processos de reavaliação de agrotóxicos estabelecidos por este último. O Ministério da Agricultura tem-se posicionado como testemunha de defesa das empresas de agrotóxicos em recursos judiciais submetidos contra o Ministério da Saúde nas reavaliações.** Um dos principais argumentos utilizados pelo representante do Ministério da Agricultura é o risco de perda de competitividade da agricultura brasileira com a retirada dos produtos do mercado nacional.” (grifou-se)

Inclusive, mesmo com a atual organização institucional, já existe forte interesse político para que mudanças legislativas centralizem o processo regulatório no MAPA. As autoridades responsáveis pelos estudos científicos relacionados à saúde e ao meio ambiente sofrem pressões políticas externas quando buscam garantir o cumprimento de suas competências estabelecidas na legislação<sup>108</sup>.

Assim, percebe-se que o modelo de regulação tripartite apresenta na realidade uma vantagem, ao permitir a redução da assimetria de informações interna, entre os participantes do CTA. A configuração organizacional múltipla confere à regulação de defensivos agrícolas uma análise mais especializada e profunda sobre os aspectos que devem ser analisados. Os participantes do CTA não possuem os conhecimentos científicos necessários para tratar de todo o processo regulatório. A concentração das atividades em qualquer um dos órgãos administrativos teria como consequência uma ineficiente regulação de agrotóxicos. Além disso, caso o processo fosse centralizado em uma única entidade, haveria ainda o risco de captura.

Na realidade, a ineficiência administrativa mapeada na presente pesquisa poderia ser diminuída não através da centralização do processo regulatório, mas sim a partir da implementação do SIA, mecanismo único de integração eletrônica entre os participantes do CTA.

<sup>107</sup> Ibidem. p. 9.

<sup>108</sup> SOUZA, Larissa Camapum de. **Análise da Legislação sobre Agrotóxicos no Brasil: Regulação ou Desregulação do Controle do Uso?**. Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, v. 11, n. 1, 2018. p. 61-62. Disponível em: <[http://www.esmp.sp.gov.br/revista\\_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/](http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/)> Acesso em: 10. Set. 2020.

Nessa toada, a inexistência de um mecanismo único de informações também foi captada nos dados coletados em nossa pesquisa. A partir da análise dos dados presentes na variável “Categoria” pode-se perceber que somente 6 (seis) atividades em um universo de 202 (duzentos e duas) referem-se à elaboração de um sistema de comunicação e integração entre os órgãos pertencentes ao CTA.

Tabela 1 - Atividades da Categoria "Diretrizes SIA"

<b>Ata</b>	<b>Data</b>	<b>Categoria</b>	<b>Assunto Tratado</b>
4ª Reunião Ordinária	10.05.2017	Diretrizes SIA	Ofício de requerimento de informações sobre o SIA feito pelo TCU
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Diretrizes SIA	Avanços no desenvolvimento do SIA
6ª Reunião Ordinária	03.08.2017	Diretrizes SIA	Avanços no desenvolvimento do SIA
8ª Reunião Ordinária	06.11.2017	Diretrizes SIA	Ofício do Tribunal de Contas da União sobre o desenvolvimento do SIA
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Diretrizes SIA	Cronograma SIA
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Diretrizes SIA	Aditivo ao Termo de Cooperação Interministerial sobre o SIA

Fonte: Elaboração própria

Conforme já foi anteriormente explicitado, a criação da referida plataforma é obrigação prevista no Art. 94, § 1º do Decreto nº 4.074/2002. A legislação estabelece que o desenvolvimento do Sistema Integrado de Informações sobre Agrotóxicos deveria ter sido realizado pela ANVISA, dentro de um prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da publicação do Decreto nº 4.074/2002. O desenvolvimento de uma plataforma que reunisse todas as informações necessárias ao processo regulatório federal de defensivos agrícolas é relevante elemento na comunicação interna entre as autoridades competentes e consequentemente na diminuição da assimetria de informação existente entre elas.

## **II.5. A Manifestação do TCU sobre a ineficiência integrativa do CTA**

O TCU já se manifestou acerca da ineficiência integrativa do CTA. A Corte já fiscalizou a falta de efetivação do SIA. A omissão administrativa na implementação do sistema não é fato

novo para a administração pública federal e seus órgãos de controle. Isso porque, O TCU<sup>109</sup> constatou através do Acórdão nº 2253/2017 que as autoridades competentes não promoveram a criação e a implementação do SIA, conforme determina o art. 94. §1º do Decreto nº 4.074/02. A decisão proferida pelo órgão de controle determinou inclusive a observância a um cronograma, conforme dispõe o item 1.7.1 do referido Acórdão:

“ 1.7.1. à Anvisa para que proceda à conclusão do Sistema de Informações sobre Agrotóxicos (SIA) , conforme prevê o art. 94, § 1º, do Decreto nº 4.074/2002, estabelecendo cronograma para sua implementação, sob a liderança do MAPA, no prazo de 90 dias, e, partir daí, apresentar o Tribunal, trimestralmente, relatório de progresso do SIA sobre as ações adotadas e implementadas, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso VII, artigo 268 do Regimento Interno do TCU.”

A decisão tomada pelo TCU pode ser verificada na base de dados do presente trabalho. Metade das menções à criação e ao desenvolvimento do SIA fazem referência e se relacionam diretamente com o conteúdo decisório do Acórdão nº 2253/2017. O CTA se reuniu 3 (três) vezes após a sua publicação, e em uma delas, um dos temas abordados é o envio de um cronograma de implementação do SIA ao TCU.

*Tabela 2 – Atividades da Categoria “Diretrizes SIA” após a manifestação do TCU*

<b>Ata</b>	<b>Data</b>	<b>Categoria</b>	<b>Assunto Tratado</b>
8ª Reunião Ordinária	06.11.2017	Diretrizes SIA	Ofício do Tribunal de Contas da União sobre o desenvolvimento do SIA
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Diretrizes SIA	Cronograma SIA
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Diretrizes SIA	Aditivo ao Termo de Cooperação Interministerial sobre o SIA

*Fonte:* Elaboração própria

Mesmo após a determinação do estabelecimento de um cronograma<sup>110</sup> para a implementação e desenvolvimento do SIA, a administração pública federal não finalizou as determinações elencadas pelo TCU no Acórdão nº 2253/2017, pois até hoje não foi desenvolvido qualquer sistema de integração informacional entre os órgãos. Inclusive, de acordo com o cronograma enviado pela ANVISA ao TCU, o projeto já deveria ter sido

<sup>109</sup> Tribunal de Conta da União. **Acórdão nº 2253/2017**. Relator Walton Alencar Rodrigues. 11 de out. 2017.

<sup>110</sup> O Cronograma enviado ao TCU é o Anexo F do presente trabalho e foi obtido através da Lei nº 12.527(“Lei de Acesso à Informação.”)

finalizado<sup>111</sup>. Entretanto ainda não houve sequer a escolha da empresa responsável pela elaboração do sistema<sup>112</sup>.

## II.6. Manifestação acerca da implementação do SIA: entes envolvidos

Após a realização de pesquisa através das atas de reunião do CTA, buscou-se vislumbrar a situação a partir da perspectiva dos próprios entes administrativos. Por essa razão, foram enviados questionamentos (através da Lei nº 12.527 – “Lei de Acesso à Informação”) acerca da mora relativa à implementação do SIA.

Dessa forma, foram enviados pedidos de acesso à informação a cada um dos órgãos relacionados ao processo de desenvolvimento e implementação do SIA<sup>113</sup>, nos termos do art. 94, § 1º do Decreto nº 4.074/02. As respostas apresentadas foram as mais variadas possíveis. O Ministério da Saúde informou que não era de sua competência implementar o SIA, e que, por essa razão, o questionamento deveria ser redirecionado à ANVISA. Nesse sentido, a ANVISA acabou respondendo ao questionamento duas vezes, apresentando em cada uma de suas respostas conteúdo diverso.

Em sua primeira resposta, a ANVISA salientou que o SIA já se encontrava em fase de construção, após a realização de um acordo entre a mesma e o Ministério da Agricultura, pois ambos haviam concordado em compartilhar a responsabilidade sobre o desenvolvimento do sistema. A agência ainda atribuiu a mora administrativa à escassez de recursos financeiros para a implementação do sistema:

“Com base nas informações fornecidas pela Gerência-Geral de Toxicologia (GGTOX), área técnica afeta ao assunto questionado, informamos que o SIA - Sistema de Informações de Agrotóxicos **encontra-se em fase de construção**, após a Anvisa acordar com o Ministério da Agricultura, órgão registrante de agrotóxicos de uso

<sup>111</sup> A data de finalização para a implementação do sistema é setembro de 2020, de acordo com o Cronograma enviado pela ANVISA ao TCU.

<sup>112</sup> A licitação para a escolha dos responsáveis pela elaboração do SIA estava prevista para ocorrer até maio de 2018, conforme pode ser verificado no item 3.2 do Cronograma. Porém, até o presente momento ainda não realizou nenhuma contratação, conforme pode ser extraído da resposta da ANVISA.

<sup>113</sup> As solicitações realizadas foram adaptadas, levando em consideração o órgão destinatário, porém possuem essencialmente o seguinte teor: “O Decreto nº 4074/02 estabelece em seu art. 94, § 1, que os órgãos federais responsáveis pelas áreas de agricultura, saúde e meio ambiente deverão implementar Sistema Integrado de Informações sobre agrotóxicos. Nesse sentido, gostaria de saber, quais são as medidas que vem sendo tomadas pelo Ministério da Saúde, na qualidade de órgão federal responsável pela saúde, na implementação do referido sistema de integração e as respectivas dificuldades em sua efetivação. Posto que, o referido Decreto determinou a construção do SIA no ano de 2002 (18 anos atrás).”

agrícola, a compartilhar a responsabilidade pela construção do referido sistema. **Vencidas as dificuldades de recursos financeiros para a construção de um sistema**, que venha a integrar os três órgãos envolvidos com o registro e controle de agrotóxicos no Brasil, foi montado um grupo de trabalho formado para acompanhamento e execução das atividades. Este Grupo de Trabalho conta com a participação da Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento além da ABC - Agência Brasileira de Cooperação. Atualmente o processo encontra-se em fase de seleção de empresa responsável pela elaboração do sistema, o processo seletivo está sendo conduzido pelo PNUD.” (grifou-se)

Já em sua segunda reposta, a ANVISA sustentou que cada um dos ministérios **possui sistemas de informações próprios** e que a integração das informações através do desenvolvimento do SIA, apesar de ser competência da própria ANVISA, nos termos do art. 94 do Decreto nº 4.074/02, deveria ser capitaneada também pelo MAPA e IBAMA, pois ambos os órgãos também fazem parte do processo regulatório de defensivos agrícolas:

“ 2. Para realizar o registro de novos produtos agrotóxicos, bem como alterações de registro, o interessado/requerente deve submeter aos três órgãos regulatórios - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) - as exigências legais que viabilizem avaliação técnica. Considerando as competências distintas de cada um desses órgãos, os cenários de avaliação têm enfoques diferentes, de modo que as três instituições analisam e solicitam aos demandantes informações relativas a suas áreas de atuação.

3. Nesse sentido, os órgãos possuem sistemas eletrônicos próprios, com vistas a atender as suas demandas específicas, sendo que, no caso do Ibama atualmente se utiliza: Sistema de Agrotóxicos; Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e Sistema Eletrônico de Requerimento e Análise de Registro Especial Temporário (SISRET).

4. Especificamente sobre o Sistema de Informações de Agrotóxicos (SIA), **embora a responsabilidade do seu desenvolvimento ter sido atribuída à ANVISA, conforme art. 94 do Decreto 4.074/2002, o MAPA e o Ibama são também integrantes do sistema de registro de agrotóxicos, podendo-se observar esforços dos órgãos no sentido de que haja maior integração entre as avaliações.**

5. Neste tocante, foi criado e assinado o Projeto "Melhoria da efetividade e transparência dos sistemas de registro de agrotóxicos dos países da América latina e Caribe", atualmente em execução, que vislumbra a melhoria da efetividade e transparência dos sistemas de registro de agrotóxicos, contemplando, dentre outros produtos, o desenvolvimento do Sistema de Informações de Agrotóxicos” (grifou-se)

Percebe-se que a ANVISA possui ciência de suas competências legais. Entretanto, busca atribuir suas responsabilidades a outros órgãos administrativos, mesmo que a legislação pátria tenha atribuído especificamente à ANVISA e não ao MAPA e ao IBAMA a obrigação expressa de desenvolver o SIA.

O MAPA por sua vez, atribuiu resposta genérica ao questionamento formulado, alegando que a ANVISA, o IBAMA e ele mesmo estão trabalhando conjuntamente para a contratação da empresa que desenvolverá o SIA. O órgão ressaltou ainda que os trabalhos de implementação e desenvolvimento devem começar ainda no ano de 2020. Vale pontuar que o pedido de acesso à informação foi respondido pelo MAPA em 18/09/2020, e até a conclusão deste trabalho, em 30/11/2020, não foram encontradas evidências de início da efetiva implementação do SIA, inclusive não havendo ainda sido escolhida a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema.

Por fim, cumpre explicitar e analisar a resposta encaminhada pelo MMA. Assim como o Ministério da Saúde, o MMA redirecionou a indagação formulada ao IBAMA, sob a argumentação de que tal matéria seria “afeta àquela Entidade”. No mérito, a resposta confeccionada pelo IBAMA não divergiu daquela explicitada pela ANVISA em sua segunda resposta. O órgão alegou que cada instituição possuía um sistema próprio e que esforços administrativos estavam sendo realizados para o desenvolvimento e a implementação do SIA.

Ou seja, a partir dos dados coletados, percebe-se que administração pública federal brasileira, no que concerne à regulação de agrotóxicos, poderia apresentar melhores resultados no quesito eficiência administrativa. Mesmo que as atas de reunião do CTA demonstrem que na maioria dos assuntos abordados existe um nível de 68,82% de manifestação entre os órgãos, há ainda um percentual considerável de casos em que não existe qualquer manifestação.

Além disso, a administração pública não implementou o principal mecanismo legal pertinente para a integração entre os órgãos federais. Ao invés disso, cada ente administrativo buscou criar seu próprio e isolado sistema de informações, instrumentos não condizentes com as determinações legais previstas no Decreto nº 4.074/02. Inclusive, até hoje, 18 (dezoito) anos após a publicação do Decreto nº 4.074/02, o Estado brasileiro ainda não implementou um sistema integrado de comunicação entre as diversas entidades.

## CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar a eficiência da interação dos entes federais responsáveis pela regulação de agrotóxicos no Brasil. As criações legislativas previstas na Lei nº 7.802/89 e no Decreto nº 4.074/02 procuraram conferir à legislação regulatória brasileira mecanismos de integração e cooperação em uma matéria regulatória densa e complexa.

O cenário regulatório brasileiro, sua evolução e peculiaridades foram apresentadas, abordando a importância temática em um país essencialmente agrícola. Buscou-se, ainda, apresentar e transmitir a preocupação dos congressistas no desenvolvimento de uma legislação moderna e multidisciplinar, que abordasse a regulação de defensivos agrícolas a partir de todas as perspectivas pertinentes e não apenas sob a ótica daquelas economicamente rentáveis.

Nessa toada, a integração administrativa entre os entes responsáveis pelo processo regulatório de agrotóxicos foi medida através das reuniões do CTA, órgão interministerial criado pelo Decreto nº 4.074/02, com o propósito de tornar eficiente a integração e a comunicação entre os ministérios, as agências e demais entidades responsáveis. A sua instituição é fundamental para a diminuição das assimetrias de informação existentes no processo regulatório.

Através da instância proporcionada pelo CTA, seus participantes podem expor seus posicionamentos e apresentar perspectivas diversas sobre o tema regulado, uma vez que cada ente possui uma área de atuação específica e determinada *expertise* para lidar com a matéria que está sendo regulada. Além disso, a atuação tripartite auxilia na diminuição dos riscos de captura, pois a regulação é realizada por entidades diferentes e não por uma única instância administrativa.

Assim, a proposta de centralizar a regulação em um único ente, conforme determina o PL nº 6.189/05 e outras propostas legislativas, pode levar a uma insuficiência nas análises que devem ser realizadas durante o processo regulatório. Não existe atualmente uma entidade capaz de lidar de forma eficiente com todos os aspectos regulatórios sobre o tema.

Entretanto, os números ainda não revelam uma completa eficiência administrativa. Os dados coletados demonstram que de cada 10 (dez) atividades, 3 (três) não possuem qualquer manifestação por parte dos participantes do CTA. Em um universo de 202 (duzentas e duas) atividades, 63 (sessenta e três) delas não apresentaram manifestação por parte das autoridades administrativas. **Em termos percentuais, este número representa 31,18% do total de casos.** Ademais, um sistema único e integrado de troca de informações ainda não foi implementado e desenvolvido pelas entidades competentes.

Nesse sentido, a base de dados elaborada para os fins do presente trabalho identificou 202 (duzentas e duas) atividades, que se encontram tabeladas no Anexo A. Desse universo, apenas 6 (seis) correspondem a categoria “Diretrizes SIA”, demonstrando que em um período de três anos, a questão relativa à implementação de um sistema único e integrado de informações só foi abordada pelas autoridades competentes em uma quantidade ínfima de casos.

Os órgãos administrativos, ao invés de trabalharem na construção de um sistema único e integrado, conforme determina a legislação, buscaram instituir sistemas de comunicação independentes entre si. O Decreto nº 4.074/02 prevê única e exclusivamente a criação e a implementação de um sistema integrado de Informações (SIA) e não o estabelecimento de sistemas isolados. Tais medidas violam as determinações expressas do texto legal, não se revelando eficientes.

Em conclusão, tem-se que o modelo regulatório tripartite estabelecido pela legislação não está funcionando plenamente. Portanto, não pode ainda ser testado, afinal o SIA, um dos principais mecanismos de integração e comunicação entre os entes ainda não foi implementado conforme determina o Decreto nº 4074/02.

Além disso, pode-se constatar que existe um efetivo risco na abordagem centralizadora prevista no Projeto de Lei nº 6.189/05. A unificação de todo o processo regulatório em uma única entidade pode fazer com a regulação de agrotóxicos apresente uma visão unidisciplinar sobre um tema complexo que envolve diversos campos científicos. A abordagem tripartite possibilita a redução dos riscos de captura do processo regulatório por determinados grupos econômicos. Pois, conforme foi demonstrado ao longo do presente trabalho, alguns setores sociais apresentam maior força política na elaboração da legislação e das políticas públicas



relacionadas ao tema. A visão multidisciplinar é necessária para garantir o cumprimento dos direitos constitucionais relacionados ao tema.

Assim, os órgãos de controle da Administração Pública, tais como o TCU e até mesmo a própria sociedade civil, especialmente por meio do terceiro setor não podem deixar de fiscalizar a atuação regulatória do CTA. Por isso, devem ser mais ativos nas cobranças e exigências para que haja uma maior interação entre os membros do CTA, principalmente através da implementação do SIA.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. **O desempenho brasileiro da indústria química em 2019**. Disponível em: <[https://abiquim-files.s3-us-west-2.amazonaws.com/uploads/guias\\_estudos/Livreto-Enaiq2019\\_Abiquim.pdf](https://abiquim-files.s3-us-west-2.amazonaws.com/uploads/guias_estudos/Livreto-Enaiq2019_Abiquim.pdf)>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <[http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco\\_2015\\_web.pdf](http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Ordinária nº 3200/2015**. Dispõe sobre a Política Nacional de Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental, seus Componentes e Afins, bem como sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de defensivos fitossanitários e de produtos de controle ambiental, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1996620>>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Ordinária nº 3200/2015**. Dispõe sobre a Política Nacional de Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental, seus Componentes e Afins, bem como sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de defensivos fitossanitários e de produtos de controle ambiental, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1996620>

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Ordinária nº 6.189/05**. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=306460>>

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI n.º 3540-1- MC/DF/2005**, rel. Min. Celso de Mello, Dj: 01.09.2005. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2311268>

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE n.º 286789/RS/2005**, rel. Min. Ellen Gracie, Dj: 08.03.2005. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1871686>

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF, **RE nº 1045719 AgR/ MG**, rel. Min. Rosa Weber, Dj: 05.02.2018. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur380471/false>

BRASIL. Tribunal de Conta da União. **Acórdão nº 2253/2017**. Relator Walton Alencar Rodrigues. 11 de out. 2017. Disponível em: <[tps://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/processo/2253%252F2017/%2520/DTAUTUACAOORDENACAO%2520desc%252C%2520NUMEROCOMZEROS%2520desc/1/%2520?uid=f4e12060-1d17-11eb-b01c-bbe6ce5afb05](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/processo/2253%252F2017/%2520/DTAUTUACAOORDENACAO%2520desc%252C%2520NUMEROCOMZEROS%2520desc/1/%2520?uid=f4e12060-1d17-11eb-b01c-bbe6ce5afb05)>

BRASIL. **Decreto nº 4074, de 4 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. [S. l.], 11 jul. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4074.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm).

BRASIL. **Lei Ordinária nº 7802, de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. [S. l.], 11 jul. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm).

CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Burocracias em Ação: múltiplos atores, estratégias e conflitos na regulação federal de agrotóxicos**. Orientador: Regina Silvia Pacheco. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9724>.

CAMPOS, Margarida de Cássia. **O Projeto Nacional Desenvolvimentista, A Dinâmica da Agricultura e As Configurações Espaciais - 1964 a 1979**. Espaço Aberto, PPGG - UFR, [s. l.], v. 1, ed. 1, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5301648>>

CARSON, R. 1907-1964. **Primavera silenciosa**. [s. l.]: Crítica, 2001. p. 25.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. 31ª Edição, São Paulo: Atlas, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DIAS, Agata Cristina Lima *et al.* **Ocorrência de Atrazina em águas no Brasil e remoção no tratamento da água: revisão sistemática**. Revista Internacional de Ciências, Rio de Janeiro, v. 8, ed. 02, p. 234-253, 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/ric>>

DINIZ, Eduardo Henrique *et al.* **O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 23-48, Feb. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122009000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100003&lng=en&nrm=iso)>.

EHLERS, Eduardo. **O que é a agricultura sustentável?** São Paulo: Brasiliense, 2008.p.13

FARIA, Neice Müller Xavier et al . **Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1298-1308, Oct partir. 2004. Disponível em:<  
[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2004000500024&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2004000500024&script=sci_arttext&tlng=pt)>

FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. **A Regulação do Uso dos Agrotóxicos no Brasil: Uma proposta para um Direito de Sustentabilidade.** Orientador: José Rubens Morato Leite. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122689>>

FONSECA, Juliana Munefiça da. **A Regulação de Registro de Novas Moléculas do Setor de Defensivos Agrícolas.** Orientador: Pedro Jacob Christoffoleti. 2018. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/20270>>

FRANCO, Caroline da Rocha; PELAEZ, Victor. **A (des)consideração da agenda política de controle dos agrotóxicos no Brasil.** Ambiente e Sociedade, [s. l.], ano 2016, v. XIX, n. 3, p. 215-232, 2016. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2016000300213&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000300213&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>

GONÇALVES. Leonardo Gomes Ribeiro. **Mecanismos de governança da interação entre as agências reguladoras e outros entes e órgãos da Administração Pública o processo administrativo regulatório.** In: GUERRA, Sérgio e SAMPAIO, Patrícia (organizadores). Processo Administrativo nas Agências Reguladoras: Uma proposta de Disciplina Legislativa. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2016. Disponível em:<  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16535/Processo%20administrativo%20nas%20ag%C3%A2ncias%20reguladoras.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>

GUERRA, Sérgio "**Regulação e aspectos institucionais brasileiros**". In SERGIO GUERRA. Regulação no Brasil - uma visão multidisciplinar. Editora FGV, 2014. p. 373.

GUIMARAES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. **A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro.** Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 3, n. 4, p. 01-18, Dec. 2005 . Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Produtos agrotóxicos e afins comercializados em 2009 no Brasil: uma abordagem ambiental.** Brasília: IBAMA, 2010. Disponível em: <  
<https://docplayer.com.br/7853213-Ibama-m-m-a-produtos-agrotoxicos-e-afins-comercializados-em-2009no-brasil-uma-abordagem-ambiental.html>>

JABLONOWSKI, Nicolai Davi; SCHAFFER, Andreas; BUREAUL, PETER. **Still present after all these year: persistence plus potential toxicity raise questions about the use of atrazine.** In: Environmental Science and Pollution Research International. 2011. February; 18 (2): 328-331. p. 328. Disponível em:< <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21191660/>>

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 118, p. 189-206, Mar. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010015742003000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742003000100008&lng=en&nrm=iso)>.

JARDIM, Isabel Cristina Sales Fontes; ANDRADE, Juliano de Almeida; QUEIROZ, Sonia Claudia do Nascimento de. **Resíduos de agrotóxicos em alimentos: uma preocupação ambiental global - Um enfoque às maçãs**. Quím.Nova, São Paulo, v.32, n.4, p. 996-1012, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40422009000400031&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422009000400031&lng=en&nrm=iso)>.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa, 2011. P.18. Disponível em: < <https://br.boell.org/pt-br/2011/10/31/agrotoxicos-no-brasil-um-guia-para-acao-em-defesa-da-vida-0>>

LOPES, Maria Elizabete Barretto de Menezes. **Agrotóxicos na imprensa: análise de algumas revistas e jornais brasileiros**. 2010. Tese (Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010. p. 31. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-20092010-110934/pt-br.php>>

MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro**. Perspectivas em Ciência da Informação, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 65-91, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n1/a05v16n1>. Acesso em: 26 out. 2020

MENDES, G. F.; COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENTEN, José Otávio Machado et al. **Legislação ambiental e uso de defensivos agrícolas**. Revista Citrus Research & Technology, Cordeirópolis, v. 32, ed. 2, p. 109-120, 2011. Disponível em: [http://www.leb.esalq.usp.br/leb/disciplinas/Casimiro/LFN/Leitura\\_recomendada/Revista%20Citrus%20Research%20&%20Technology%20-%20Legislacao%20ambiental%20e%20uso%20de%20defensivos%20agricolas.pdf](http://www.leb.esalq.usp.br/leb/disciplinas/Casimiro/LFN/Leitura_recomendada/Revista%20Citrus%20Research%20&%20Technology%20-%20Legislacao%20ambiental%20e%20uso%20de%20defensivos%20agricolas.pdf). Acesso em: 24 set. 2020.

MILKIEWICZ, Larissa; LIMA, José Edmilson de Souza. **Análise do registro de agrotóxico no Direito Ambiental brasileiro**. Revista Brasileira de Direito. Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 7-26, mai./ago. 2018. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6786464>>

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Coordenação gerencial na Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 214, p. 35-53, out. 1998. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47265/45374>>.

NORTH, Douglass. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

PARDO, José Esteve. **Privilege domain of risk treatment: Risk and Health**. In: European Review of Public Law. Vol. 15. N. 1. Spring/pritemps.2003. Published with the University of Paris (Panthéon-Sorbonne), the National and Capodistriam of Athens and Erasmuns programme of the European Communities. London: Esperia Publications Ltd, 2003. p. 109. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=941633> >

PASCHOAL, A.D. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1979.

PELAEZ, V. M.; DA SILVA, L. R.; GUIMARÃES, T. A.; DAL RI, F.; TEODOROVICZ, T. **A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil**. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, SP, v. 14, p. 153-178, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649104>>

PELAEZ, Victor Manoel; SILVA, Letícia da; ARAÚJO, Eduardo. **Regulação de agrotóxicos: uma análise comparativa**. 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia: anais / [realização da] Sociedade Brasileira de História da Ciência. São Paulo : EACH/USP, 2012. Disponível em: <[http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1356022660\\_ARQUIVO\\_RegulacaoAgrototoxicosSBHC.pdf](http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1356022660_ARQUIVO_RegulacaoAgrototoxicosSBHC.pdf)>

PELAEZ, Victor, SILVA, Letícia; BORGES, Eduardo. **Regulation of pesticides: a comparative analysis**. Sience & Public Policy, 2013. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/oup/scippl/v40y2013i5p644-656.html>>

PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio Henrique Bittes; SILVA, Letícia Rodrigues da. **A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente**. Revista de Economia, [s. l.], ano 2010, v. 36, ed. 1, p. 27-48, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/20523>

SANBORN, M; COLE, D; KERR, K; VAKIL, C; SANIN; LH; BASSIL, K. **Pesticides literature review: Systematic review of pesticide human health effects**. Toronto: The Ontario College of Family Physicians, 2004. Disponível em: <https://www.beyondpesticides.org/assets/media/documents/documents/systematic-review-canada-pesticides.pdf>>

SANTOS, Gesmar Rosa dos. Características, **Sistema de Registros de Produtos e Concorrência no Mercado de Agrotóxicos no Brasil**. Radar, [s. l.], n. 20, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5371>>

SILVA, Jandira Maciel da et al . **Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 10, n. 4, p. 891-903, Dec. 2005 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000400013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400013&lng=en&nrm=iso)>.



SILVA, José Afonso. Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 35[ ed. São Paulo, Malheiros, 2012.

SOUZA, Larissa Camapum de. **Análise da Legislação sobre Agrotóxicos no Brasil: Regulação ou Desregulação do Controle do Uso?**. Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <[http://www.esmp.sp.gov.br/revista\\_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/](http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/)>

STANDAGE, Tom. **Uma história comestível da humanidade**. [S. l.]: Zahar, 2010.

TARTUCE, Flávio; NEVES, **Daniel Amorim Assumpção**. Manual de Direito do Consumidor: Direito Material e Processual. Volume único. São Paulo: Editora Método, 2014.

TERRA, Fábio Henrique Bittes; PELAEZ, Victor Manoel. **A evolução da indústria de agrotóxicos no Brasil de 2001 a 2007, a expansão da indústria e as modificações na lei de agrotóxicos**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/fabio\\_terra/publication/237585189\\_a\\_evolucao\\_da\\_industria\\_de\\_agrotoxicos\\_no\\_brasil\\_de\\_2001\\_a\\_2007\\_a\\_expansao\\_da\\_agricultura\\_e\\_as\\_modificacoes\\_na\\_lei\\_de\\_agrotoxicos/links/54096fc40cf2822fb738d364/aevolucao-da-industria-de-agrotoxicos-no-brasil-de-2001-a-2007-a-expansao-da-agricultura-e-as-modificacoes-na-leideagrotoxicos.pdf?origin=publication\\_detail](https://www.researchgate.net/profile/fabio_terra/publication/237585189_a_evolucao_da_industria_de_agrotoxicos_no_brasil_de_2001_a_2007_a_expansao_da_agricultura_e_as_modificacoes_na_lei_de_agrotoxicos/links/54096fc40cf2822fb738d364/aevolucao-da-industria-de-agrotoxicos-no-brasil-de-2001-a-2007-a-expansao-da-agricultura-e-as-modificacoes-na-leideagrotoxicos.pdf?origin=publication_detail)>

TOLEDO, Dolina Sol Pedroso de. **Limites ao Poder Econômico e Agricultura: A Regulação e a regulamentação do mercado de agrotóxicos no Brasil**. Orientador: Solange Teles da Silva. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1084/1/Dolina%20Sol%20Pedroso%20de%20Toledo.pdf>>

TOMITA, Rúbia Yuri. **Legislação de agrotóxicos e sua contribuição para a proteção da qualidade do meio ambiente**. *Biológico*, São Paulo, v. 67, ed. 1/2, p. 1-10, 24 set. 2020. Disponível em: <[http://www.biologico.agricultura.sp.gov.br/uploads/docs/bio/v67\\_1\\_2/tomita.pdf](http://www.biologico.agricultura.sp.gov.br/uploads/docs/bio/v67_1_2/tomita.pdf)>

VAZ, Paulo Afonso Brum. **O direito ambiental e os agrotóxicos: responsabilidade civil, penal e administrativa**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006

VEIGA, Marcelo Motta; SILVA, Dalton Marcondes; VEIGA, Lilian Bechara Elabras; FARIA, Mauro Velho de Castro. **Análise da contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do sudeste do Brasil**. In: Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, p. 2391 – 2399, Nov, 2006. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2006001100013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001100013)>

VERDAN RANGEL, T. L.; DOS REIS ARIAS, K.; ARAÚJO TEIXEIRA, E. **Análise dos Direitos Humanos Ambientais na Constituição de 1988: O Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado como reflexo dos Direitos de Terceira Geração**. (Portuguese). Lex Humana, [s.l.], v.5, n.2, p.154, 2013. Disponível em: <<http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/336/267#>>

WILLIAMSON, Oliver. **The mechanisms of governance**. Oxford University Press, 1996.

## **ANEXOS**

<b>Anexo A</b>	Planilha de Atividades e Reuniões do CTA
<b>Anexo B</b>	Resposta da ANVISA
<b>Anexo C</b>	Resposta da ANVISA (originalmente encaminhada ao MS)
<b>Anexo D</b>	Resposta do IBAMA (originalmente encaminhada ao MMA)
<b>Anexo E</b>	Resposta do MAPA
<b>Anexo F</b>	Resposta do TCU/Cronograma



### ANEXO A - PLANILHA DE ATIVIDADES E REUNIÕES DO CTA

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
1ª Reunião Ordinária	08.02.2019	Harmonização de Procedimentos	Solicitação de Priorização de Análise	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Ordinária	08.02.2019	Harmonização de Procedimentos	Consulta requerida por empresa sobre interpretação de norma e enquadramento de produtos	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Ordinária	08.02.2019	CrITÉrios de diferenciação	Pedido de manifestação de sobre a necessidade ou não de registro para o produto Hidrotreat.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Ordinária	08.02.2019	Edição e alteração de atos normativos	Apresentação de proposta regulatória para produtos de jardinagem	Sim	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Ordinária	08.02.2019	Edição e alteração de atos normativos	Comunicação de informes sobre normas editadas pelos órgãos	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	órgãos apenas comunicam existência das normas, entretanto não debatem ou deliberam sobre seu conteúdo.

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBAMA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
1ª Reunião Ordinária	08.02.2019	Edição e alteração de atos normativos	Aprovação do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) – Estabelecer modelo de avaliação dos riscos de agrotóxico no Brasil, com vistas a minimizar seus efeitos negativos na aplicação junto ao ambiente saúde humana.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	órgãos apenas comunicam existência das normas, entretanto não debatem ou deliberam sobre seu conteúdo.
1ª Reunião Ordinária	08.02.2019	Edição e alteração de atos normativos	Comunicação de informes sobre normas editadas pelos órgãos	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	órgãos apenas comunicam existência das normas, entretanto não debatem ou deliberam sobre seu conteúdo.
1ª Reunião Ordinária	08.02.2019	Edição e alteração de atos normativos	Comunicação de informes sobre normas editadas pelos órgãos	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	órgãos apenas comunicam existência das normas, entretanto não debatem ou deliberam sobre seu conteúdo.

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Critérios de diferenciação	Pedido de manifestação de sobre a necessidade ou não de registro para o produto Hidrotreat	Não	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Harmonização de Procedimentos	Pedido de manifestação sobre o enquadramento do produto Atlantium	Não	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Harmonização de Procedimentos	Solicitação do MAPA a respeito da utilização de parasitoide exótico em campo	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Harmonização de Procedimentos	Apresentação de lista de prioridades de 2019, de forma preliminar, contendo 40 produtos no total.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Harmonização de Procedimentos	Carta da ANDEF que solicita esclarecimentos a respeito dos Procedimentos Operacionais Padrão.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Critérios de diferenciação	Relação aos estudos necessários para o registro de produto CAOLIM.	Sim	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Critérios de diferenciação	Solicitação de orientação em relação ao registro do 2,4-D Técnico.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Harmonização de Procedimentos	Análise de documento da UNIFITO com propostas de Medidas Desburocratizantes	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Outros	Proposta de Agendamento das reuniões ordinárias CTA	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Harmonização de Procedimentos	Dispensa de análise de documentos administrativos pela ANVISA	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Critérios de diferenciação	Nova especificação de referência para Agricultura Orgânica	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Edição e alteração de atos normativos	Edição de normas - tipos de formulação	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
2ª Reunião Ordinária	08.03.2019	Edição e alteração de atos normativos	Edição de normas - tipos de formulação	Não	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Fábio Ribeiro Silva	
3ª Reunião Ordinária	03.04.2019	Critérios de diferenciação	Solicitação da empresa IHARABRAS de esclarecimentos sobre produto à base do	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	O CTA na prática, delegou competência aos órgãos, decidindo

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			ingrediente ativo 2,4D									que o requerente deveria buscar informações junto a cada um dos órgãos federais
3ª Reunião Ordinária	03.04.2019	Critérios de diferenciação	Solicitação de orientação em relação ao registro do 2,4-D Técnico.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	
3ª Reunião Ordinária	03.04.2019	Harmonização de Procedimentos	Solicitação da empresa VIGNA em relação a utilização de RET (REGISTRO) já obtido.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	
3ª Reunião Ordinária	03.04.2019	Harmonização de Procedimentos	Solicitação da empresa NORTOX para a priorização de análise do produto OXICLORETO DE COBRE NORTOX.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	
3ª Reunião Ordinária	03.04.2019	Harmonização de Procedimentos	Solicitação da empresa ANASAC Brasil Comércio e Locação de Máquin, LTDA para priorização de análise do Produto Técnico Equivalente	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			Budbreak Técnico e formulado Budbreak 52 SL									
3ª Reunião Ordinária	03.04.2019	Harmonização de Procedimentos	Solicitação da empresa ISCA Tecnologias em relação à possibilidade de dispensa do receituário agrônômico para produtos semioquímicos.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	
3ª Reunião Ordinária	03.04.2019	Harmonização de Procedimentos	Lista de Prioridades Agronômicas de 2019	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	
4ª Reunião Ordinária	02.05.2019	Assessoramento dos Ministérios	Discussão do texto da Nota Técnica - CTA.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	A reunião contou com mais um representante do MMA, extrapolando o quórum previsto na legislação.
4ª Reunião Ordinária	02.05.2019	Harmonização de Procedimentos	Questionamentos quanto à participação do CTA na elaboração da Lista de Prioridades Agronômicas de 2019	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	Caso interessante

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
4ª Reunião Ordinária	02.05.2019	Harmonização de Procedimentos	Solicitação de documentos da empresa ARCH Química relativos ao produto Hidrotreat	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	A reunião contou com mais um representante do MMA, extrapolando o quórum previsto na legislação.
4ª Reunião Ordinária	02.05.2019	Edição e alteração de atos normativos	Elaboração da IN sobre comércio Interestadual de Agrotóxicos - Retomada da análise da proposta encaminhada pelo MAPA, conforme ata da 6ª Reunião Ordinária do CTA	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	A reunião contou com mais um representante do MMA, extrapolando o quórum previsto na legislação.
5ª Reunião Ordinária	07.06.2019	Critérios de diferenciação	Bioagro Internacional faz consulta sobre a necessidade de registro de Protetor Solar à base de rocha vulcânica para plantas.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
5ª Reunião Ordinária	07.06.2019	Edição e alteração de atos normativos	Requerimento de Revisão das Instruções Normativas Conjuntas 32 e 3.	Sim	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
5ª Reunião Ordinária	07.06.2019	Harmonização de Procedimentos	Bayer SA - Solicitação de priorização do THIENCARBAZ	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBAMA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			ONE sob alegação de produtos de baixa toxicidade e periculosidade									
5ª Reunião Ordinária	07.06.2019	Edição e alteração de atos normativos	Alteração da IN 2/2006 - Reavaliação	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
6ª Reunião Ordinária	09.07.2019	Harmonização de Procedimentos	Solicitação ABIFINA ao CTA sobre andamento de análise de produtos "clones" nos três órgãos.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Danielle Fildepho	Flávia Baptista Nóbrega	(i)A reunião contou com mais um representante do MS, extrapolando o quorum previsto na legislação; (ii) O CTA informa que os sistemas de avaliação dos produtos entre os órgãos são distintos, não sendo possível adotar os mesmos procedimentos de um órgão para o outro. Entretanto, o IBAMA irá considerar a sugestão da ABIFINA



Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBAMA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
												em otimizar a avaliação deste tipo de pleito, com ações pontuais.
6ª Reunião Ordinária	09.07.2019	Critérios de diferenciação	Solicitação da BIOAGRO sobre possibilidade de retificar Ata do CTA, para que o nome da substância (agalmatolito) conste em ata para garantir que o protetor solar é realmente isento de registro.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Danielle Fildepho	Flávia Baptista Nóbrega	A reunião contou com mais um representante do MS, extrapolando o quorum previsto na legislação.
6ª Reunião Ordinária	09.07.2019	Edição e alteração de atos normativos	Sugestão do IBAMA para elaboração de IN para alterar a IN nº2/06.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Danielle Fildepho	Flávia Baptista Nóbrega	A reunião contou com mais um representante do MS, extrapolando o quorum previsto na legislação.
6ª Reunião Ordinária	09.07.2019	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa Conjunta- Comércio Interestadual. Foi identificada a necessidade de	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Danielle Fildepho	Flávia Baptista Nóbrega	A reunião contou com mais um representante do MS, extrapolando o quórum

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBAMA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			aprofundamento das discussões por um Grupo de Trabalho a ser instituído.									previsto na legislação.
6ª Reunião Ordinária	09.07.2019	Harmonização de Procedimentos	Necessidade de indicação de culturas para formicidas e moluscidas	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Danielle Fildepho	Flávia Baptista Nóbrega	A reunião contou com mais um representante do MS, extrapolando o quórum previsto na legislação.
6ª Reunião Ordinária	09.07.2019	Harmonização de Procedimentos	Indicação de nomes para participação em GT sobre revisão das INCs de Produtos Bioquímicos e de Produtos Microbiológicos	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Danielle Fildepho	Flávia Baptista Nóbrega	A reunião contou com mais um representante do MS, extrapolando o quorum previsto na legislação.
7ª Reunião Ordinária	09.08.2019	Edição e alteração de atos normativos	Sugestão do IBAMA para elaboração de IN para alterar a IN nº2/06.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
7ª Reunião Ordinária	09.08.2019	Crítérios de diferenciação	Especificações de referência para a agricultura orgânica.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
7ª Reunião Ordinária	09.08.2019	Harmonização de Procedimentos	Alterações na Lista de Prioridades Agrônômicas 2019 pelo MAPA	Não	Não	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBAMA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
7ª Reunião Ordinária	09.08.2019	Harmonização de Procedimentos	Isenção da destruição de áreas tratadas em ensaios de campo e enquadramento de produto GRANDEVO e priorização de análise.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
7ª Reunião Ordinária	09.08.2019	Harmonização de Procedimentos	Consulta Yonon Biociências em relação a avaliação de produto formulado com base em produto técnico equivalente.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
7ª Reunião Ordinária	09.08.2019	Critérios de diferenciação	Consulta Proregistros de Produtos Ltda para registro de pré-mistura.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
7ª Reunião Ordinária	09.08.2019	analisar propostas de edição e alteração de atos normativos	Aprovação de Notas Técnicas - Cultura de Suporte Fitossanitário Insuficiente.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Extraordinária	27.03.2019	Harmonização de Procedimentos	Solicitação do MAPA a respeito da utilização de parasitoide exótico em campo	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Goulart	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	Presença de representantes de 4 representantes do IBAMA e 8 representantes do MAPA e representante

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
												da EMBRAPA.
2ª Reunião Extraordinária	18.04.2019	Assessoramento dos Ministérios	Discussão do texto da Nota Técnica - CTA.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem representante	
3ª Reunião Extraordinária	24.05.2019	Critérios de diferenciação	Solicitação de prorrogação do registro emergencial do produto DI-HIDRO da empresa QUIMIL.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem representante	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Harmonização de Procedimentos	Aprovação do Calendário de reuniões para 2018.	Sim	Sim	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Harmonização de Procedimentos	Uso do ácido bórico como ingrediente ativo e do tetraborato de sódio nas formulações de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Critérios de diferenciação	Pedido de manifestação de sobre a necessidade ou não de registro para o produto Hidrotreat	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Harmonização de Procedimentos	Questionamento da ABCBIO sobre a regularidade da prática de produção de biopesticidas, produtos agrotóxicos com base em agente microbiológicos de controle.	Não	Sim	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Outros	Solicitação do MP para o envio de informação de comercialização de agrotóxicos por cultua agrícola. A demanda foi respondida individualmente por três órgãos.	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Harmonização de Procedimentos	Informes sobre encaminhamento das normativas conjuntas em andamentos.	Sim	Sim	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução normativa conjunta sobre alteração de formulação	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução normativa conjunta sobre alteração de formulação	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa conjunta sobre RET	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa conjunta sobre Brometo de Metila	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa conjunta sobre plantas ornamentais	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa conjunta sobre mistura em tanque	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa conjunta sobre mistura em tanque	Não	Não	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Assessoramento dos Ministérios	Pedido de uso emergencial do triclopir pelo Ministério da Integração Nacional.	Sim	Sim	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
1ª Reunião Ordinária	24.01.2018	Harmonização de Procedimentos	Reavaliação de produtos para ferrugem asiática	Sim	Sim	Sem dados	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
2ª Reunião Ordinária	15.02.2018	Crítérios de diferenciação	Registro emergencial do MXD-100 e Atlantium HOD	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
2ª Reunião Ordinária	15.02.2018	Harmonização de Procedimentos	SINDIVEG sobre laudo laboratorial de formuladores	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
2ª Reunião Ordinária	15.02.2018	Harmonização de Procedimentos	Publicidade da fila de produto técnico equivalente	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
2ª Reunião Ordinária	15.02.2018	Edição e alteração de atos normativos	Aprovação da Exposição de motivos para encaminhamento da proposta de Decreto que altera o Decreto nº 4.0774.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
3ª Reunião Ordinária	07.03.2018	Critérios de diferenciação	Aprovação da Especificação de Referência.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
3ª Reunião Ordinária	07.03.2018	Edição e alteração de atos normativos	Aprovação do termo aditivo do acordo de cooperação.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
3ª Reunião Ordinária	07.03.2018	Harmonização de Procedimentos	Memorando de Entendimentos sobre Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
3ª Reunião Ordinária	07.03.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa Conjunta sobre RET	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
3ª Reunião Ordinária	07.03.2018	Edição e alteração de atos normativos	Informes sobre encaminhamento da revisão do Decreto nº 4074/02.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
3ª Reunião Ordinária	07.03.2018	Harmonização de Procedimentos	Cartas de recomendação de uso da Fosfina Líquida e	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			prioridades na análise.									
3ª Reunião Ordinária	07.03.2018	Harmonização de Procedimentos	Regulamento sobre produtos a serem priorizados.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
3ª Reunião Ordinária	07.03.2018	Harmonização de Procedimentos	Avaliação de contribuições da INC de mistura de tanque.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
4ª Reunião Ordinária	04.04.2018	Harmonização de Procedimentos	Procedimentos para apresentação de laudos laboratoriais de formuladores internacionais.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
4ª Reunião Ordinária	04.04.2018	Critérios de diferenciação	Proteção de dados e informações submetidas aos órgãos federais para obtenção de registro.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
4ª Reunião Ordinária	04.04.2018	Harmonização de Procedimentos	Ofício sobre "uso próprio" de inseticida em área de proteção ambiental para controle de vetores.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
4ª Reunião Ordinária	04.04.2018	Harmonização de Procedimentos	Memorando de Entendimento sobre culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
4ª Reunião Ordinária	04.04.2018	Harmonização de Procedimentos	ANVISA e a possibilidade de aditamentos.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	



Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
5ª Reunião Ordinária	02.05.2018	Harmonização de Procedimentos	Apresentação do novo fluxo das práticas regulatórias que está sendo implementado pela ANVISA.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
5ª Reunião Ordinária	02.05.2018	Crítérios de diferenciação	Consulta da empresa de Rizobacter sobre necessidade de registro de produtos para limpeza de tanques de pulverização de trator rural.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
5ª Reunião Ordinária	02.05.2018	Crítérios de diferenciação	Consulta da empresa Syngenta Proteção de Cultivos sobre "protetores de sementes".	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Outros	Demandas de IA para extrapolação de LMR	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Crítérios de diferenciação	Especificações de referência.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Harmonização de Procedimentos	Questionamento do Conselho de Biologia referente a IN 02/15	Não	Sim	Marina Veras Dourado	Sem dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Harmonização de Procedimentos	Lista de Prioridades Agrônômicas 2016-2017	Não	Não	Marina Veras Dourado	Sem dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Harmonização de Procedimentos	Avaliação de pleitos de registro de Produtos Técnicos Equivalentes	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa conjunta sobre comércio interestadual de agrotóxicos.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Sem dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa Conjunta sobre plantas ornamentais.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa Conjunta MAPA e IBAMA sobre mistura em tanque.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Sem dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Critérios de diferenciação	Consulta da Chemitec Agro Veterinária Ltda sobre aplicabilidade de registro de produtos técnico para registro de produtos formulados diretamente a partir de matérias primas.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	
6ª Reunião Ordinária	06.06.2018	Critérios de diferenciação	Consulta da PB Brasil sobre registro de	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Graziela Costa Araújo	Sem dados	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			CAOLIM para controle de pragas, requisitos e procedimentos.									
7ª Reunião Ordinária	12.07.2018	Harmonização de Procedimentos	Solicitação de priorização de análise.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Sem dados	Sem dados	
7ª Reunião Ordinária	12.07.2018	Harmonização de Procedimentos	Consulta sobre enquadramento de produto como agrotóxico.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Sem dados	Sem dados	
7ª Reunião Ordinária	12.07.2018	Harmonização de Procedimentos	Harmonização de procedimentos para publicação dos pelitos de reclassificação toxicológica.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Sem dados	Sem dados	
7ª Reunião Ordinária	12.07.2018	Critérios de diferenciação	Aprovação da Especificação de Referência.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Sem dados	Sem dados	
7ª Reunião Ordinária	12.07.2018	Harmonização de Procedimentos	Autorização para divulgar informações toxicológicas.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Sem dados	Sem dados	
7ª Reunião Ordinária	12.07.2018	Edição e alteração de atos normativos	Minuta de Ato a ser publicado pelo MAPA: dispensa de alguns testes de toxicidade/patogenicidade.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Sem dados	Sem dados	
7ª Reunião Ordinária	12.07.2018	Critérios de diferenciação	Uso emergencial do MXD-100 para mexilhão dourado.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Sem dados	Sem dados	
7ª Reunião Ordinária	12.07.2018	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativa Conjunta de Impurezas.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Sem dados	Sem dados	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
7ª Reunião Ordinária	12.07.2018	Crítérios de diferenciação	Solicitação de uso emergencial de herbicidas em áreas legalmente protegidas.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Sem dados	Sem dados	
8ª Reunião Ordinária	10.08.2018	Harmonização de Procedimentos	Harmonização de entendimento entre os três órgãos e orientações na obtenção de registro.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Jeane Fonseca	Sem dados	
8ª Reunião Ordinária	10.08.2018	Harmonização de Procedimentos	Solicitação da empresa UPL sobre enquadramento de registro.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Jeane Fonseca	Sem dados	
8ª Reunião Ordinária	10.08.2018	Outros	Foram recebidas denúncias da venda de agrotóxicos pela internet pela ANVISA.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Jeane Fonseca	Sem dados	
8ª Reunião Ordinária	10.08.2018	Assessoramento dos Ministérios	Consulta da Abifina sobre andamento das discussões sobre a Lei nº 10.603/02	Não	Não	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Jeane Fonseca	Sem dados	
9ª Reunião Ordinária	05.09.2018	Edição e alteração de atos normativos	Apresentação da Orientação de Serviço nº49/2018 da Anvisa.	Não	Não	Marina Veras Dourado	Sem Dados	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Jeane Fonseca	Sem dados	
9ª Reunião Ordinária	05.09.2018	Harmonização de Procedimentos	Consulta sobre dispensa de receituário agrônomo Feromônios.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
9ª Reunião Ordinária	05.09.2018	Harmonização de Procedimentos	Consulta sobre Produto Formulado a Base de 2,4D.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
9ª Reunião Ordinária	05.09.2018	Edição e alteração de atos normativos	INC Plantas Ornamentais;	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
9ª Reunião Ordinária	05.09.2018	Harmonização de Procedimentos	Informe quanto as discussões que vêm sendo tratadas entre a a DAS e o CONFEA no que tange o aprimoramento das recomendações técnicas do receituário agrônomo;	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Sem dados	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
10ª Reunião Ordinária	03.10.2018	Edição e alteração de atos normativos	IN Mistura em tanque.	Não	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem dados	
10ª Reunião Ordinária	03.10.2018	Edição e alteração de atos normativos	Proposta do MAPA sobre isenção da apresentação dos estudos necessários à avaliação de Produtos Técnicos Equivalentes.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem dados	
10ª Reunião Ordinária	03.10.2018	Edição e alteração de atos normativos	INC RET/SISRET 2	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem dados	
10ª Reunião Ordinária	03.10.2018	Edição e alteração de atos normativos	Revisão do Decreto nº 4074/2002.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Sem dados	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
11ª Reunião Ordinária	14.11.2018	Edição e alteração de atos normativos	Apreciação da minuta para utilização de estudos já aprovados sobre proteção de dados para produtos técnicos equivalentes.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
11ª Reunião Ordinária	14.11.2018	Edição e alteração de atos normativos	Aprofundamento da discussão iniciada na 1ª reunião extraordinária sobre Decreto nº 4074/02.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
11ª Reunião Ordinária	14.11.2018	Critérios de diferenciação	Proposta do GT Fitorg de alteração normativa para registro de Baculovirus.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
11ª Reunião Ordinária	14.11.2018	Harmonização de Procedimentos	Retomada da proposta GT Fitorg sobre a disponibilização de informações toxicológicas gerais referentes a agentes microbiológicos de controle para produtos fitossanitários.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
11ª Reunião Ordinária	14.11.2018	Harmonização de Procedimentos	Solicitação de enquadramento do produto Caolim e	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			necessidade de registro PT.									
11ª Reunião Ordinária	14.11.2018	Harmonização de Procedimentos	Consulta da empresa SUMITOMO sobre o enquadramento do produto RayNox Plus.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
11ª Reunião Ordinária	14.11.2018	Harmonização de Procedimentos	Aprovação de Procedimentos Operacionais Padrão.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
11ª Reunião Ordinária	14.11.2018	Edição e alteração de atos normativos	INC de impurezas relevantes.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
11ª Reunião Ordinária	14.11.2018	Harmonização de Procedimentos	Proposta de dispensa de receituário agrônômico para produtos de baixa toxicidade.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
12ª Reunião Ordinária	05.12.2018	Edição e alteração de atos normativos	Apresentação da Proposta regulatória para produtos destinados à jardinagem amadora e profissional pela ANVISA.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
12ª Reunião Ordinária	05.12.2018	Critérios de diferenciação	Nova especificação de referência - ER 37.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
12ª Reunião Ordinária	05.12.2018	Harmonização de Procedimentos	Necessidade de estudos de toxicidade/patogenicidade e ecotoxicológico.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
12ª Reunião Ordinária	05.12.2018	Harmonização de Procedimentos	Apreciação do questionamento da empresa Bequisa Indústria Química sobre aumento da concentração de IA de produtos à base de terra diatomácea	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
12ª Reunião Ordinária	05.12.2018	Assessoramento dos Ministérios	Para apreciação e deliberação pelo CT da Nota Técnica nº 237/2018 referente ao pedido de uso emergencial de triclopir e glifosato apresentado pelo Ministério da Integração Nacional.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Extraordinária	24.10.2018	Harmonização de Procedimentos	Solicitação de alteração de ordem na fila de análise de pelitos pós-registro de produtos.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Extraordinária	24.10.2018	Harmonização de Procedimentos	Solicitação de priorização de análise por baixa toxicidade	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	



Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
1ª Reunião Extraordinária	24.10.2018	Edição e alteração de atos normativos	Notas Técnicas sobre alteração nas tabelas de IC. 01/2014, que trata sobre o registro de agrotóxico para as culturas de suporte fitossanitário.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Extraordinária	24.10.2018	Harmonização de Procedimentos	Solicitação de alteração de apresentação (tipo de formulação)	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Extraordinária	24.10.2018	Edição e alteração de atos normativos	Demanda encaminhada pelo MAPA para apreciação pelo CTA sobre proposta enviada pela Casa Civil que visa a alteração do Decreto nº 4074/02.	Sim	Sim	Marina Veras Dourado	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Carlos Augusto Marucchi Tonelli	Alexandre de Oliveira Gomes	Flávia Baptista Nóbrega	
1ª Reunião Ordinária	01.02.2017	Edição e alteração de atos normativos	A ANVISA compilou as contribuições a proposta de Instrução Normativa Conjunta sobre impurezas.	Não	Não	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
1ª Reunião Ordinária	01.02.2017	Critérios de diferenciação	Produtos registrados a base de cloretos de benzalcônio	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
1ª Reunião Ordinária	01.02.2017	Edição e alteração de atos normativos	Norma do MAPA sobre rótulos e bulas de agrotóxicos.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
1ª Reunião Ordinária	01.02.2017	Harmonização de Procedimentos	Tramitação de normas nas áreas jurídicas	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
1ª Reunião Ordinária	01.02.2017	Harmonização de Procedimentos	Recebimento da Moção da Comissão de Reavaliação de Eficácia Agronômica de produtos indicados para ferrugem asiática da soja sobre a regulamentação da mistura.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Harmonização de Procedimentos	Definição das Prioridades de Registro 2017.	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Harmonização de Procedimentos	Calendário anual de reuniões do CTA.	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Edição e alteração de atos normativos	Esclarecimento quanto às disposições da IN nº 25/2005 para a realização de experimentos com agrotóxicos e afins.	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Edição e alteração de atos normativos	Medida Provisória em elaboração pelo MAPA	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Harmonização de Procedimentos	Procedimentos no Registro de Produtos Técnicos de Equivalência.	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Edição e alteração de atos normativos	Regulamentação da Lei nº 10.603/02	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Harmonização de Procedimentos	Agendamento de reunião entre CTA e áreas jurídicas dos órgãos para definição de procedimentos para edição de normas conjuntas e isoladas.	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Harmonização de Procedimentos	Agenda de atendimento a empresas (decisão sobre agendamento conjunto)	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Critérios de diferenciação	Mudança de requerente de registro	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Edição e alteração de atos normativos	INC de impurezas	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
2ª Reunião Ordinária	23.03.2017	Edição e alteração de atos normativos	Regulamentação sobre mistura em tanque	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Bruno Gonçalves Araújo Rios	
3ª Reunião Ordinária	12.04.2017	Harmonização de Procedimentos	Prioridades de Registro 2017	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Jeane Fonseca	
3ª Reunião Ordinária	12.04.2017	Critérios de diferenciação	Extensão de registro emergencial de	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Jeane Fonseca	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			algicidas solicitada pela SABESP									
3ª Reunião Ordinária	12.04.2017	Edição e alteração de atos normativos	Remanejamento da cultura cenoura da INC 01/2014	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Jeane Fonseca	
4ª Reunião Ordinária	10.05.2017	Outros	Demanda encaminhado pela CNA sobre CSFI	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Jeane Fonseca	
4ª Reunião Ordinária	10.05.2017	Edição e alteração de atos normativos	Operacionalização da IN 9/2016	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Jeane Fonseca	
4ª Reunião Ordinária	10.05.2017	Critérios de diferenciação	Aditamento em pleitos de registro e pós-registro de agrotóxicos e afins	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Meiruze Souza Freitas	Jeane Fonseca	
4ª Reunião Ordinária	10.05.2017	Critérios de diferenciação	Cancelamento dos registros de produtos adjuvantes	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
4ª Reunião Ordinária	10.05.2017	Edição e alteração de atos normativos	Publicação da IN Conjunta sobre a internalização da Resolução MERCOSUL nº 15/2016	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
4ª Reunião Ordinária	10.05.2017	Diretrizes SIA	Ofício de requerimento de informações sobre o SIA feito pelo TCU	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
4ª Reunião Ordinária	10.05.2017	Harmonização de Procedimentos	Reunião do MAPA com o setor de produtos biológicos, microbiológicos e de uso aprovado	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			para agricultura orgânica.									
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Critérios de diferenciação	Aprovação das especificações de referência para os agentes microbiológicos de controle Bacillus.	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Edição e alteração de atos normativos	Discussão sobre dispositivo do Decreto nº 4.074/02	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Edição e alteração de atos normativos	Atualização do SISRET e IN RET	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Diretrizes SIA	Avanços no desenvolvimento do SIA	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Edição e alteração de atos normativos	Regulamentação da Lei nº 10.603/02	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Harmonização de Procedimentos	Gestão da fila de PFES	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Harmonização de Procedimentos	Lista de componentes para publicação	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Edição e alteração de atos normativos	Manual para confecção de rótulos e bulas	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Harmonização de Procedimentos	Laudos laboratoriais de formulador	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Critérios de diferenciação	IBAMA recebeu solicitações de autorização de uso emergencial para oxícloreto de cálcio.	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Edição e alteração de atos normativos	Comunicação de informes sobre normas editadas pelos órgãos	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
5ª Reunião Ordinária	13.06.2017	Edição e alteração de atos normativos	Comunicação de informes sobre normas editadas pelos órgãos	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
6ª Reunião Ordinária	03.08.2017	Harmonização de Procedimentos	Busca de sincronia de distribuição de pleitos entre os órgãos	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
6ª Reunião Ordinária	03.08.2017	Edição e alteração de atos normativos	Formação de grupo de trabalho para elaboração de INC de prioridades	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
6ª Reunião Ordinária	03.08.2017	Edição e alteração de atos normativos	Instrução Normativas Conjuntas sobre Impurezas e de plantas ornamentais	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
6ª Reunião Ordinária	03.08.2017	Edição e alteração de atos normativos	Revisão da INC de alteração de formulação	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
6ª Reunião Ordinária	03.08.2017	Critérios de diferenciação	Aditamento em pleitos de registro e pós-registro de agrotóxicos e afins	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
6ª Reunião Ordinária	03.08.2017	Critérios de diferenciação	Alteração em pleitos de registro	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
6ª Reunião Ordinária	03.08.2017	Diretrizes SIA	Avanços no desenvolvimento do SIA	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
7ª Reunião Ordinária	25.09.2017	Harmonização de Procedimentos	Produção de agrotóxicos para uso próprio	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
7ª Reunião Ordinária	25.09.2017	Harmonização de Procedimentos	Resposta a CONJUR sobre Adjuvantes	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
7ª Reunião Ordinária	25.09.2017	Edição e alteração de atos normativos	Alteração nas tabelas da INC 01/2014	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
7ª Reunião Ordinária	25.09.2017	Edição e alteração de atos normativos	Nota Técnica 01/2017	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
7ª Reunião Ordinária	25.09.2017	Harmonização de Procedimentos	Documento SINDIVEG sobre alteração da lista de componentes	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
7ª Reunião Ordinária	25.09.2017	Edição e alteração de atos normativos	Proposta de IN conjunta sobre Mistura em tanque	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
8ª Reunião Ordinária	06.11.2017	Critérios de diferenciação	Cancelamento dos registros de produtos adjuvantes	Não	Não	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
8ª Reunião Ordinária	06.11.2017	Diretrizes SIA	Ofício do Tribunal de Contas da União sobre o desenvolvimento do SIA	Sim	Sim	Marcella Alves Teixeira	Carlos Ramos Venâncio	Sem representante	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
8ª Reunião Ordinária	06.11.2017	Harmonização de Procedimentos	Pedido de prioridade dos registros dos	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	

Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
			produtos Rinskor Técnico e Loyant para o cultivo de arroz.									
8ª Reunião Ordinária	06.11.2017	Edição e alteração de atos normativos	Proposta de INC sobre plantas ornamentais.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
8ª Reunião Ordinária	06.11.2017	Edição e alteração de atos normativos	Proposta de IN Conjunta sobre alteração de formulação.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Edição e alteração de atos normativos	Proposta de alteração do Decreto nº 4074/02.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Edição e alteração de atos normativos	Alteração da IN 25/2005.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Edição e alteração de atos normativos	Posicionamento para publicação de Consulta Pública sobre INC de Plantas Ornamentais.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Outros	Solicitação do STF na ADI 5553.	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Diretrizes SIA	Cronograma SIA	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Diretrizes SIA	Aditivo ao Termo de Cooperação Interministerial sobre o SIA	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Harmonização de Procedimentos	UV como agrotóxico	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	



Ata	Data	Categoria	Assunto Tratado	Decisão Unânime	Manifestação	Rep. do MAPA	Rep. do MAPA2	Rep. do MMA/IBA MA	Rep. do MMA/IBAMA2	Rep. do MS/ANVISA	Rep.do MS/ANVISA2	Observações
9ª Reunião Ordinária	12.12.2017	Harmonização de Procedimentos	NT brometo de metila	Sim	Sim	Sem representante	Carlos Ramos Venâncio	Marisa Zerbetto	Kenia Godoy	Graziela Costa Araújo	Jeane Fonseca	

## ANEXO B - Resposta ANVISA

15/10/2020

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

CORONAVÍRUS (COVID-19) (HTTP://WWW.SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS)

ACESSO À INFORMAÇÃO (HTTP://WWW.ACESSOAINFORMACAO.GOV.BR)

PAI

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

**Fala.BR** - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação


 **Entrar** (../Login/Identificacao.aspx) **Cadastrar**  
(../Usuarios/AutoCadastroUsuarioCidadao.aspx)

### Consultar Manifestação

Teor



#### Fale aqui

O Decreto nº 4074/02 estabelece em seu art. 94, § 1, que os órgãos federais responsáveis pelas áreas de agricultura, saúde e meio ambiente deverão implementar Sistema Integrado de Informações sobre agrotóxicos. Nesse sentido, gostaria de saber, quais são as medidas que vem sendo tomadas pelo Ministério da Saúde, na qualidade de órgão federal responsável pela saúde, na implementação do referido sistema de integração e as respectivas dificuldades em sua efetivação. Posto que, o referido Decreto determinou a construção do SIA no ano de 2002 ( 18 anos atrás).



#### Anexos Originais

Não foram encontrados registros.

Manifestação



#### Tipo de manifestação

Acesso à Informação

#### Número

25072.013925/2020-50

#### Esfera

Federal

#### Órgão destinatário

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

#### Serviço

-

#### Órgão de interesse

-

#### Assunto

Legislação

#### Subassunto

#### Tag

-

#### Data de cadastro

01/09/2020

#### Prazo de atendimento

30/09/2020

#### Situação

Concluída

#### Registrado por

Cidadão

#### Modo de resposta

Pelo sistema (com avisos por email)

#### Canal de entrada

Internet

## Respostas e históricos de ações

## Respostas

Publicação	Tipo	Respondente	Responsável	Decisão	Especificação da Decisão	Destinatário Recurso 1º	Prazo para recorrer
18/09/2020 09:39	Resposta Conclusiva	JULIANA LIMA DO NASCIMENTO	Gerência-Geral de Toxicologia (GGTOX)	Acesso Concedido	Resposta solicitada inserida no Fala.Br	Terceira Diretoria (DIRE3)	30/09/2020

**Texto** Prezado (a) Senhor(a),

Com base nas informações fornecidas pela Gerência-Geral de Toxicologia (GGTOX), área técnica afeta ao assunto questionado, informamos que o SIA - Sistema de Informações de Agrotóxicos encontra-se em fase de construção, após a Anvisa acordar com o Ministério da Agricultura, órgão registrante de agrotóxicos de uso agrícola, a compartilhar a responsabilidade pela construção do referido sistema. Vencidas as dificuldades de recursos financeiros para a construção de um sistema, que venha a integrar os três órgãos envolvidos com o registro e controle de agrotóxicos no Brasil, foi montado um grupo de trabalho formado para acompanhamento e execução das atividades. Este Grupo de Trabalho conta com a participação da Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento além da ABC - Agência Brasileira de Cooperação. Atualmente o processo encontra-se em fase de seleção de empresa responsável pela elaboração do sistema, o processo seletivo está sendo conduzido pelo PNUD.

Em atendimento ao disposto no art. 11, § 4º, da Lei 12.527/11, informamos que o requerente poderá registrar recurso no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, que será avaliada pela Terceira Diretoria (DIRE3).

Para maiores esclarecimentos, a Anvisa também disponibiliza a sua Central de Atendimento, por meio do 0800 642 9782 (dias úteis, das 7h30 às 19h30) e por meio eletrônico, no Fale Conosco: (<http://www.anvisa.gov.br/institucional/faleconosco/FaleConosco.asp>)

Atenciosamente,

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

## Anexos

## Histórico de ações

Data/Hora	Ação	Responsável	Informações Adicionais
01/09/2020 01:03	Cadastro	-	Registro dos dados da manifestação pelo cidadão
10/09/2020 13:05	Encaminhamento	SIC	Manifestação 25072.013925/2020-50 encaminhada do órgão MS – Ministério da Saúde para o órgão ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
10/09/2020 13:05	Prorrogação	SIC	Reinício de prazo após encaminhamento da manifestação para outra Ouvidoria
18/09/2020 09:39	Registro Resposta	SIC	Resposta Conclusiva

15/10/2020

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

**Encaminhamentos**

Data/Hora	Origem	Destino	Responsável	Mensagem ao usuário	Mensagem ao órgão
10/09/2020 13:05	MS – Ministério da Saúde	ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	SIC	<p>Prezado Sr</p> <p>O Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério Saúde comunica que ao analisar o presente pedido verificou não ser de competência deste Ministério. Desta forma, reencaminha a solicitação para esse Órgão para análise, conforme Lei de Acesso à Informação 12.527, de 18 de Novembro de 2011.</p> <p>Na oportunidade, o Ministério da Saúde coloca-se à disposição de Vossa Senhoria sempre que necessário.</p>	<p>O Serviço de Informação ao Cidadão comunica que o presente pedido não é de competência deste Ministério da Saúde. Desta forma reencaminha a solicitação para esse Órgão para análise, conforme Lei de Acesso à Informação 12.527, de 18 de Novembro de 2011.</p>

**Prorrogações**

Data/Hora	Prazo		Responsável	Motivo	Justificativa
	Original	Novo Prazo			
10/09/2020 13:05	21/09/2020 23:59	30/09/2020 23:59	SIC	Outros motivos	Reinício de prazo após encaminhamento da manifestação para outra Ouvidoria

**Respostas as pesquisas de satisfação**

Não foram encontrados registros.

[🏠 Voltar à Página Inicial](#)
[Responder Pesquisa](#)
[Imprimir 🖨️](#)
[Voltar ao Topo ^](#)

## ANEXO C - Resposta da ANVISA (originalmente encaminhada ao MS)

Resposta e-SIC - 8374855

Nº SISLIV:  
09396/2020

**Este pedido de informação ou sua respectiva resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso conforme previsto na Lei nº12.527/2011 (Informação pessoal ou sigilosa) :**  
NÃO

**Prezado cidadão:**

Assunto: Pedido de Informação nº 09396/2020

1. Em atendimento ao Ofício Nº 1993/2020/COUVI/AUDIT e ao Pedido de Informação nº 09396/2020, que solicita:

"O Decreto nº 4074/02 estabelece em seu art. 94, § 1, que os órgãos federais responsáveis pelas áreas de agricultura, saúde e meio ambiente deverão implementar Sistema Integrado de Informações sobre agrotóxicos. .Nesse sentido, gostaria de saber, quais são as medidas que vem sendo tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente, na qualidade de órgão federal responsável pelo meio ambiente, na implementação do referido sistema de integração e as respectivas dificuldades em sua efetivação. Posto que, o referido Decreto determinou a construção do SIA no ano de 2002 ( 18 anos atrás)".

2. Para realizar o registro de novos produtos agrotóxicos, bem como alterações de registro, o interessado/requerente deve submeter aos três órgãos regulatórios - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) - as exigências legais que viabilizem avaliação técnica. Considerando as competências distintas de cada um desses órgãos, os cenários de avaliação têm enfoques diferentes, de modo que as três instituições analisam e solicitam aos demandantes informações relativas a suas áreas de atuação.

3. Nesse sentido, os órgãos possuem sistemas eletrônicos próprios, com vistas a atender as suas demandas específicas, sendo que, no caso do Ibama atualmente se utiliza: Sistema de Agrotóxicos; Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e Sistema Eletrônico de Requerimento e Análise de Registro Especial Temporário (SISRET).

4. Especificamente sobre o Sistema de Informações de Agrotóxicos (SIA), embora a responsabilidade do seu desenvolvimento ter sido atribuída à ANVISA, conforme art. 94 do Decreto 4.074/2002, o MAPA e o Ibama são também integrantes do sistema de registro de agrotóxicos, podendo-se observar esforços dos órgãos no sentido de que haja maior integração entre as avaliações.

5. Neste tocante, foi criado e assinado o Projeto "Melhoria da efetividade e transparência dos sistemas de registro de agrotóxicos dos países da América latina e Caribe", atualmente em execução, que vislumbra a melhoria da efetividade e transparência dos sistemas de registro de agrotóxicos, contemplando, dentre outros produtos, o desenvolvimento do Sistema de Informações de Agrotóxicos. O projeto possui a previsão de execução entre 01/01/2019 - 30/12/2023, sendo os responsáveis:

- Agência executora: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);

- Coordenação: Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE);

- Instituições implementadoras: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).

Atenciosamente,

**Pedido de Informação:**  
Acesso concedido

**Em caso de Acesso Negado:**

-

**Recurso 1ª Instância:**

-

**Recurso 2ª Instância:**

-

**Recurso à CGU:**

-

Recurso à CMRI:

-

Reclamação:

-

Pedido de Revisão:

-



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE DE CASTRO VIANNA, Assessora**, em 17/09/2020, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **8374855** e o código CRC **FEE42482**.

## ANEXO D - Resposta do IBAMA (originalmente encaminhada ao MMA)

15/10/2020

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

CORONAVÍRUS (COVID-19) ([HTTP://WWW.SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS](http://www.saude.gov.br/coronavirus))ACESSO À INFORMAÇÃO ([HTTP://WWW.ACESSOINFORMACAO.GOV.BR](http://www.acessoinformacao.gov.br))

PAI

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

**Fala.BR** - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
[Entrar \(../Login/Identificacao.aspx\)](#)
[Cadastrar](#)
[\(../Usuarios/AutoCadastroUsuarioCidadao.aspx\)](#)

### Consultar Manifestação

Teor



#### Fale aqui

O Decreto nº 4074/02 estabelece em seu art. 94, § 1, que os órgãos federais responsáveis pelas áreas de agricultura, saúde e meio ambiente deverão implementar Sistema Integrado de Informações sobre agrotóxicos. Nesse sentido, gostaria de saber, quais são as medidas que vem sendo tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente, na qualidade de órgão federal responsável pelo meio ambiente, na implementação do referido sistema de integração e as respectivas dificuldades em sua efetivação. Posto que, o referido Decreto determinou a construção do SIA no ano de 2002 ( 18 anos atrás).



#### Anexos Originais

Não foram encontrados registros.

Manifestação



#### Tipo de manifestação

Acesso à Informação

#### Número

02303.004963/2020-55

#### Esfera

Federal

#### Órgão destinatário

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

#### Serviço

-

#### Órgão de interesse

-

#### Assunto

Acesso à informação

#### Subassunto

#### Tag

-

#### Data de cadastro

01/09/2020

#### Prazo de atendimento

21/09/2020

#### Situação

Concluída

#### Registrado por

Cidadão

#### Modo de resposta

Pelo sistema (com avisos por email)

#### Canal de entrada

Internet

<https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/DetailarManifestacaoSolicitante?id=11WMP118Lxg%3d&cac=AmP0oqliUT%2bvSClw5ekUkA%3d...>

1/3

## Respostas e históricos de ações



## Respostas

Publicação	Tipo	Respondente	Responsável	Decisão	Especificação da Decisão	Destinatário Recurso 1º	Prazo para recorrer
17/09/2020 16:32	Resposta Conclusiva	Raphael Batista de Queiroz	Diretoria de Qualidade Ambiental (Diqua)	Acesso Concedido	Resposta solicitada inserida no Fala.Br	Diretoria de Qualidade Ambiental (Diqua)	28/09/2020

## Texto

Prezado cidadão,  
Temos a esclarecer que recebemos o retorno do seu pedido de informação via formulário de resposta, datado de 17/09/2020, encaminhado pela Diretoria de Qualidade Ambiental (Diqua)  
Atenciosamente,

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão do Ibama

SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 02 Ed. Sede do Ibama Bloco: I CEP: 70.818-900 - Brasília -DF

OBS: Favor verificar documento que se encontra em ANEXO

## Anexos

SEI\_02001.019975\_2020\_89.pdf

## Histórico de ações

Data/Hora	Ação	Responsável	Informações Adicionais
01/09/2020 01:00	Cadastro	-	Registro dos dados da manifestação pelo cidadão
01/09/2020 10:21	Encaminhamento	SIC	Manifestação 02303.004963/2020-55 encaminhada do órgão MMA – Ministério do Meio Ambiente para o órgão IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
01/09/2020 10:21	Prorrogação	SIC	Reinício de prazo após encaminhamento da manifestação para outra Ouvidoria
01/09/2020 11:15	Cadastro	SIC	Alteração do assunto da manifestação
17/09/2020 16:32	Registro Resposta	SIC	Resposta Conclusiva

## Encaminhamentos

Data/Hora	Origem	Destino	Responsável	Mensagem ao usuário	Mensagem ao órgão
01/09/2020 10:21	MMA – Ministério do Meio Ambiente	IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	SIC	Ao SIC do IBAMA,  Reencaminhamos o pedido de acesso à informação, tendo em vista assunto em vista a essa Entidade.  Atenciosamente, -- SIC/MMA	Prezado Solicitante,  Informamos que o seu pedido de acesso à informação foi reencaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tendo em vista assunto afeto àquela Entidade.  Atenciosamente, -- SIC/MMA

## Prorrogações



15/10/2020

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Data/Hora	Prazo		Responsável	Motivo	Justificativa
	Original	Novo Prazo			
01/09/2020 10:21	21/09/2020 23:59	21/09/2020 23:59	SIC	Outros motivos	Reinício de prazo após encaminhamento da manifestação para outra Ouvidoria

**Respostas as pesquisas de satisfação**

Não foram encontrados registros.

[🏠 Voltar à Página Inicial](#)[Responder Pesquisa](#)[Imprimir](#) [Voltar ao Topo](#)

## ANEXO E - Resposta do MAPA

15/10/2020

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

CORONAVÍRUS (COVID-19) (HTTP://WWW.SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS)

ACESSO À INFORMAÇÃO (HTTP://WWW.ACESSOAINFORMACAO.GOV.BR)

PAI

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

**Fala.BR** - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

[Entrar \(../Login/Identificacao.aspx\)](#) [Cadastrar](#)
[\(../Usuarios/AutoCadastroUsuarioCidadao.aspx\)](#)

### Consultar Manifestação

Teor

#### Fale aqui

O Decreto nº 4074/02 estabelece em seu art. 94, § 1, que os órgãos federais responsáveis pelas áreas de agricultura, saúde e meio ambiente deverão implementar Sistema Integrado de Informações sobre agrotóxicos. Nesse sentido, gostaria de saber, quais são as medidas que vem sendo tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente, na qualidade de órgão federal responsável pelo meio ambiente, na implementação do referido sistema de integração e as respectivas dificuldades em sua efetivação. Posto que, o referido Decreto determinou a construção do SIA no ano de 2002 ( 18 anos atrás).

#### Anexos Originais

Não foram encontrados registros.

Manifestação

#### Tipo de manifestação

Acesso à Informação

#### Número

02303.004963/2020-55

#### Esfera

Federal

#### Órgão destinatário

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

#### Serviço

-

#### Órgão de interesse

-

#### Assunto

Acesso à informação

#### Subassunto

#### Tag

-

#### Data de cadastro

01/09/2020

#### Prazo de atendimento

21/09/2020

#### Situação

Concluída

#### Registrado por

Cidadão

#### Modo de resposta

Pelo sistema (com avisos por email)

#### Canal de entrada

Internet

<https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/DetailarManifestacaoSolicitante?id=11WMP118Lxg%3d&cac=AmP0oqliUT%2bvSCiw5ekUkA%3d...>

1/3

15/10/2020

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

**Órgão destinatário**

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Serviço**

-

**Órgão de interesse**

-

**Assunto**

Legislação

**Subassunto****Tag**

SDA/GABINETE/SDA

**Data de cadastro**

01/09/2020

**Prazo de atendimento**

21/09/2020

**Situação**

Concluída

**Registrado por**

Cidadão

**Modo de resposta**

Pelo sistema (com avisos por email)

**Canal de entrada**

Internet



## Respostas e históricos de ações

**Respostas**

Publicação	Tipo	Respondente	Responsável	Decisão	Especific da Decisão
— 18/09/2020 18:18	Resposta Conclusiva	Fagner Ferreira Fortaleza	Coordenador Geral de Agrotóxicos e Afins	Acesso Concedido	Resposta solicitada inserida no Fala.Br

Publicação	Tipo	Respondente	Responsável	Decisão	Específico da Decisão
------------	------	-------------	-------------	---------	-----------------------

**Texto**

Prezado (a) Senhor (a),

Com o cordial cumprimento, ao passo em que agradecemos pelo c  
resposta ao seu requerimento, conforme a seguir:

"Informo que o MAPA, ANVISA e IBAMA estão trabalhando conjuntamer  
empresa que desenvolverá o SIA.

Os trabalhos devem começar ainda nesse ano".

Atenciosamente,

Coordenador Geral de Agrotóxicos e Afins"

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/Ouvidoria/MAPA

De acordo com o Art. 21 do Decreto nº 7.724/2012, poderá o requerent  
10 (dez) dias, contados da disponibilização da informação, caso a repos  
em desacordo com as diretrizes interpostas pela lei.

**Anexos****Histórico de ações**

Data/Hora	Ação	Responsável	Informações Adicionais
01/09/2020 00:58	Cadastro	-	Registro dos dados da manifestação pelo cidadão

15/10/2020

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Data/Hora	Ação	Responsável	Informações Adicionais
18/09/2020 18:16	Cadastro	SIC	Alteração da tag da manifestação
18/09/2020 18:18	Registro Resposta	SIC	Resposta Conclusiva

**Encaminhamentos**

Não foram encontrados registros.

**Prorrogações**

Não foram encontrados registros.

**Respostas as pesquisas de satisfação**

Não foram encontrados registros.

[🏠 Voltar à Página Inicial](#)[Responder Pesquisa](#)[Imprimir 🖨](#)[Voltar ao Topo ^](#)

## ANEXO F - RESPOSTA DO TCU/CRONOGRAMA

29/01/2019

SEI/ANVISA - 0461401 - Ofício

**ANVISA**

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

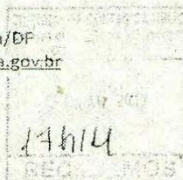
Gabinete do Diretor-Presidente - GADIP

SIA Trecho 5, Área Especial 57, Bloco D, 4º andar, 71.205-050 - Brasília/DF  
 (61) 3462-4349/4395 - administrativo.gadip@anvisa.gov.br - www.anvisa.gov.br

Ofício nº 145/2019/SEI/GADIP-CG/ANVISA

Ao Senhor

Marcelo André Barboza da Rocha Chaves  
 Secretário da Secretaria de Controle Externo da Saúde  
 Tribunal de Contas da União  
 SAFS Qd 4 Lote 1 - Anexo III - sala 243  
 CEP 70.042.900 - Brasília, DF



**Assunto:** Encaminhamento de informações quanto ao progresso do Sistema de Informações sobre Agrotóxicos (SIA).

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 25351.908520/2017-60.

Senhor Secretário,

De ordem e em atenção ao Ofício 0868/2017-TCU/SecexSaúde, e conforme apresentado no item 1.7.1 do Acórdão 2253/2017-TCU-Plenário, que determina a apresentação de relatório de progresso do Sistema Informatizado para Agrotóxicos - SIA sobre as ações adotadas e implementadas, encaminho a Nota Técnica 2/2019/SEI/GGTOX/DIRE3/ANVISA, elaborada pela Gerência-Geral de Toxicologia (GGTOX), área técnica desta Agência a que o tema está afeto, bem como seus anexos.

Atenciosamente,

**MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO**

Chefe de Gabinete

Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Aurelio Miranda de Araujo**, Chefe de Gabinete Substituto(a), em 28/01/2019, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 0461401 e o código CRC 3B2F1039.

[https://sei.anvisa.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=529420&infra\\_sist...](https://sei.anvisa.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=529420&infra_sist...) 1/2  
 Para verificar as assinaturas, acesse [www.tcu.gov.br/autenticidade](http://www.tcu.gov.br/autenticidade), informando o código 60918398.

Para verificar as assinaturas, acesse [www.tcu.gov.br/autenticidade](http://www.tcu.gov.br/autenticidade), informando o código 61009487.





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, BLOCO D - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70043900  
Telefone: 61 32182445 e Fax: - http://www.agricultura.gov.br



21000.041366/2017-65

Ofício nº 38/2018/CGAA-DFIA - MAPA

Brasília, 13 de março de 2018.

A Senhora

Dra. Graziela Costa Araújo

Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - GGTOX/ANVISA

A Senhora

Marisa Zerbetto

Coordenadora-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas - CGASQ/IBAMA

Assunto: **Cronograma Preliminar de Desenvolvimento do Sistema Informatizado para Agrotóxicos - SIA**

Prezadas Chefes das áreas relacionadas a avaliação dos agrotóxicos e afins,

Em continuação ao Ofício nº 105/2017/CGAA-DFIA - MAPA, de 22 de novembro de 2017, informamos que as atividades de planejamento do desenvolvimento do SIA estão avançando. Encaminhamos abaixo um detalhamento maior do cronograma de desenvolvimento do Sistema Informatizada para Agrotóxicos.

Ressaltamos que estamos hoje em uma das fases críticas do projeto, que é a assinatura do projeto base e a liberação dos recursos, que pode ter impacto sobre todo o andamento do projeto em tela.

Cronograma detalhado	9.1 Data alvo	9.2 Orçamento (R\$)	9.3 Fonte de Recurso
1) Diagnostico Situacional aprovado	02/2018	R\$200.000	CNA/ICNA
1.1) Levantamento de Requisitos com MAPA / IBAMA / ANVISA realizado	11/2017		
1.2) Relatório Elaborado	01/2018		
1.3) Relatório Aprovado	02/2018		
2) Cronograma aprovado	05/2018	R\$405.000	CNA/ICNA
2.1) Cronograma Elaborado	04/2018		
2.2) Cronograma validado	05/2018		
3) Aprovação do projeto base pelo Instituto Brasileiro do Algodão	05/2018		

Para verificar as assinaturas, acesse [www.tcu.gov.br/autenticidade](http://www.tcu.gov.br/autenticidade), informando o código 61009487.

3.1) Liberação dos recursos financeiros ao PNUD	05/2018		
3.2) Contratação da Empresa que vai desenvolver o sistema	05/2018		
3) Portal Peticional Implantado	10/2018	R\$1.547.000	CNA/ICNA
3.1) Levantamento de Requisitos concluído	07/2018		
3.2) Desenvolvimento do portal realizado	09/2018		
3.3) Portal peticional homologado	10/2018		
4) Módulo MAPA Implantado	03/2019	R\$546.000	CNA/ICNA
4.1) Levantamento de Requisitos concluído	08/2018		
4.2) Módulo MAPA Desenvolvido	01/2019		
4.3) Módulo MAPA Homologado	03/2019		
5) Módulo IBAMA Implantado	03/2019	R\$819.000	CNA/ICNA
5.1) Levantamento de Requisitos concluído	08/2018		
5.2) Módulo IBAMA Desenvolvido	01/2019		
5.3) Módulo IBAMA Homologado	03/2019		
6) Módulo ANVISA Implantado	03/2019	R\$1.092.000	CNA/ICNA
6.1) Levantamento de Requisitos concluído	08/2018		
6.2) Módulo ANVISA Desenvolvido	01/2019		
6.3) Módulo ANVISA Homologado	03/2019		
7) Integração entre os Módulos concluída	08/2019	R\$273.000	CNA/ICNA
7.1) Integração entre os Módulos Desenvolvida	05/2019		
7.2) Integração entre os Módulos Homologada	08/2019		
8) Novo Agrofit Implantado	09/2019	637.000	CNA/ICNA
8.1) Levantamento de Requisitos concluído	04/2019		
8.2) Novo Agrofit Desenvolvido	06/2019		
8.3) Dados do Agrofit Migrados	08/2019		
8.4) Novo Agrofit Homologado	09/2019		
9) Painel de gestão Implantado	12/2019	180.000	CNA/ICNA
9.1) Levantamento de Indicadores concluído	09/2019		
9.2) Painel Implementado	11/2019		
9.3) Painel de gestão Validado	12/2019		
10) Manual do Usuário entregue	09/2019	40.000	CNA/ICNA
10.1) Manual do Usuário Elaborado	07/2019		
10.2) Manual do Usuário Aprovado	09/2019		
11) Capacitação realizada	12/2019	100.000	CNA/ICNA
11.1) Capacitação Preparada	10/2019		
11.2) Capacitação Executada	12/2019		
12) Melhorias no sistema entregues	06/2020	2.300.000	CNA/ICNA
12.1) Melhorias Identificadas	02/2020		
12.2) Melhorias Desenvolvidas	05/2020		
12.3) Melhorias Homologadas	09/2020		

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RAMOS VENANCIO**, Coordenador Geral de Agroquímicos e Afins, em 13/03/2018, às 07:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4226258** e o código CRC **1A110F91**.

Para verificar as assinaturas, acesse [www.tcu.gov.br/autenticidade](http://www.tcu.gov.br/autenticidade), informando o código 61009487.